

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS

MARA RUBIA RODRIGUES FREITAS

A NATUREZA ARGUMENTATIVA DA LÍNGUA NO DISCURSO INFORMATIVO DA
NOTÍCIA

PORTO ALEGRE
2016

MARA RUBIA RODRIGUES FREITAS

A NATUREZA ARGUMENTATIVA DA LÍNGUA NO DISCURSO INFORMATIVO DA
NOTÍCIA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientadora: Prof^a Dr^a Leci Borges Barbisan

Porto Alegre, RS

2016

Ficha Catalográfica

F866n Freitas, Mara Rubia Rodrigues

A natureza argumentativa da língua no discurso informativo da notícia / Mara Rubia Rodrigues Freitas . – 2016.

121 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Leci Borges Barbisan.

1. Teoria da Argumentação na Língua. 2. Discurso jornalístico. 3. Produção de sentidos. 4. Efeito de objetividade. 5. Intersubjetividade. I. Barbisan, Leci Borges. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARA RUBIA RODRIGUES FREITAS

A NATUREZA ARGUMENTATIVA DA LÍNGUA NO DISCURSO INFORMATIVO DA
NOTÍCIA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em: 16 de dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Tânia Maris de Azevedo – UCS/UNIRITTER

Profª Drª Carmem Luci da Costa Silva - UFRGS

Profª Drª Leci Borges Barbisan - PUCRS

Porto Alegre, RS

2016

Dedico este trabalho a minha mãe, pelo exemplo de fé e perseverança, sem o qual eu não teria chegado até aqui.

E a meu pai, em memória, pelo exemplo de livre pensar, sem o qual eu não teria fé no que hoje creio.

AGRADECIMENTOS

À Professora Leci Borges Barbisan, pela sua orientação, incentivo, paciência e, sobretudo, pelo exemplo de vida que me deu.

Ao Professor Doutor Celso Augusto Nunes Conceição, por despertar em mim a paixão pela Linguística, e por me fazer acreditar.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras, pelo conhecimento compartilhado.

Aos amigos que, de uma forma ou de outra, me incentivaram a seguir em frente.

Aos colegas de Mestrado, pela troca de experiências.

Aos funcionários da PUCRS, pela disponibilidade em sempre ajudar.

À Fundação CAPES pela bolsa parcial.

RESUMO

Na intersecção de duas perspectivas, uma jornalística, que privilegia o efeito objetivo no discurso, e outra linguística, que privilegia o aspecto enunciativo da linguagem, o propósito desta dissertação é analisar de que modo a intersubjetividade e a argumentatividade constroem sentidos no discurso jornalístico, e em que medida a objetividade pode ser constitutiva dessa construção. No que se refere à perspectiva da imprensa, a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 demonstrou que o público leitor brasileiro continua considerando o jornal uma fonte confiável de informação sobre os fatos do cotidiano, do seu entorno e mesmo do mundo. Parte dessa confiabilidade é fruto do próprio discurso da imprensa sobre si mesma: o discurso da fidelidade aos fatos que falam por si, do espaço da pluralidade de opiniões em nome da imparcialidade, que cria um efeito de objetividade bastante convincente. Por outro lado, a Teoria da Argumentação na Língua (ANL) demonstra que os sentidos produzidos no discurso são uma construção intersubjetiva e argumentativa, tendo em vista que a argumentatividade é inerente à língua, esta constitutiva de todo discurso. Segundo a ANL, enquanto estão na virtualidade do sistema linguístico, as palavras possuem significações potenciais, orientações para a continuação discursiva em determinadas direções. Argumentar consiste em, a partir das possibilidades inscritas na língua, estabelecer uma relação entre as palavras, pela qual o sentido de uma palavra enunciada depende do sentido de outra palavra enunciada. A intersubjetividade, nesse recorte teórico, é contemplada pela hipótese de que o locutor mobiliza os recursos argumentativos da língua para construir objetos discursivos a partir de múltiplas perspectivas sobre objetos da realidade factual. Ao se enunciar em determinado sentido ante o interlocutor, o locutor não fornece uma representação objetiva da realidade, mas uma apreensão argumentativa da realidade, a qual ele põe em debate ante o interlocutor.

Palavras chave: Teoria da Argumentação na Língua. Discurso jornalístico. Produção de sentidos. Efeito de objetividade. Intersubjetividade.

ABSTRACT

Within the intersection of two perspectives, a journalistic one, emphasizing the objective effect, and another, linguistic, giving emphasis to the enunciative aspect of language, this dissertation aims at analyzing how intersubjectivity and argumentativeness build up meanings in the journalistic discourse, and at how objectivity can be constitutive of this construction. According to Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, Brazilian readers keep up considering the newspaper a reliable source of information about daily life events, whether in their neighborhood or in the worldwide domain. Part of this reliability is the fruit of the press' discourse about itself: the discourse of trustworthiness to the facts, which speak for themselves, of the space of plurality of opinions in the name of impartiality as well as of objectivity. On the other hand, the Argumentation Within Language Theory (AWL) demonstrates that the meanings produced in the discourse are an intersubjective and an argumentative construction, considering that argumentativity is inherent to language, which is constitutive of any kind of discourse. According to the AWL, while words are in the virtuality of the linguistic system, they have potential meanings, orientations for the discursive continuum in certain directions. An argumentation consists of, according to the language possibilities, establishing a relation between words, by which the meaning of a word enunciated depends on the meaning of another word also enunciated. The intersubjectivity, within this approach, means that the speaker mobilizes the argumentative resources of the language to make up discursive objects according to multiple perspectives on objects of the factual reality. The speaker does not offer the interlocutor an objective representation of reality, but an argumentative apprehension of it, in order to discuss both.

Keywords: Argumentation Within Language Theory. Journalistic discourse. Meanings production. Objectivity. Intersubjectivity.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2	OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO	14
3	A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	17
3.1	ALTERIDADE, VALOR E ARGUMENTAÇÃO - UM PERCURSO ATÉ A ANL	19
3.1.1	A alteridade em Platão	19
3.1.2	O valor em Saussure	22
3.1.3	A argumentação em Ducrot	23
3.1.4	Uma instância de convergência de Platão, Saussure e Ducrot	25
3.2	ABSTRAÇÃO E CONCRETUDE – UMA SEMÂNTICA EM DOIS EIXOS	26
4	A POLIFONIA LINGUÍSTICA	30
4.1	LOCUTOR E ENUNCIADOR	31
4.2	AS RELAÇÕES ENTRE LOCUTOR E ENUNCIADORES	34
4.2.1	As atitudes do locutor	34
4.2.2	As assimilações do locutor	37
5	A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	40
5.1	OS ENCADEAMENTOS ARGUMENTATIVOS	40
5.2	A INTERDEPENDÊNCIA SEMÂNTICA	42
5.3	ASPECTOS E BLOCO SEMÂNTICO	43
5.4	RELAÇÕES ENTRE OS ASPECTOS DE UM BLOCO SEMÂNTICO	47
5.5	ARGUMENTAÇÃO INTERNA E ARGUMENTAÇÃO EXTERNA	49
6	METODOLOGIA	52
6.1	PREMISSAS	52
6.2	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	54
7	ANÁLISES	55
7.1	ANÁLISE DA NOTÍCIA DA FOLHA DE SÃO PAULO	55
7.2	ANÁLISE DA NOTÍCIA DE ZERO HORA	76
7.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	114
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	120

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (PBM 2015)¹, 21% dos entrevistados afirmaram ler jornais pelo menos uma vez por semana. Na pergunta induzida sobre o principal motivo para a leitura, a maioria dos entrevistados respondeu que lê jornal para se informar, saber as notícias:

Pergunta - Por quais razões, entre as que estão nesta lista, o (a) senhor (a) costuma ler jornais? (Resposta múltipla – Estimulada)

- Para me informar/saber as notícias: 84%
- Para me divertir/como entretenimento: 24%
- Passar o tempo/tempo livre: 16%
- Por causa de um programa específico/uma matéria específica: 15%
- Como uma companhia para mim: 7%
- Para estudar/aprender: 6%
- Outros: 1%
- Não sabe/não opinou: 5%

Dentre os pesquisados que leem jornal pelo menos uma vez na semana, os cadernos mais populares foram estratificados por: notícias locais e cotidiano (28%), esportes (24%), polícia (16%), política (14%), classificados (12%), cultura e lazer (10%) e economia brasileira (10%). Quanto à credibilidade das informações, 58% dos leitores alegaram confiar sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por jornais. Em segundo e terceiro lugar, figuraram a TV e o rádio respectivamente.

Esse recorte estatístico, independentemente da representatividade da amostra em relação à população brasileira, demonstra que os leitores confiam no jornal como fonte de informação ao mesmo tempo verdadeira sobre a realidade que os cerca, e útil para o seu dia a dia. Sob a bandeira da objetividade, traduzida às vezes como imparcialidade e neutralidade jornalística, a imprensa se coloca como espelho de uma realidade que fala por si só. Assim se legitima como instância mediadora entre o homem e o mundo, ostentando isenção e transparência como estandartes.

Entretanto, não podemos esquecer que o discurso jornalístico, como todo discurso, pressupõe a existência de dois sujeitos: o locutor e o interlocutor. Existe sempre um EU que toma a palavra para se enunciar diante de um TU; o primeiro espera que o segundo o compreenda e tome uma atitude responsiva, sob a forma de uma interpretação. Essa perspectiva

¹ Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. A pesquisa foi encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ao Instituto IBOPE Inteligência. O universo da pesquisa foi definido com base no Censo Demográfico Brasileiro de 2010 e na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2011 do IBGE. Foram realizadas 18.312 entrevistas domiciliares, distribuídas em todo o país, entre 5 e 22 de novembro de 2014. A margem de erro geral é de 1% para mais ou para menos; na amostra por estado, as margens variam de 2% a 4%.

enunciativa permite perceber que há uma atividade recíproca envolvendo ambos os sujeitos na construção do sentido. As palavras mobilizadas pelo locutor fazem sentido não por serem as únicas para referir determinado objeto da realidade empírica, mas porque foram as escolhidas dentre inúmeras possibilidades para construir um objeto discursivo capaz de orientar a resposta do interlocutor. Através dessa ótica, a própria verdade do discurso jornalístico ganha contornos intersubjetivos.

Ainda que não entremos na controvertida seara do que seja *verdade*, é oportuna a aproximação com teorias enunciativas que investiguem as bases intersubjetivas sobre as quais se sustenta a relação mediada com a realidade, estabelecida entre o leitor e o seu jornal. No caso desta pesquisa, elegemos a Teoria da Argumentação na Língua (ANL), concebida na década de 1980 por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe, e atualmente desenvolvida por Ducrot e Marion Carel.

Segundo a ANL, as palavras não possuem um sentido *a priori*, que forneça uma representação objetiva da realidade. Ao contrário, sentidos são construídos à medida que as palavras são postas em relação umas com as outras; o que só ocorre quando as palavras são enunciadas. É no eixo da fala, tomando emprestada uma nomenclatura saussuriana, que as palavras da língua são mobilizadas por um locutor para se enunciar diante de um interlocutor, em determinado sentido. É na interação verbal que o locutor evoca perspectivas oriundas de discursos anteriores, proferidos por outros sujeitos, costurando esses dizeres para produzir um sentido único, ainda que polifônico. É na enunciação que as significações das palavras estabelecem uma relação de interdependência semântica capaz de construir uma realidade discursiva sempre inédita a cada proferimento. Por essa perspectiva polifônica e interdependente de linguagem, o sentido não é um dado objetivo, mas uma construção intersubjetiva.

Considerando a objetividade informativa perseguida pelo discurso jornalístico em contraponto à intersubjetividade argumentativa inerente à língua que subjaz a todo discurso, o propósito desta pesquisa é analisar, à luz dos pressupostos da ANL, como se dá a construção de sentidos no discurso da notícia. Para tanto, propomos as seguintes questões norteadoras:

- Assumindo a hipótese da ANL de que a natureza argumentativa da língua é constitutiva dos sentidos intersubjetivos do discurso, de que modo essa argumentatividade e essa intersubjetividade constroem sentidos no discurso da imprensa, criando ao mesmo tempo um efeito de objetividade?

- Considerando que o discurso da notícia, como todo discurso, insere-se em um quadro enunciativo, cujo ponto focal é a construção intersubjetiva de objetos, de que modo a polifonia linguística e a interdependência semântica concorrem para a produção de sentidos aparentemente objetivos?

A fim de dar conta das questões de pesquisa, estabelecemos como objetivos:

- Objetivo Geral:
 - Explicar a construção dos sentidos expressos nos discursos de duas notícias sobre o resultado do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, veiculadas nos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora.
- Objetivos Específicos:
 - Analisar as assimilações e atitudes do locutor em relação às diferentes vozes, e seus respectivos pontos de vista, evocadas na composição dos sentidos expressos nas notícias;
 - Analisar a interdependência semântica constitutiva das argumentações que constroem os sentidos expressos nas notícias.

Adotamos a Argumentação na Língua como marco teórico por se tratar de uma teoria que investiga a produção de sentidos por uma perspectiva singular de linguagem: segundo a ANL, em vez de fornecer uma representação estática da realidade empírica, a linguagem constrói uma realidade discursiva a partir do próprio dinamismo enunciativo, da interação locutor/interlocutor. Evidentemente, não se trata de negar que haja um aspecto informativo na notícia, mas de assumir que, se o ato de informar demanda lançar mão dos recursos da língua, e se a natureza da língua é argumentativa, o discurso que a tem por lastro, e os sentidos produzidos nesse discurso, são inegavelmente argumentativos.

No que se refere ao *corpus* desta pesquisa, selecionamos duas notícias sobre o resultado do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, tendo em vista não só a repercussão do acontecimento na maioria das esferas de interlocução do país, mas a pluralidade de perspectivas discursivas que o temário político suscita. Escolhemos trabalhar dois discursos sobre o mesmo fato da realidade empírica por considerarmos que diferentes sentidos produzidos constroem distintos fatos discursivos. No que se refere aos veículos, optamos pelos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora, os quais, segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional

de Jornais², foram respectivamente o primeiro e o sétimo jornal de maior circulação digital no Brasil, sendo Zero Hora o jornal gaúcho de melhor classificação nesse ranking. Nosso propósito é analisar discursos construídos para atingir, ainda que virtualmente, os maiores públicos leitores, tanto no âmbito nacional quanto no regional. A opção por edições *on line* deve-se à instantaneidade e à flexibilidade que a plataforma permite, o que minimiza influências do tempo (quanto mais tempo decorre, mais o relato é contaminado pela repercussão na opinião pública) e do espaço (o espaço físico limita-se a determinado número de laudas), fatores aos quais a edição impressa está sujeita.

Por fim, a motivação da escolha do *corpus* deve-se a que o discurso jornalístico, à exceção dos artigos de opinião, pretende ser imparcial e informativo ante os olhos dos leitores do noticiário, levando-os a crer na supremacia do componente objetivo do sentido, isto é, na função da linguagem limitada a mostrar a verdade dos fatos. Na contramão do senso comum, a ANL privilegia o aspecto intersubjetivo do sentido, pelo qual os sujeitos constituem-se mutuamente na interação verbal, ao mesmo tempo que constroem uma realidade discursiva através das atitudes que tomam em relação aos dizeres do outro no debate que é a enunciação. Se o senso comum credita objetividade e neutralidade ao discurso jornalístico, a ANL credita à língua, subjacente a qualquer discurso, uma natureza intersubjetiva e argumentativa que emergirá cada vez que for realizada discursivamente.

² Pesquisa realizada em 2015. Fonte: Instituto Verificador de Circulação (IVC) – circulação média diária no período de janeiro a dezembro de cada ano correspondente. Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>.

2 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Segundo Felipe Pena (2015, p. 9), o desejo de “estar presente em vários lugares ao mesmo tempo e saber de tudo que se passa nos mais diversos contextos”, o qual vem pautando as empreitadas exploratórias da humanidade desde as Grandes Navegações até as viagens espaciais, tem origem, na verdade, no medo de não conhecer e, por conseguinte, de não controlar eventos naturais e mesmo sociais. O jornalista e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense afirma ainda que, apesar de não termos o “dom da ubiquidade”, a alteridade compensa nossa limitação por meio das informações que *o outro* nos fornece acerca dos lugares e fatos que não podemos alcançar por conta própria. Se assimilarmos esse *outro* à figura do jornalista e o generalizarmos como mídia, seria esta a responsável efetiva pela mediação entre o leitor/telespectador/ouvinte (limitado espaço-temporalmente) e os eventos que ocorrem em todos os lugares a todo tempo.

Ao assumirmos como possível a ubiquidade mediada pelo outro, uma questão se impõe: até que ponto esse mediador não contamina com sua subjetividade os objetos e fatos do mundo que traz até nós? Solucionar o impasse demanda, ainda segundo Pena, definir a subjetividade não como oposta à objetividade, mas como constitutiva da objetividade, na medida em que os “fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias”. Essa interdependência dos aspectos objetivo e subjetivo está presente no jornalismo a tal ponto que os jornalistas são orientados a manter a objetividade de suas notícias valendo-se da estratégia de ouvir diferentes versões dos fatos. Podemos afirmar então que a objetividade é construída a partir de diferentes subjetividades, uma vez que não há fronteira entre informação e opinião.

De acordo com Sponholz (2003), objetividade jornalística consiste em um “conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática”. A autora assume que existe uma realidade empírica independente da percepção dos sujeitos, passível apenas de ser contatada e conhecida por eles; porém admite que o conhecimento é sempre “seletivo, perspectivo e construtivo”. Se considerarmos que o conhecimento sobre a realidade é constituído pelo discurso sobre realidade, a adjetivação de Sponholz coloca o locutor no centro de uma realidade construída a partir da seleção de objetos sob determinados pontos de vista. Uma vez que a subjetividade é constitutiva do conhecimento da realidade (ainda que não constitutiva da realidade diretamente), já não é possível considerar objetividade e subjetividade

como opostos. Nesse sentido, Sponholz entende que a objetividade é um processo de “busca e aproximação da realidade”, do qual faz parte a subjetividade.

Objetividade e imparcialidade fundem-se na reflexão de Miguel e Biroli (2010) sobre o fazer jornalístico hoje adotado pelo profissional que pretende se legitimar socialmente na profissão: ele deve construir o discurso jornalístico a partir de um ponto de vista universalizante. Segundo essa prática, posicionamentos conflitantes são reconstituídos de forma justa, em um “espaço público unificado, do qual a imprensa seria o espelho e o agente regulador”. Nessa realidade construída a partir da assimetria entre a voz que regula e a voz que é regulada, a objetividade não passa de um produto de estratégias discursivas que o jornalista aprende e deve dominar para abrir espaço a “diferentes vozes”, mantendo um distanciamento capaz de produzir um efeito de equilíbrio e imparcialidade, dando ao discurso feições de uma “unidade forjada” (TUCHMAN, 1972/1973 apud MIGUEL e BIROLI, 2010). A objetividade calcada na pluralidade e na imparcialidade confere enfim ao discurso jornalístico o estatuto de discurso da verdade ante seu público. Na notícia do jornal, o leitor é levado a acreditar que encontrará os fatos tais quais ocorreram, as diferentes opiniões em igualdade de espaço, a verdade. Todavia, trata-se de uma verdade relativizada, pois os fatos são construídos discursivamente a partir de aspectos da realidade (e vozes que se posicionam sobre esses aspectos) que o jornalista elege como relevantes.

Ponderando sobre os limites da apreensão subjetiva da realidade, Moretzsohn (2002) não descarta totalmente a realidade empírica do discurso jornalístico. Segundo a autora, se o jornalista interpreta o fato que observa para, a partir de determinado ponto de vista, construir uma narrativa, isso não implica que o real possa ser manipulado indiscriminadamente. A realidade factual, cuja existência independe das interpretações dos sujeitos, é constitutiva de múltiplas realidades discursivas. A questão central é demonstrar que “o jornalismo não é o *discurso da realidade* (como diz ser), mas *um discurso sobre a realidade*”. Contudo, a imprensa insiste em se apresentar como mediadora neutra entre o leitor e a realidade, como instância de uma linguagem transparente a ponto de refletir os fatos como eles são. Pretender que a linguagem reflita uma realidade que fala por si é uma ficção segundo a autora, “pois obviamente os fatos não falam, quem fala é quem os identifica como importantes e os traduz como notícia”. Nessa perspectiva é possível prospectarmos a evocação do locutor como sujeito que se apropria da língua e mobiliza pontos de vista para construir sentidos.

Considerando as perspectivas até aqui apresentadas, é possível perceber que as reflexões convergem para uma interdependência entre objetividade e subjetividade, desconstruindo a crença do senso comum (estimulada pela própria imprensa) pela qual seria

possível, e até recomendável, que a notícia refletisse fielmente os fatos, sem qualquer interferência do sujeito que a escreveu. A discussão, no domínio teórico da Comunicação e do Jornalismo, sobre o papel do sujeito na construção do objeto noticiado pode ainda avançar no campo da Linguística, em especial através da Teoria da Argumentação na Língua (ANL). Segundo essa abordagem, os sentidos produzidos no discurso são eminentemente intersubjetivos, na medida em que, ao nos referirmos aos objetos da realidade empírica, não os refletimos, mas os colocamos em um debate entre sujeitos. Esse debate, por sua vez, só é possível porque a língua é essencialmente argumentativa, uma vez que o próprio sistema linguístico prevê orientações para que os sujeitos continuem o discurso em determinadas direções. Se o Jornalismo assume a hipótese de que a subjetividade é constitutiva da objetividade, e a ideia de uma linguagem absolutamente transparente é ficção, a Linguística, à luz da semântica linguística, pode contribuir para corroborar essa hipótese, demonstrando de que modo a intersubjetividade constrói simbioticamente sujeito e objeto.

3 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A Teoria da Argumentação na Língua, ao propor que os sentidos são construídos pelas relações estabelecidas entre as palavras no discurso, assume um princípio de reciprocidade que será, mais adiante, denominado interdependência semântica. Por ora, um exemplo dessa mutualidade constitutiva do sentido pode ser ilustrado pelo trecho a seguir, extraído de uma notícia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo³, sobre o pronunciamento de posse de Michel Temer como presidente interino da República durante o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff:

Na cerimônia de posse dos novos ministros, o peemedebista se concentrou em afagar o Congresso Nacional [...]

No trecho em destaque, a palavra *afagar*, posta em relação com *Congresso Nacional*, distancia-se do significado dicionarizado “fazer um carinho com a mão”, até mesmo porque, em um sentido literal, não se acaricia uma instituição, ainda que se possa acariciar cada um de seus participantes (no caso, 513 deputados). O sentido construído na relação entre as duas expressões pode orientar para “a instituição Executivo buscou aproximar-se da instituição Legislativo”; e mais: “se é preciso se aproximar, então há um distanciamento”; e ainda: “se é permitido afagar, então há proximidade com o outro”. O sentido que a palavra *afagar* assume quando posta em relação com as demais palavras do enunciado, as palavras que *afagar* autoriza na continuação do discurso, os pressupostos subjacentes a *afagar*, tudo é articulado para construir uma interação verbal entre leitor e jornalista, na qual este (na qualidade de locutor) fornece àquele (na qualidade de alocutário) determinadas orientações para a continuação discursiva, indicando o rumo que a interação deve tomar. Ou seja, mais do que transmitir um conteúdo informativo, o sentido nos fala sobre a sua própria enunciação.

A enunciação, por sua vez, pressupõe, ao mesmo tempo, intersubjetividade e argumentatividade. Se, por um lado, há sempre um *eu* que fala para um *tu*, esperando deste uma resposta, esse falar não admite uma continuação aleatória. O discurso do locutor (*eu*) contém orientações para que o interlocutor (*tu*) continue o diálogo em determinada direção, mas não em qualquer direção. Seja para concordar, seja para discordar do que foi dito, o ponto de partida é a compreensão, e essa se baseia em orientações contidas no dizer do outro. Esse orientar o

³ Edição *on line* do dia 12 de maio de 2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770723-temer-critica-situacao-do-pais-e-defende-manutencao-da-lava-jato.shtml?cmpid=newsfolha> . Acesso em 16 de maio 2016.

discurso-resposta, esse fluxo mútuo pelo qual a fala de um sujeito constitui-se a partir das possibilidades que lhe dá a voz de outro sujeito, é o que a ANL considera argumentar.

Observemos o trecho a seguir, extraído de uma notícia veiculada pelo jornal Zero Hora⁴, sobre a nova identidade visual do governo federal:

O logotipo definido pelo presidente interino Michel Temer, como nova identidade visual do governo federal é baseado em uma versão antiga da bandeira brasileira, que vigorou durante a ditadura militar, entre os anos de 1960 e 1968, conforme publicou o jornal Folha de S. Paulo nesta segunda-feira. A marca tem somente 22 estrelas, contra as 27atuais, que representam todos os Estados e o Distrito Federal.

Uma vez que a identidade visual do atual governo baseia-se na bandeira que vigorou durante a ditadura militar, é possível assumir uma orientação para continuação discursiva no sentido de que o atual governo identifica-se com a ditadura. Considerando que o discurso jornalístico estrutura-se como a enunciação de um EU (jornalista) para um TU (leitor), o leitor pode concordar ou discordar do jornalista. De uma maneira ou de outra, a resposta do leitor partirá da compreensão de uma orientação que constitui o governo atual pela perspectiva da ditadura.

Não obstante seja o sentido construído à medida que as palavras são enunciadas por alguém, a ANL rejeita a unicidade do sujeito falante, apontando que outras vozes são evocadas nessa composição semântica. Muito embora atribua a responsabilidade pelo enunciado a um único locutor, a Teoria⁵ identifica outras instâncias enunciativas, denominadas enunciadores, a partir das quais diferentes pontos de vista são articulados pelo locutor na composição do sentido. Essa pluralidade de vozes, denominada polifonia no escopo da ANL, pode ser percebida em fenômenos linguísticos como a pressuposição e a negação.

Se o sentido é construído no discurso a partir das posições argumentativas que os sujeitos assumem em relação aos dizeres seus e de outrem, isso é possível porque a argumentatividade está inscrita no próprio sistema da língua, na significação das palavras que orienta para determinadas relações com determinadas palavras. Por tal perspectiva metodológica, a relação argumentativa linguística toma uma feição bastante particular: uma espécie de comparação constitutiva, cuja “forma fundamental consiste em determinar um objeto por referência a um outro” (Ducrot, 2009, p. 15). Comparação essa que se estrutura

⁴ Edição on line do dia 16 de maio de 2016. Disponível em [HTTP://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia2016/05/novo-logo-do-governo-federal-usa-bandeira-que-vigorou-na-ditadura](http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia2016/05/novo-logo-do-governo-federal-usa-bandeira-que-vigorou-na-ditadura). Acesso em 17 de maio de 2016.

⁵ Ao utilizarmos o termo Teoria (com inicial maiúscula), estamos nos referindo à Teoria da Argumentação na Língua.

invariavelmente em um padrão binário: um antecedente relaciona-se com um conseqüente mediante uma conexão que pode ser normativa ou transgressiva. Por exemplo: “utilizar bandeira com 22 estrelas, portanto evocar a ditadura” estrutura-se normativamente por conta do conector empregado, ao passo que “utilizar bandeira com 22 estrelas, no entanto não evocar a ditadura” estrutura-se transgressivamente.

O conceito de argumentação linguística é inspirado na concepção saussuriana de língua como sistema de signos, em especial no valor linguístico (SAUSSURE, 2006, p. 134), segundo o qual os valores são regidos por um princípio paradoxal: constituídos ao mesmo tempo por formas dessemelhantes e semelhantes. Para assumir Saussure, contudo, Ducrot recua ao princípio de alteridade desenvolvido por Platão no diálogo *Sofista*, segundo o qual, além das quatro categorias fundamentais da realidade (o Movimento, o Repouso, o Mesmo e o Ser), há uma quinta ideia: o Outro, cuja essência permeia todas as categorias, dando a elas identidade na medida em que fazem parte, cada uma, da natureza do Outro. Em termos de uma teoria semântica pela qual o sentido é construído na e pela relação argumentativa entre as palavras, a ANL tem na alteridade platônica o fundamento capaz de dar conta de como efetivamente funciona esse *constituir um objeto linguístico por oposição a outro*, axioma creditado a Saussure.

3 1 ALTERIDADE, VALOR E ARGUMENTAÇÃO – UM PERCURSO ATÉ A ANL

Antes de desenvolvermos os conceitos que serão aplicados nesta pesquisa, cabe um breve resgate de aspectos do pensamento de Platão e Saussure que inspiraram Ducrot na concepção da ANL. Trataremos, a seguir, de dois conceitos: alteridade platônica e valor saussuriano, que concorreram para a construção da argumentação linguística ducrotiana.

3.1.1 A alteridade em Platão

Na Grécia do século IV a.C., prosperava a preocupação em explicar o universo, sua origem e seu funcionamento de forma racional, desvinculada da mitologia. Os pensadores de então, denominados pré-socráticos não só pela cronologia anterior a Sócrates, mas por se aterem mais aos fenômenos da natureza (*physis*) do que às questões do homem, buscavam descobrir um princípio universal (*arché*) que desse conta, a um só tempo, da aparência mutável e da essência imutável de todas as coisas. Dentre esses filósofos primordiais, dois influenciaram profunda e diametralmente a Teoria das Ideias de Platão: Heráclito e Parmênides. Heráclito

afirmava que *arché* era o movimento contínuo resultante da tensão entre elementos tanto opostos quanto complementares (o caminho de subida e de descida de uma montanha, por exemplo); que a contradição levava ao equilíbrio e, sem ela, não haveria sequer realidade. Parmênides afirmava que o universo era uma entidade una e imutável; que toda mudança ocorria dentro de um sistema fechado e imóvel; que o movimento, portanto, não passava de uma ilusão, já que a essência das coisas sempre existiu e sempre existirá (MAGEE, 2001, p. 14-16).

Segundo Cordero (1993), Parmênides considera o *ser* uma entidade absoluta, definida por um conjunto de atributos fixados desde sempre, e nesse conjunto inflexivelmente circunscrita. Uma vez que ser absoluto implica ser imutável, deve-se assumir que a imobilidade é a essência das coisas tomadas tão somente em si mesmas, das coisas que não se movem e, portanto, não se misturam. Essa descrição estática e positiva do *ser* impossibilita o seu próprio negativo. Assim, o *não-ser* não existe, e tampouco se pode falar sobre ele, pois o ato de negar implica movimento e relativização. Expandindo esse raciocínio para a noção de Verdade, isto é, tomando-a como um *ser* que não pode *não-ser*, a *não-Verdade* não pode ser dita, sob pena de cair em contradição aquele que a disser.

Aliando as perspectivas de Cordero e Magee, não é difícil compreender que a busca pela Verdade, pela essência dos *seres*, era o mote dos filósofos clássicos, desde antes de Sócrates até depois de Aristóteles. Diferentemente dos filósofos, porém, progredia uma classe de profissionais que ganhava a vida desafiando a impossibilidade do *não-ser*: os sofistas. Eles eram especialistas na oratória, sua técnica impressionava auditórios e angariava clientes ávidos por aprender a arte de triunfar na ágora, em debates de toda a sorte e a qualquer preço. Contudo, o compromisso dos sofistas nem sempre era compatível com a Verdade; ao contrário, seus métodos flertavam sem pudor com a relativização e o movimento retórico capaz de construir verdades pelas palavras, muitas vezes costuradas no fio do *não-ser Verdade*. Em contraponto aos sofistas, os filósofos erguiam suas vozes na *polis*, em nome do verdadeiro conhecimento em detrimento da ilusória opinião; dentre eles estava Platão, discípulo de Parmênides.

Na ofensiva contra os sofistas, o primeiro argumento disponível a Platão vinha da descrição positiva do *ser*, a qual impedia o *não-ser* de existir. Considerando uma polaridade em que o filósofo é o positivo e o sofista é o negativo, aquilo que o filósofo é o sofista *não é*; tomando, portanto, o filósofo como *ser*, restaria ao sofista *não-ser*. Um argumento válido no mundo inteligível, porém refutado no mundo sensível⁶, visto que os sofistas existiam no plano

⁶ Segundo GOBIS, Platão postula, em sua Teoria das Ideias, que há dois planos: o mundo sensível, dos fenômenos, acessível aos sentidos; e o mundo inteligível, das ideias e abstrações.

concreto, o que demandava investigar mais sobre a essência do *ser* para dar conta dessa incômoda existência.

O dilema que instigou Platão também o levou a questionar o mestre Parmênides em um princípio basilar, o da essência positiva e imutável do *ser*. Se, no mundo das ideias, o filósofo *é* e o sofista *não é*, mas no mundo sensível encontramos ambos, então o *não-ser* tem existência; o *não-ser*, de algum modo, *é*. Esse dilema, dialeticamente⁷ problematizado no diálogo *Sofista*, e reconhecido pelo próprio Platão como uma espécie de parricídio filosófico em relação ao “pai Parmênides”, tem solução na medida em que o personagem Estrangeiro nomeia e define as categorias fundamentais da realidade: o Movimento, o Repouso, o Mesmo e o Ser, acrescentando uma categoria singular: o Outro.

Então, precisamos admitir a natureza do outro como a quinta ideia ao lado das que já aceitamos. [...]. Ideia essa, *é* o que diremos, que penetra em todas as outras, pois cada uma em separado *é* diferente das demais, não por sua própria natureza mas por participar da ideia do outro[...]. De onde fica também certo, necessariamente, que o *não-ser* está no movimento e em todos os gêneros, pois a natureza do outro, entrando em tudo o mais, deixa todos diferentes do *ser*, isto *é*, como *não-ser*, de forma que, sob esse aspecto, poderemos, com todo o direito, denominá-los *não existentes*, e o inverso: afirmar que *são e existem*, visto participarem da existência. (PLATÃO, XL - XLI)

O Outro, ao permear as demais categorias, dá a elas identidade na medida em que fazem parte, cada uma, da natureza do Outro. Permear, por sua vez, implica movimento, o que inaugura uma concepção de *ser* não mais como um objeto isolado em si mesmo, em sua descrição positiva, mas como uma potência que leva as realidades a se misturarem, como uma possibilidade de comunicação. Esse princípio de comunicação recíproca torna possível entender que a essência de um objeto *é* estabelecida por dois limites: *ser* o mesmo que ele próprio e diferente do outro. Em suma: identidade e diferença são princípios que definem a coisa. A partir dessa concepção de *ser* como *poder*, como dinamismo e mistura, e com base nos princípios de identidade e diferença, *é* possível conceber o *não-ser* em paridade com o *ser*, superando Parmênides. Dizer que uma coisa *não é* *é* dizer que ela *é diferente de outra*. O *não-ser* *é* tão somente o *ser outro*.

Muito embora a discussão proposta no *Sofista* não se debruce originalmente sobre questões linguísticas, *é* na investigação do discurso que Platão, em muitos momentos, apoia a empreitada teórica que culminou na sua concepção de alteridade. A estreiteza do elo entre alteridade e linguagem *é* percebida em trechos como:

⁷ A dialética platoniana era um método de investigação da Verdade baseado em três eixos: a tese, a antítese e a síntese. Do confronto entre tese e antítese obtinha-se a síntese que, segundo Platão, seria o caminho mais seguro para construir um conhecimento verdadeiro e livre da ilusão das opiniões.

Por nos vermos forçados, para defender-nos, a pôr à prova a tese de nosso pai Parmênides e arrancar a conclusão de que seja como for, o não-ser existe, e que o ser, por sua vez, de algum modo não existe. [...] pois, a menos que a aceite ou a refute, ninguém poderá falar de discursos ou opiniões falsas, ou de simulacros e de imagens, de imitações e de aparências, nem das respectivas artes, sem cometer o ridículo de cair nas mais grosseiras contradições. (PLATÃO, XXIX)

Não podemos concordar que com o emprego da negação indicamos o contrário da coisa enunciada, mas apenas que o Não colocado antes dos nomes que se seguem indica algo diferente das coisas cujos nomes vêm enunciados depois da negação. (PLATÃO, XLI)

O mais radical processo para acabar com qualquer espécie de discurso é isolar cada coisa do seu conjunto, pois o discurso só nos surge pronto pelo entrelaçamento recíproco das partes. (PLATÃO, XLIV)

Tomando o princípio de alteridade posto no diálogo platoniano para dar conta da existência do sofista como *o outro* em relação ao filósofo ou, por extensão, da existência do *não-ser* como *o outro* em relação ao *ser*, na verdade percebemos mais do que uma proximidade entre *a ideia* e *o discurso sobre a ideia*. Percebemos que essas linhas convergem e, ao convergirem, nos levam a descrever a realidade não mais de forma absoluta, mas relativa; não mais de forma positiva, mas negativa. Nossa percepção, vale registrar, caminha sobre as pegadas de Ducrot (2009), quando o linguista pondera que o *outro*, inoculado no cerne do *ser* por Platão, surge como germe de uma concepção sistêmica de linguagem em um tempo anterior a prospecções linguísticas dessa natureza, pelo menos no ocidente.

3.1.2 O valor em Saussure

[...] é preciso reconhecer que valor exprime melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber que uma forma não significa, mas vale: esse é o ponto cardeal. Ela vale, por conseguinte ela implica a existência de outros valores. (SAUSSURE, 2012, p. 30)

[...] verifiquemos inicialmente que, mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos: 1°. por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar; 2°. por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa. [...] Do mesmo modo uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma ideia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. (SAUSSURE, 2006, p. 135)

Ambas as citações sintetizam a visão de língua a partir da qual Ferdinand de Saussure fundou a Linguística como a ciência que hoje conhecemos. O então filólogo e professor dos cursos de Linguística Geral da Universidade de Genebra em 1906-1907, 1908-1909 e 1910-1911 (SAUSSURE, 2006, p. 1) rompe com uma tradição comparatista e diacrônica, centrada na comparação entre as línguas e sua evolução ao longo do tempo, e propõe descrever a língua analisando o funcionamento articulado de seus constituintes, em

determinado recorte no tempo. Em outras palavras, Saussure instaura, nos estudos linguísticos, a perspectiva sincrônica de análise.

Ao adotar uma abordagem sincrônica, o linguista impõe a si mesmo a tarefa de compreender como funciona a língua decompondo-a em seus elementos e observando como eles se comportam em presença uns dos outros. Desse modo é possível perceber a língua como um sistema, composto por elementos entre os quais se estabelecem relações. Como é da natureza do sistema linguístico, os constituintes não podem ser definidos em si mesmos, senão pelo resultado de suas inter-relações, pelo valor que assumem no confronto com os outros constituintes. Nesse sentido, a própria existência de um valor só é possível porque há outros valores a serem comparados, seja por suas semelhanças, seja por suas diferenças.

[...] quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 2006. P. 136)

Considerar que a língua é um sistema de valores forjados nas relações entre as entidades linguísticas resulta da aplicação de um método eminentemente contrastivo: a comparação com o outro é constitutiva do valor linguístico, é somente diante do outro que se pode estabelecer uma relação de oposição capaz de delinear os contornos da própria entidade, e afirmar assim que uma entidade é o que a outra não é. Essa reciprocidade inerente à noção de valor opositivo, como percebido por Ducrot (2009) no capítulo *IV O valor linguístico* do CLG, guarda profunda semelhança com o princípio de alteridade desenvolvido no *Sofista*, embora não haja, na obra divulgada de Saussure, referências a Platão.

3.1.3 A argumentação em Ducrot

Acompanhando a prospecção teórica de Oswald Ducrot, para resgatar a essência platoniana em Saussure, é preciso considerar a linguagem como instância essencialmente intersubjetiva, em que o diálogo nos coloca frente a frente com o outro; esse outro, distinto de nós, que nos constitui à medida que nos reflete e nos faz (re)conhecer. Aplicando o princípio de alteridade a entidades linguísticas como o enunciado, por exemplo, percebemos que este somente ganha sentido a partir das direções discursivas para as quais orienta o interlocutor. Ao afirmar que “... tudo na língua é comparação ou, pelo menos, muita coisa”, Ducrot (2009, p. 12) não se refere à prosaica comparação que traça paralelos entre objetos dados *a priori*, mas a uma peculiar espécie de comparação baseada na alteridade platoniana e no valor saussuriano, em um mútuo processo através do qual cada elemento constitui-se no e pelo confronto com o

outro. Essa comparação constitutiva, lastreada na intersubjetividade e na alteridade, é o alicerce da concepção ducrotiana de argumentação.

[...] ainda que, ao falar, acreditemos dizer o que são as coisas, na verdade, contentamo-nos em colocá-las a serviço de nossas argumentações. Falar é construir e tratar de impor ao outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade. (DUCROT, 1990, p. 14)

Construir uma apreensão argumentativa da realidade não deve ser confundido com argumentar retoricamente, amalhando proposições acabadas a fim de convencer alguém sobre determinado ponto de vista. Ducrot propõe uma abordagem mais sofisticada: argumentar é estabelecer uma relação entre as palavras capaz de produzir sentido no discurso; uma relação pela qual uma palavra não possui sentido isoladamente, mas por oposição a outra palavra; uma relação pela qual o valor de uma palavra consiste na “orientação que essa palavra dá ao discurso” (DUCROT, 1990, p. 51). Se o sentido de uma palavra depende de uma relação de alteridade com as palavras que a circundam, flagramo-nos em uma interface semântico-enunciativa pela qual a argumentação é eminentemente linguística uma vez que o valor das palavras é argumentativo.

Assumir que a língua é essencialmente argumentativa, por uma perspectiva que concilia a alteridade platoniana e o valor opositivo saussuriano, levou Ducrot a construir a Teoria da Argumentação na Língua (ANL) com o objetivo de explicar como a língua organiza-se para produzir sentidos no discurso. Com efeito, o ponto de partida das análises é o discurso na sua materialidade irrepitível, uma vez que é preciso primeiro observar os fenômenos linguísticos para depois fazer generalizações e depreender hipóteses. Não obstante isso, o ponto de chegada da Teoria⁸ é a própria língua, estruturada em relações argumentativas que, no domínio do sistema linguístico, subjazem aos sentidos percebidos no discurso, sentidos esses passíveis de serem reproduzidos.

Em termos metodológicos, Ducrot descreve os sentidos produzidos no discurso, elabora hipóteses para explicar como a língua torna possível construir esses sentidos, e retorna finalmente ao discurso para testar as hipóteses através da reprodução dos sentidos. Dentro do escopo da ANL, apresentamos preliminarmente os dois conceitos mobilizados nas análises desta pesquisa, os quais acreditamos evidenciarem a alteridade e o valor como questões de fundo da Teoria: a polifonia linguística e os encadeamentos argumentativos.

A polifonia linguística contrapõe-se à tradicional unicidade do sujeito falante, evidenciando que, além do locutor, há outras instâncias enunciativas no discurso. Por essa

⁸ Ao longo deste trabalho, o termo Teoria fará referência à ANL.

perspectiva, o sentido do enunciado não consiste em representar objetos da realidade, e tampouco o interesse do linguista resume-se a decifrar o conteúdo veiculado na enunciação. Ao contrário, a enunciação assemelha-se a um teatro, no qual várias vozes ora contrastam entre si, ora completam umas às outras no processo de produção de sentido; cabe ao linguista descrever essa enunciação no seu aspecto intersubjetivo, no debate travado pelos sujeitos acerca de suas apreensões argumentativas da realidade.

Considerando que é através de discursos que os sujeitos enunciam-se uns perante os outros, e que discursos constituem-se de enunciados, o que delimita cada enunciado é a relação argumentativa estabelecida entre dois segmentos encadeados. O encadeamento argumentativo, assim denominado na Teoria, apresenta uma configuração binária: dois segmentos articulados por um conector ora normativo (do tipo *portanto*), ora transgressivo (do tipo *no entanto*). Apesar de nitidamente marcada pelo conector, a fronteira entre os termos encadeados não os segrega em unidades discretas e autossuficientes, mas os une de modo constitutivo: cada segmento somente ganha sentido na medida de sua relação com o *outro* segmento.

3.1.4 Uma instância de convergência de Platão, Saussure e Ducrot

Em Platão, o *outro* é a potência que leva as realidades a se misturarem, é o movimento em direção ora da identidade ora da diferença. Esse dinamismo simbiótico é possível na medida em que os limites entre o *ser* e o *outro* são permeáveis, permitindo uma interpenetração que se revela constitutiva de cada um. Dessa reciprocidade resulta que ***não-ser é ser outro***.

Em Saussure, o *outro* é essencial à noção de valor, considerando que uma entidade linguística é o que a outra não é. Se na língua só existem diferenças, essa negatividade opera na fronteira entre os signos, ou entre significante e significado, permitindo confrontar semelhanças e dessemelhanças entre elementos relativamente estáveis. Dessa concepção de signo eminentemente diferencial resulta que ***ser é não ser outro***.

Em Ducrot, o *outro* assume papel fundamental em todos os estratos metodológicos, desde a estruturação da interdependência semântica até a configuração da polifonia. É pela articulação das vozes dos enunciadores que a voz do locutor se constitui no enunciado; é pelo encadeamento normativo ou transgressivo entre segmentos que as significações das palavras abandonam o eixo abstrato das possibilidades em direção à realidade do sentido. A solução metodológica da ANL, inserida em um quadro enunciativo e portanto intersubjetivo, concilia

as perspectivas platoniana de alteridade e saussuriana de valor, ao mesmo tempo que as supera: *ser é ser (em relação a) o outro*.

Considerando a convergência das perspectivas teóricas de Saussure e Ducrot para o princípio de alteridade de Platão, é preciso não esquecer que a enunciação é a instância do *outro*. É no domínio do intersubjetivo que o *outro* confronta o *ser*, visto que o mundo inteligível toca o mundo sensível através do discurso sobre a ideia; é no eixo da fala que as formas são arbitrariamente convencionadas para entrar no sistema da língua; é no plano do discurso que as palavras da língua são postas em relação normativa ou transgressiva para produzir sentido. Se o *outro* penetra constitutivamente a essência do *ser*, esse movimento se realiza no horizonte da enunciação, agora sob os olhos reconciliados de Heráclito e Parmênides.

3.2 ABSTRAÇÃO E CONCRETUDE – UMA SEMÂNTICA EM DOIS EIXOS

Pois a oposição língua e fala tem em Saussure, duas funções. Uma metodológica, corresponde à distinção clássica entre o objeto construído pelo pesquisador e o dado do qual este objeto deve fornecer uma explicação. [...] Ora Saussure emprega o mesmo par de palavras para uma outra distinção, que se poderia chamar material, e que é, desta feita, interior ao dado, dado de que ela opõe duas regiões. (DUCROT, 1987, p. 64)

Situando a ANL em um quadro ao mesmo tempo enunciativo e estruturalista⁹, Ducrot vale-se da comparação que Saussure estabelece entre a relação língua/fala e a relação partitura/execução de uma música, para afirmar que a dicotomia metodológica produz uma espécie de dicotomia material: no domínio da fala (portanto da realização empírica), haveria fenômenos de duas naturezas: fenômenos que manifestam diretamente o sistema linguístico (construto teórico), os quais Ducrot denomina *língua; e fenômenos somente explicáveis indiretamente, os quais Ducrot denomina *fala.¹⁰

[...] Queremos dizer que o objeto teórico “língua” não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala. Assim, para que cheguemos a nos exprimir em termos saussurianos, devemos utilizar ao mesmo tempo a duas oposições em que aparece o par língua-fala, de modo a tomar emprestado um termo à primeira oposição e o outro à segunda. (DUCROT, 1987, p. 64)

A relação *língua/*fala, projetada sobre o domínio saussuriano da fala, transcende o próprio Saussure, uma vez que “a distinção metodológica deve ser projetada sobre o dado” (DUCROT, 1987, p. 64-65). Sobre essa projeção Ducrot apoiará sua hipótese de que a enunciação (aqui tomada como o fato geral que permeia os fatos particulares de enunciação)

⁹ Ser estruturalista, no estudo de um domínio qualquer, é definir os objetos deste domínio uns em relação aos outros, ignorando voluntariamente aquilo que, na sua natureza individual, se defina apenas em relação aos objetos de outro domínio. (DUCROT, 1987, P. 67)

¹⁰ Mantivemos a convenção de (DUCROT, 1987, p. 64).

dever ser introduzida no interior do enunciado (tomado aqui como cada enunciação em particular). Em outras palavras, Ducrot constrói uma semântica linguística que se pode chamar estruturalista, ao propor a descrição da língua pelas próprias relações intralinguísticas; mas alicerça essa semântica na enunciação, ao partir dos sentidos produzidos nos enunciados para explicar como a língua efetivamente faz sentido.

O arcabouço estruturalista e enunciativo da semântica linguística conduz inescapavelmente a uma distinção de domínios nos moldes da dicotomia língua/fala do CLG. Assim como Saussure, Ducrot desenvolve a ANL em dois eixos: o abstrato e o concreto.

No domínio do abstrato situa-se a língua, entidade teórica construída pelo linguista, composta por palavras e frases, bem como por um conjunto de possibilidades combinatórias que a Teoria define como significação. Cada palavra da língua possui uma significação aberta e instrucional. Aberta porque, fora da cadeia da fala, as palavras não passam de potências de articulação com outras palavras, imersas na virtualidade do sistema linguístico. Instrucional porque a significação orienta para a combinação com outras palavras, mas não com todas. Ao mesmo tempo em que a significação abre possibilidades de comunicação entre as palavras, ela restringe essas possibilidades às regras do sistema linguístico, este lastreado no que outrora fora arbitrado e convencionalizado, e ora é compartilhado pela comunidade de falantes.

Ainda na virtualidade do sistema, as palavras combinam-se de acordo com o que suas significações orientam para formar frases. Uma vez que são abstrações, as palavras e as frases não são ouvidas ou faladas, elas apenas subjazem aos enunciados que falamos e ouvimos (estes sim no plano concreto). Tal condição eleva as entidades abstratas acima das restrições espaço-temporais implicadas na enunciação, permitindo que uma mesma frase seja realizada através de inumeráveis enunciados.

Segundo estratificado por Ducrot (1984, p. 369), as frases ocupam o nível elementar no eixo abstrato da língua, em contraponto ao texto, alocado no nível complexo do sistema. Assumir a significação como o valor semântico da frase, nesse horizonte abstrato e sistêmico, permite afirmar que descrever semanticamente uma língua é descrever a significação de suas frases. Contudo, a descrição no eixo abstrato não se divorcia da enunciação:

[...] trata-se de atribuir a cada frase uma significação tal que se possa, a partir dessa significação, prever o sentido que terá seu enunciado em tal ou tal situação de emprego. O único modo de justificar a descrição semântica de uma frase é então mostrar que essa descrição permite bem calcular, dada uma situação de discurso particular, o (s) sentido (s) atribuível (veis) ao enunciado dessa frase nessa situação. (DUCROT, 1980)

No vértice dos eixos abstrato e concreto, apresenta-se a enunciação, à qual Ducrot refere-se apenas, mas jamais de forma ingênua, como o surgimento histórico do enunciado. O

adjetivo *histórico* merece relevo, pois o enunciado é a realização sempre inédita de uma frase, situada em um espaço e um tempo irrepetíveis. Ainda que a frase subjacente seja a mesma, a cada proferimento seu estamos diante de um novo enunciado, não fosse por todos os outros fatores envolvidos, seria pelo tempo que se escoaria sem cessar.

Enquanto frases e textos são entidades abstratas (em níveis elementar e complexo respectivamente), enunciados articulam-se para compor discursos. Cotejando agora os dois eixos, retomando a estratificação de Ducrot (1984), se o enunciado é a realização da frase no nível elementar da atividade linguística, o discurso é a realização do texto no nível complexo.

Assim como a significação é o valor semântico atribuído às palavras, o sentido é o valor semântico atribuído aos enunciados. Entretanto, o sentido não consiste em possibilidades e restrições, no movimento do devir; ao contrário, é a estabilização produzida na medida em que as palavras são combinadas na cadeia da fala, na medida em que um sujeito falante, o locutor, enuncia-se diante de outro sujeito, construindo uma imagem da própria enunciação, além de instruções para que o interlocutor continue o discurso em determinada direção.

Assumir que o sentido do enunciado contém instruções para sua continuidade demanda assumir que o sentido diz mais sobre a atividade dos sujeitos envolvidos na enunciação do que sobre o conteúdo do discurso. Trata-se de uma mudança radical de foco: do objetivo para o subjetivo. Trata-se de considerar que, mesmo quando descrevemos um objeto, na realidade o que fazemos é colocar esse objeto em um debate entre sujeitos (DUCROT, 1990a). Trata-se de superar a dicotomia *linguagem denotativa/linguagem conotativa*, e propor uma linguagem essencialmente argumentativa, a qual engloba os aspectos subjetivo e intersubjetivo no movimento mútuo de dar direção ao discurso do outro.

[...] quero dar ao aspecto informativo, veritativo, fatural da significação um caráter somente derivado; destruir a representação trivial segundo a qual esse aspecto constituiria o centro, o núcleo da significação. (DUCROT, 1990. P. 163)

Deslocando o aspecto informativo para a periferia do processo de produção de sentidos, e desconstruindo assim a supremacia do nível objetivo da linguagem, Ducrot unifica os aspectos subjetivo e intersubjetivo; eleva a descrição semântica a um nível efetivamente estruturalista-enunciativo, o do valor argumentativo; e cria enfim a semântica argumentativa.

Quando escolhemos o termo *perpendicularmente* em vez de *paralelamente* para ilustrar a relação entre os domínios abstrato e concreto na empreitada teórica de Ducrot, o fizemos para afastar, já de início, a imagem de intangibilidade que o paralelismo evoca. Eixos paralelos são eixos que não se cruzam; eles mantêm similitudes se comparados positivamente, porém essa comparação não rompe o casulo que envolve cada um em sua realidade positiva e

estática, não permite que as realidades convirjam. Eixos perpendiculares, por sua vez, tocam-se exatamente no nascedouro de suas direções, no ponto em que as realidades se misturam e, ao projetarem essa mistura aos pares, constituem reciprocamente uma a outra.

A metáfora cartesiana, pela qual pagamos o ônus da falta de originalidade, tem o propósito de evocar o princípio de alteridade platoniano que insiste em se fazer eloquente em todos os ângulos pelos quais visualizemos a ANL. Pela lente da alteridade, podemos perceber que a dicotomia abstração/concretude é um eficiente artifício metodológico, porém não passa de um artifício. As realidades da língua e do discurso misturam-se, como se misturam o *ser* e o *outro* platonianos. A língua é constitutiva da fala e a fala é constitutiva da língua, pois qualquer palavra é incorporada ao sistema linguístico através de um ato de arbitrariedade, convenção e compartilhamento que somente ocorre no eixo concreto da fala.

Argumentar linguisticamente é, por essa ótica, um exercício de alteridade em vários aspectos: o locutor e o interlocutor constituem-se reciprocamente pelas instruções de continuação discursiva; a significação e o sentido constituem um ao outro pois não há sentido sem que tenham sido feitas escolhas pelo locutor, e não há escolhas senão aquelas balizadas pela significação das palavras; a frase/texto é constitutiva do enunciado/discurso e vice-versa, pois não há discurso sem uma língua a ele subjacente, assim como não há língua sem o fim de dizer algo a alguém. A alteridade, como concebida por Platão e tangenciada por Saussure, é projetada bidimensionalmente no plano da enunciação por Ducrot, tornando possível descrever a língua a partir dos discursos que ela autoriza em seus arranjos, seja pelo prisma da polifonia, seja pelo prisma dos blocos semânticos, temas que abordaremos mais detalhadamente nos capítulos 4 e 5.

4 A POLIFONIA LINGUÍSTICA

Certamente, do ponto de vista empírico, a enunciação é ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia de falas. (DUCROT, 1987, p. 187)

A semântica argumentativa tem por base a intersubjetividade que se realiza pelo ato enunciativo de um locutor perante um interlocutor. O sujeito empírico, ser da realidade concreta e extralinguística, que toma a palavra para se enunciar, é evidentemente uno. Todavia, dentro do universo discursivo da enunciação, Ducrot percebe que há mais do que uma voz, desconstruindo assim o paradigma da unicidade do sujeito falante, e propondo um novo olhar sobre a construção do sentido: a perspectiva de que o sentido do enunciado é polifônico. As bases da polifonia linguística foram estabelecidas no livro *O dizer e o dito* (DUCROT, 1987), em especial no *Capítulo VIII – Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*. O desenvolvimento da pesquisa encontra-se compilado em uma série de conferências proferidas por Ducrot durante o seminário *Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*, realizado em 1988 na Universidad del Valle, em Cali na Colômbia. Aproximadamente vinte anos depois, as pesquisas de Ducrot e Marion Carel levaram à revisão e atualização da teoria polifônica, conforme detalhado no artigo intitulado *Atualização da polifonia* (CAREL & DUCROT, 2010).

Ducrot inicia o Esboço¹¹ ressaltando uma diferença capital entre a sua perspectiva e a polifonia bakhtiniana, esta inegavelmente cara à tradição linguística e literária, mas cujo objeto de estudo difere do objeto da polifonia linguística. A ressalva atém-se principalmente ao fato de que o filósofo russo ocupa-se de “sequências de enunciados, jamais [dos] enunciados de que estes textos são constituídos”¹². Entretanto, o argumento coadjuvante merece realce: enquanto, para Bakhtin, em especial nas peças literárias, “é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras”; para Ducrot, há uma assimetria entre as vozes: o locutor fala pelas vozes dos enunciadores, tomando atitudes em relação a eles para compor o sentido.

Retornando à polifonia linguística ducrotiana, e permanecendo em seu domínio daqui em diante, é importante não esquecer que os sujeitos a seguir apresentados são seres de discurso e, portanto, não devem ser confundidos com os sujeitos da vida real. As vozes desses sujeitos, por seu turno, são vozes discursivas e sua materialidade circunscreve-se ao universo da enunciação ou, mais especificamente, à imagem que o sentido do enunciado nos apresenta

¹¹ Neste trabalho, o termo Esboço (com a inicial maiúscula) fará referência ao *Capítulo VIII – Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* em *O dizer e o dito*.

¹² O termo *texto* refere-se ao que a ANL considerará discurso.

da cena enunciativa. É especialmente útil, portanto, tomar emprestada a Ducrot (1990) a metáfora de que a enunciação é um palco em que diferentes personagens atuam na composição do sentido.

4.1 LOCUTOR E ENUNCIADOR

O sujeito responsável por colocar em cena diferentes vozes e, a partir de seu posicionamento em relação a elas, construir o sentido do enunciado denomina-se Locutor. Como responsável pelo enunciado, é ao locutor que normalmente se referem as marcas de primeira pessoa, embora nem sempre haja correspondência entre o locutor e todos os *eus* que surgem no discurso.

*No início de minha trajetória docente, um aluno em processo de alfabetização, quando convidado a pensar sobre a escrita, me chamou e disse: “Profe, eu penso, (des)penso e não consigo ficar pensado”. Mais de uma década se passou e eu não esqueci daquele dia. Assim é o movimento de pensar e fazer educação: um processo sem fim, complexo, que exige rigorosidade, olhar sensível e atento.*¹³

No exemplo anterior, observamos a presença de duas marcas de primeira pessoa: uma remete ao locutor, ao ser de discurso que lança mão das palavras da língua e as combina para construir enunciados que, por sua vez, produzem um sentido global para o parágrafo. A outra marca evoca um segundo personagem sob a forma de citação: o aluno. Percebemos facilmente que o sujeito marcado em “minha trajetória” e “eu não esqueci” não é o mesmo marcado em “eu penso”. É interessante notar, no entanto, que apenas um dos sujeitos, o locutor, possui o estatuto linguístico de responder pelo enunciado em terceira pessoa que conclui o parágrafo: “Assim é o movimento de pensar...”. Ou seja, além de haver diferentes sujeitos, há diferenças entre eles: o *eu* locutor possui o controle sobre o enunciado como um todo, é ele quem efetivamente constrói o sentido, mesmo que, para isso, convoque outros discursos (de outros sujeitos).

A hierarquia entre as vozes não se resume, todavia, à superfície do enunciado, ao nível do que é posto. Muitas vezes, a polifonia manifesta-se no fenômeno da pressuposição:

¹³ Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao/noticia/2016/07/juliana-hass-massena-pensando-a-educacao-6402378.html>.

No início de minha trajetória docente, um aluno em processo de alfabetização, quando convidado a pensar sobre a escrita, me chamou e disse...

A expressão “minha trajetória docente” diz algo sobre o locutor que não está explícito: qualifica-o como professor. Mas o locutor não diz explicitamente que é professor. É outro discurso que carrega um pressuposto do tipo “se minha trajetória é docente, logo sou professor”. O locutor, por seu turno, dialoga com esse discurso, tomando uma atitude: concordar com o ponto de vista a ele atribuído. O enunciado, evidentemente, não tem como objeto a profissão do locutor; apesar disso, o pressuposto não é irrelevante na construção do sentido, assim como não é irrelevante a instância enunciativa de onde esse ponto de vista emerge: o Enunciador.

Antes de detalharmos as relações entre locutor e enunciador na composição do sentido, é preciso abrir parênteses para uma retrospectiva teórica acerca do conceito de enunciador. No Esboço, assim como nas publicações que a ele se seguiram sob a forma de conferências, artigos e afins, Ducrot define enunciador ora como responsável pelos pontos de vista, ora como fonte/origem dos pontos de vista evocados pelo locutor.

Para mim, o sentido do enunciado consiste em várias coisas. Primeiramente o sentido de um enunciado apresenta um certo número de pontos de vista, e chamo enunciadores E às origens desses pontos de vista. (DUCROT, 1990. P. 65)

A definição inicial de enunciador, no entanto, foi problematizada quando a atualização da polifonia¹⁴ pôs em xeque os termos *fonte* e *origem*, considerando-os epistemologicamente inadequados, pois, “se os enunciadores fossem vistos como seres individuais, fontes ou origens dos conteúdos”, isso infiltraria a informatividade, a objetividade no veio da intersubjetividade antirreferencialista da Teoria. Para blindar a polifonia dessa interferência, e chegar a uma definição semântico-argumentativa de enunciador, a Atualização propõe-se, entre outras tarefas, “... dar algumas pistas para a descrição de certos fenômenos que mostram alusões do enunciado a enunciações diferentes da sua” (CAREL & DUCROT, 2010, p. 9).

Assumir que o locutor alude a enunciações de outrem, muito embora esteja em conformidade com a natureza intersubjetiva do sentido, demanda reconhecer a presença de mais de uma enunciação no enunciado. Mas assumir a pluralidade de enunciações não levaria ao esfacelamento do próprio enunciado em enunciados discretos, e a uma fragmentação do sentido? Não obstante esses questionamentos jamais tenham figurado nas fontes pesquisadas para este trabalho, pagamos o ônus desta ingênua especulação para introduzir o que, em nosso

¹⁴ A partir deste ponto, a atualização da polifonia será referida como Atualização (com a inicial maiúscula).

juízo, configura a mais eficiente solução metodológica apresentada pela Atualização para dar conta do problema do enunciador:

Mas, em realidade, se a concepção original se refere a uma pluralidade de vozes, a pluralidade fundamental, para ela, liga-se à distinção de duas instâncias, que são o locutor e o enunciador. Seguramente, se o locutor é, na maior parte do tempo, único, há geralmente vários enunciadores relacionados com vários conteúdos, mas a afirmação fundamental da teoria é a natureza diferente e a coexistência de dois tipos de instância enunciativa. (CAREL & DUCROT, 2010. P. 10)

Não se trata, portanto, de distintas enunciações dentro do enunciado, mas de distintas instâncias enunciativas; o que nos permite perceber, agora com o refino do conceito, que o locutor dialoga não com o sujeito enunciador (o qual abriria um flanco para a referência à realidade empírica), mas com o *discurso* instanciado no enunciador, circunscrevendo *conteúdo e fonte* no universo autorreferencialista da enunciação.

Cabe destacar, a esta altura, que aproximamos *instância enunciativa* do que Flores (2009) sintetiza como *instância de discurso* em Benveniste: “ato de dizer, cada vez único, pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor”. Essa aproximação nos leva a reconhecer que, na instância do enunciador (proposta por CAREL & DUCROT, 2010), existe a figura de um locutor; porém tal locutor não é o mesmo locutor do enunciado, este instanciado hierarquicamente acima na construção do sentido, como evocador e articulador dos enunciadores.

A figura do enunciador é tão essencial na construção do sentido quanto a do locutor, embora não haja simetria entre ambos. Enquanto o locutor é o articulador do enunciado, o enunciador é a instância dos pontos de vista (ou discursos de outros sujeitos) evocados pelo locutor para construir o sentido do enunciado. Essa assimetria, aparentemente apenas metodológica entre os estatutos dos sujeitos, atinge a materialidade do discurso, pois é o que dá sustentação à hierarquia entre as vozes que compõem o sentido, o que efetiva o locutor como responsável pela enunciação.

Recapitulando brevemente o que foi visto até aqui: o sentido do enunciado é uma construção da sua própria enunciação; o enunciado é polifônico, pois há múltiplas vozes interagindo para construir o sentido; as vozes estão instanciadas assimetricamente em locutor e enunciadores; o sentido é composto pelo posicionamento do locutor frente aos enunciadores. Esse retrospecto conceitual serve a uma reflexão antes de descrevermos como se configura a relação locutor/enunciadores. Assumir que o posicionamento do locutor não se dá em relação aos pontos de vista diretamente, mas em relação aos enunciadores, sinaliza que o sentido do enunciado é a reconstrução do próprio jogo de cena enunciativo, onde os personagens reagem ora dizendo *sim* ora dizendo *não* ao discurso do *outro*. É dessa forma que a polifonia

efetivamente se divorcia do “conteúdo objetivo” e se volta inteiramente ao “debate intersubjetivo” concretizado nas atitudes do locutor em relação aos discursos dos sujeitos enunciadores.

4.2 AS RELAÇÕES ENTRE LOCUTOR E ENUNCIADORES

4.2.1 As atitudes do locutor

Tendo em vista que, desde o Esboço até a Atualização, tem permanecido a premissa de que o sentido é construído através de atitudes que o locutor toma em relação aos enunciadores, conduziremos esta subseção como conduzimos a conceituação de enunciador, articulando dois momentos da teoria polifônica. Iniciaremos com base nas conferências de Cali; e concluiremos com base no que vem sendo desenvolvido a partir da Atualização, produção a que tivemos acesso por meio de artigos de Carel e Ducrot publicados em 2010, 2011 e 2012.

Segundo as conferências de Cali, as quais se encontram compiladas no livro *Polifonia y argumentación* (DUCROT, 1990), três são as atitudes do locutor na composição polifônica do sentido: assumir um enunciador, concordar com um enunciador, discordar de um enunciador. Em outras palavras, as atitudes do locutor dizem: esta enunciação *diz p*, esta enunciação *diz sim a p*, esta enunciação *diz não a p*.

*Milhares de venezuelanos, que sofrem com a escassez de produtos causada por uma severa crise econômica, cruzaram a fronteira da Venezuela em direção à Colômbia para comprar alimentos e medicamentos aproveitando a abertura temporária da fronteira estabelecida pelo presidente chavista Nicolás Maduro.*¹⁵

Enunciador E1	Venezuelanos cruzaram a fronteira da Colômbia para comprar alimentos e medicamentos.	Posto
---------------	--	-------

O locutor assume esse enunciador, fazendo dele o objeto de sua enunciação, indicando que, ao tomar a palavra para se enunciar, o seu propósito é afirmar que milhares de venezuelanos cruzaram a fronteira para comprar alimentos e medicamentos. Ao apresentar E1 na função de *conteúdo posto*, o locutor compromete-se com o enunciador.

¹⁵ Disponível em <http://fotos.estadao.com.br/galerias/internacional,venezuelanos-cruzam-fronteira-com-colombia-para-comprar-alimentos-e-remedios,26116>.

*Em 2015, pela primeira vez no Brasil, as mulheres ultrapassaram os homens como público consumidor na Internet Segundo levantamento feito pela consultoria Forrester Research, a pedido do Mercado Livre, 67% das mulheres eram consumidoras ativas em 2015, ultrapassando pela primeira vez o número de homens, que era de 65%. Calçados e roupas foram apontados como os responsáveis por essa “virada no jogo” das mulheres.*¹⁶

E1	Os homens compravam mais do que as mulheres.	Pressuposto
E2	As mulheres ultrapassaram os homens nas compras.	Posto

O locutor assume o enunciador E2, dando a ele o estatuto de conteúdo posto. Porém o mesmo não ocorre com E1, apresentado como pressuposto. A pressuposição de E1 em relação a E2 é marcada pelo verbo *ultrapassaram*: dizer ultrapassar, nesse enunciado, demanda aceitar que se estava anteriormente em posição inferior; o pressuposto permite que, na continuação discursiva, seja apresentada a comparação estatística entre 67% e 65%, e a metáfora “virada no jogo”. Nos casos de pressuposição, a atitude do locutor é concordar com um enunciador, do qual ele (o locutor) não assume inteira responsabilidade. Esse distanciamento faz da pressuposição um fenômeno linguístico peculiar: o locutor, ao mesmo tempo que não se compromete visceralmente com o enunciador (como o faz com o posto), blinda esse enunciador, através de uma aparente objetivação que impede o pressuposto de ser negado. Mesmo quando se nega o posto, o pressuposto é mantido.

E1	Os homens compravam mais do que as mulheres.	Pressuposto
E2	As mulheres não ultrapassaram os homens nas compras.	Posto

Uma abordagem policial de rotina quase terminou em tragédia no início deste ano, em Porto Alegre. Ao se aproximar de um suspeito de tráfico de drogas no bairro Rubem Berta, o sargento da Brigada Militar Giovane Costa sacou a arma do coldre e ouviu o disparo.

¹⁶ Disponível em http://barbaecabelo.blog.br/est?utm_term=BC_Tab_1606-04&utm_source=Taboola&utm_medium=JP&utm_campaign=Barba_Cabelo_Desktop_Light&utm_content=gru-poestadao-estadao

– *A arma disparou sem ter feito uso dela para isso. [...]*

*Por sorte, a pistola Ponto 40 ainda não estava apontada para o jovem, e o tiro acertou a calçada. [...] O caso do sargento não é isolado. Existem relatos de policiais em outros Estados que também tiveram problemas com pistolas.*¹⁷

E1	A pistola estava apontada para o jovem.	Pressuposto
E2	A pistola não estava apontada para o jovem.	Posto

Não há dificuldade em localizar E2 no exemplo anterior, uma vez que se trata de um enunciador posto. Entretanto, reconhecer E1 demanda resgatar uma referência que Ducrot faz a Freud, mais especificamente à concepção freudiana de negação como um estratagema do ego para satisfazer a libido e o superego, permitindo dizer algo e censurá-lo ao mesmo tempo. Superando o psicologismo, mas retendo dele a relação discursiva entre as vozes do ego e do superego, Ducrot constrói seu modelo polifônico de negação:

Direi que, em um enunciado negativo não-P, há pelo menos dois Enunciadores: um primeiro Enunciador E1, que expressa o ponto de vista representado por P; e um segundo Enunciador E2, que rechaça esse ponto de vista. (DUCROT, 1990. P. 23)

Considerando que um enunciado negativo é uma espécie de *diálogo cristalizado* entre dois enunciadores (p e não-p), toda negação pressupõe sua afirmação. O locutor evoca um enunciador para, em seguida, opor-se a ele. A negação está instanciada no enunciador posto, ao passo que a respectiva afirmação está instanciada no enunciador pressuposto. A atitude do locutor em relação ao enunciador posto permanece a de assumi-lo. Porém, a atitude do locutor em relação ao pressuposto, na negação, é de discordância:

E1	A pistola estava apontada para o jovem.	Pressuposto	locutor discorda
E2	A pistola não estava apontada para o jovem.	Posto	locutor assume

Mesmo que o fenômeno linguístico da negação apresente mais elementos em sua configuração, ainda assim o enunciado negativo mostra-se polifônico:

O caso do sargento não é isolado. Pelo contrário, existem relatos de policiais em outros Estados que também tiveram problemas com pistolas.

¹⁷ Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2016/07/falhas-em-pistolas-usadas-por-policiais-pressionam-taurus-6524418.html>.

E1	O caso do sargento é isolado.	Pressuposto	locutor discorda
E2	O caso do sargento não é isolado.	Posto	locutor assume

A expressão *pelo contrário* rechaça E1, orientando assim a continuação do discurso em uma única direção possível: reforçar E2 e orientar para mais enunciadores conectados elipticamente (a E2) por um *pois*.

O caso do sargento não é isolado. Pelo contrário, existem relatos de policiais em outros Estados que o confirmam.

E1	O caso do sargento é isolado.	Pressuposto	locutor discorda
E2	O caso do sargento não é isolado.	Posto	locutor assume

A expressão *pelo contrário* rechaça o pressuposto E1, reforçando E2. Mas além da negação, uma relação eminentemente coesiva é também indicativa da polifonia: a anáfora marcada pelo pronome *o* em *o confirmam* aponta diretamente para E2, com o qual o locutor concorda.

4.2.2 As assimilações do locutor

Além das atitudes tomadas em relação aos enunciadores, o locutor pode assimilá-los a si ou a outros sujeitos. Isto é, o locutor pode apresentar a si próprio como enunciador, ou identificar o enunciador a outrem.

O premiê britânico, David Cameron, anunciou nesta segunda-feira (11) que vai deixar o cargo na próxima quarta (13). A decisão abre oficialmente o processo de sucessão no governo do Reino Unido [...] ¹⁸

enunciador		assimilado a	atitude do locutor	
E1	Cameron é o atual premiê.	E3	Concorda	Pressuposto de E3

¹⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/07/1790517-cameron-deixara-governo-na-quarta-e-confirma-may-como-nova-premie.shtml>.

E2	O cargo de premiê ficará vago.	E3	Concorda	Pressuposto de E3
E3	O premiê britânico, David Cameron, anunciou que vai deixar o cargo.	Cameron	Assume	Posto
E4	Cameron decidiu deixar o cargo.	E6	Concorda	Pressuposto de E6
E5	Haverá sucessão ao cargo.	E6	Concorda	Pressuposto de E6
E6	A decisão abre o processo de sucessão no governo do Reino Unido.	O locutor	Assume	Posto

O esquema permite visualizar com mais facilidade as atitudes que o locutor toma em relação aos enunciadores postos e pressupostos, e a que sujeitos esses enunciadores são assimilados. Há dois enunciadores que o locutor assume (como postos): E3 e E6, embora somente assimile a si E6, deixando E3 a cargo de outro sujeito (Cameron). Essa assimilação a Cameron, contudo, não descompromete o locutor de assumir como objetos de sua enunciação tanto E3 quanto E6. A diferença, sutil mas decisiva aqui, é que o locutor *diz p* em E6, e *diz que X disse p* em E3.

Por outro lado, os pressupostos, com os quais o locutor invariavelmente concorda, não são a ele assimilados. Os pressupostos são assimilados a outros enunciadores (os respectivos postos): E1 e E2 assimilados a E3; E4 e E5 assimilados a E6. Essa geometria escalonada em instâncias enunciativas acaba por blindar o pressuposto de uma eventual negação do posto.

Considerando enunciadores não como sujeitos diretamente, mas como instâncias enunciativas, é interessante destacar como esse movimento de assimilação é desenvolvido por Carel (2011 e 2012) a partir da Atualização. A teoria argumentativa da polifonia (TAP), desenvolvida atualmente por Carel, Ducrot e Alfredo Lescano, tem como um de seus objetos descrever os modos como o locutor marca-se ante os enunciadores e, por conseguinte, ante os conteúdos nestes instanciados.

Adotando a perspectiva dos modos enunciativos proposta por Carel (2011), o locutor pode assumir um tom engajado em relação ao conteúdo instanciado no enunciador, apresentando esse conteúdo como “concebido pelo locutor no próprio momento da enunciação”. Carel generaliza esse enunciador como uma “voz do locutor”, e esse modo enunciativo como “modo do concebido”.

Resgatemos a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que empresários dos setores industriais, de serviços, do

*agronegócio, e os trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas se entusiasmem e retomem, em segurança, com seus investimentos.*¹⁹

Por outro lado, o locutor pode “se descomprometer em benefício de outra subjetividade” (Carel, 2011). Esse distanciamento parcial permite apresentar determinado conteúdo como apenas “aceito”. O enunciador é então generalizado como “voz do ausente”, e seu modo enunciativo como “modo do recebido/aceito”.

Parece que é preciso resgatar a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas se entusiasmem e retomem, em segurança, com seus investimentos.

O locutor pode ainda assumir um tom totalmente factual, um tom despido de qualquer subjetividade, uma marca de distanciamento, como se o conteúdo instanciado no enunciador tivesse sido efetivamente “encontrado”. Esse enunciador é generalizado como “voz do mundo”, e seu modo enunciativo como “modo do encontrado”.

É preciso resgatar a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas se entusiasmem e retomem, em segurança, com seus investimentos.

¹⁹ Adaptado do discurso disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>.

5 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Em 1992, Marion Carel, em sua tese de doutorado orientada por Ducrot, faz uma releitura da argumentação na língua, aprofundando seus princípios e inaugurando uma nova fase no escopo da ANL: a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

A título de contextualização, registramos que os fundamentos da TBS apresentados neste capítulo têm como base uma série de conferências proferidas por Carel e Ducrot na Universidade de Buenos Aires, entre junho e julho de 2002, por ocasião do seminário *Semântica Argumentativa: a teoria dos blocos semânticos*. As conferências de Buenos Aires, traduzidas e editadas por Maria Marta García Negroni e Alfredo Lescano, foram posteriormente compiladas no livro *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*.

Para apresentar os fundamentos da TBS, no entanto, é preciso resgatar de fases anteriores da ANL a conceituação de encadeamento argumentativo. Após esse resgate, assumiremos a TBS, desenvolvendo as noções de interdependência semântica e bloco semântico.

5.1 OS ENCADEAMENTOS ARGUMENTATIVOS

Partindo da concepção de que as palavras da língua ganham sentido na medida em que são encadeadas nos discursos dos sujeitos, encadear é um verbo bastante caro ao conceito de argumentação linguística, pois remete à noção de um todo flexível e ordenado, cujo valor não está em cada parte, mas na interdependência do conjunto. Se as palavras só “fazem sentido” quando as encadeamos na fala, os encadeamentos são construídos de acordo com as orientações de combinação inscritas na significação das próprias palavras.

Quando falamos em encadeamento e orientação, evocamos novamente a *comparação constitutiva*, a que Ducrot (2009) faz alusão no prefácio do *Intervalo Semântico* de Carlos Vogt, a qual consiste (na genialidade de sua simplicidade) em uma relação de causa e consequência, configurada tanto normativamente (A portanto B) quanto transgressivamente (A no entanto B). Cabe sublinhar que a configuração transgressiva contempla situações em que de uma causa decorre uma consequência que contraria a norma. Alinhando as noções de argumentação linguística e de encadeamento, podemos retomar a *apreensão argumentativa da realidade* (DUCROT, 1990, p. 14) caracterizando-a como a atividade de construir sentidos a partir de encadeamentos argumentativos.

Os encadeamentos argumentativos, ou argumentações, consistem em pares compostos por um termo antecedente e um termo conseqüente, articulados por um conector discursivo. Há dois tipos de conector capazes de estabelecer relações argumentativas entre entidades linguísticas, seja por semelhança, seja por diferença: os normativos, do tipo *portanto*; e os transgressivos, do tipo *no entanto*. Os conectores podem ainda ser abreviados obedecendo a grafia francesa: DC para *portanto* (em francês, *donc*) e PT para *no entanto* (em francês, *pourtant*). Além disso, para fins de formalização dos encadeamentos, é comumente adotada a convenção A para representar o termo antecedente e B para o conseqüente.

Considerando que o encadeamento argumentativo é uma unidade de sentido, e que o sentido é produzido no discurso, a semântica linguística parte da materialidade dos enunciados, deles abstraindo os encadeamentos.

*SÃO PAULO - Um estrangeiro foi detido hoje (10) na região de São Sebastião (DF), a 26 quilômetros de Brasília, após uma denúncia de que ele planejava detonar explosivos durante um atentado terrorista no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.*²⁰

(1) [denúncia de planejamento de atentado a bomba no aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek por um estrangeiro PORTANTO detenção do estrangeiro]

O termo antecedente é *denúncia de planejamento de atentado a bomba no aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek por um estrangeiro*; o termo conseqüente é *detenção do estrangeiro*. Trata-se de uma argumentação normativa, marcada pelo conector *portanto*, a qual estabelece entre os termos uma relação que os constitui mutuamente: a denúncia é construída pela perspectiva de um efeito específico, a detenção do denunciado. Por outro lado, não se trata de qualquer detenção (pela condenação por um crime, por exemplo), mas de uma detenção decorrente de uma denúncia. No encadeamento (1), a relação entre os dois termos tem o sentido de *detenção por denúncia*. É nesse sentido que o locutor enuncia-se diante do interlocutor.

[...] *A corporação enviou à residência do suspeito uma equipe do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Batalhão de Policiamento com Cães, que realizaram*

²⁰ Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,estrangeiro-e-detido-no-df-apos-denuncia-de-planejar-atentado-com-bomba,10000062075>

varredura no local, mas não encontram (sic) explosivos, de acordo com informações da Polícia Militar. ²¹

(2) [batalhões especiais da polícia realizam varredura na residência do suspeito
NO ENTANTO polícia não encontra explosivos]

O termo antecedente é *batalhões especiais da polícia realizam varredura na residência do suspeito*; o termo conseqüente é *polícia não encontra explosivos*. A transgressão pelo conector *no entanto* indica uma quebra de expectativa: não se encontrou o que se procurava. Além disso, considerando que a negação pressupõe a sua afirmação, o conector transgressivo, aliado ao operador negativo *não*, evoca um pressuposto normativo: *procurar portanto encontrar*.

Os encadeamentos (1) e (2) podem ser formalizados como:

(1) [A DC B]

(2) [A PT neg B]²²

5.2 A INTERDEPENDÊNCIA SEMÂNTICA

Os encadeamentos argumentativos evidenciam que as entidades linguísticas não têm sentido se estiverem isoladas. Para *fazer sentido*, é preciso aterrissar na instância concreta do discurso, onde os termos são reciprocamente constituídos com base em um princípio pelo qual o sentido de uma palavra depende da relação normativa ou transgressiva estabelecida com outra palavra. Esse princípio a TBS denomina *interdependência semântica*.

Segundo o princípio de interdependência semântica, a relação argumentativa estrutura-se em encadeamentos normativos ou transgressivos, cuja configuração básica é *A DC B* ou *A PT B*, com a possibilidade de se introduzir o operador *neg* em um dos termos ou em ambos (na causa e na consequência). Tendo em vista que interdependência implica reciprocidade, o sentido (*sema*) não está na causa ou na consequência, não está em *A* ou em *B*; o sentido depende de *A DC* ou *A PT*, bem como de *DC B* ou *PT B*. Em outras palavras, na

²¹ Continuação da notícia disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,estrangeiro-e-detido-no-df-apos-denuncia-de-planejar-atentado-com-bomba,10000062075>

²² Para fins de formalização, utilizaremos a convenção *neg* para referir a partícula de negação *não*.

interdependência semântica a chave é o conector: é a norma ou a transgressão que constitui A em relação a B e vice-versa.

Esse é um problema filosófico importante: não há orações que sejam incompatíveis entre si, todas as orações são compatíveis umas com as outras, o problema é eleger o conector correto, seja PT, seja DC. (DUCROT, 2005, p. 22)

Não obstante a alteridade intrínseca à interdependência semântica, é importante não perder de vista que o sentido é um construto uno, o qual abrange antecedente, conseqüente e conector. Quando dizemos, por exemplo, *O suspeito de atentado a bomba foi preso embora a polícia não tenha encontrado bombas em seu apartamento*, e abstraímos o encadeamento *não encontrar provas PT prender*, o sentido construído nessa interdependência é desfavorável a *prender alguém sem provas*, uma vez que essa transgressão pressupõe o normativo *ter provas DC prender*.

5.3 ASPECTOS E BLOCO SEMÂNTICO

No processo de construção do sentido, a mesma interdependência semântica tem quatro possibilidades distintas de ser expressa. Essas possibilidades denominam-se aspectos e se estruturam sob a forma de encadeamentos. Os quatro aspectos de uma interdependência compõem o que a TBS designa como *bloco semântico*.

Formalizando um encadeamento como *A DC B*, os aspectos que compõem o seu bloco semântico são:

- A DC B [A portanto B]
- A PT neg B [A no entanto não B]
- neg A PT B [não A no entanto B]
- neg A DC neg B [não A portanto não B]

A formalização permite demonstrar que há diferentes sentidos passíveis de serem produzidos a partir da mesma interdependência semântica. Basta inverter o conector e aplicar a negação a um dos termos, ou manter o conector e aplicar a negação a ambos os termos. É interessante perceber que, independentemente do ângulo pelo qual se aborda, a interdependência mantém-se intacta; independentemente do aspecto, o bloco é o mesmo.

O presidente em exercício, Michel Temer, sancionou nesta terça-feira, 12, a lei que obriga novos condomínios a terem medição individual de água. Além de incentivar economia no consumo, o objetivo é que os condôminos paguem um valor mais justo na

*taxa de água, pois o hidrômetro permite discriminar o consumo de cada apartamento, dividindo só o consumo de áreas comuns.*²³

Dentre os encadeamentos que compõem o sentido do enunciado anterior, destacamos **[lei obriga condomínios a adotarem medição individual do consumo de água PORTANTO condôminos pagam preço mais justo pela água]** A interdependência pode ser expressa pelo aspecto [MEDIÇÃO INDIVIDUAL DC PREÇO JUSTO], cujo bloco semântico é formalizado no quadro 1:

Formalização	Aspecto expresso
A DC B	MEDIÇÃO INDIVIDUAL DC PREÇO JUSTO
A PT neg B	MEDIÇÃO INDIVIDUAL PT neg PREÇO JUSTO
neg A PT B	neg MEDIÇÃO INDIVIDUAL PT PREÇO JUSTO
neg A DC neg B	neg MEDIÇÃO INDIVIDUAL DC neg PREÇO JUSTO

Quadro 1

Os aspectos, por sua vez, evocam encadeamentos, que constroem sentidos:

Formalização	Encadeamentos evocados.
A DC B	Medição individual, portanto preço justo.
A PT neg B	Medição individual, no entanto preço injusto.
neg A PT B	Medição não individual, no entanto preço justo.
neg A DC neg B	Medição não individual, portanto preço injusto.

Quadro 2

Também encadeamentos do tipo *A PT B* expressam interdependência em quatro aspectos:

- A PT B [A no entanto B]
- A DC neg B [A portanto não B]
- neg A DC B [não A portanto B]
- neg A PT neg B [não A no entanto não B]

²³ Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,temer-sanciona-lei-que-obriga-medicao-individual-de-agua-em-condominios,10000062529>

José Ivo Sartori (PMDB) vetou o reajuste nos salários dos servidores da Assembleia, da Defensoria Pública, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que havia sido aprovado em maio pelos deputados estaduais. A decisão do governador está publicada no Diário Oficial do Estado desta sexta-feira. ²⁴

Destacamos do enunciado anterior o encadeamento [**Deputados estaduais aprovam reajuste de salários para servidores da Assembleia, da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Tribunal de Contas NO ENTANTO governador veta reajuste**], cuja interdependência pode ser expressa pelo aspecto [DEPUTADOS APROVAM REAJUSTE PT GOVERNADOR VETA REAJUSTE], constitutivo do bloco semântico formalizado no quadro 3:

Formalização	Aspecto expreso
A PT B	DEPUTADOS APROVAM REAJUSTE PT GOVERNADOR VETA REAJUSTE
A DC neg B	DEPUTADOS APROVAM REAJUSTE DC neg GOVERNADOR VETA REAJUSTE
neg A DC B	neg DEPUTADOS APROVAM REAJUSTE DC GOVERNADOR VETA REAJUSTE
neg A PT neg B	neg DEPUTADOS APROVAM REAJUSTE PT neg GOVERNADOR VETA REAJUSTE

Quadro 3

Os encadeamentos evocados a partir desse bloco constroem sentidos como:

Formalização	Encadeamentos evocados
A PT B	Deputados aprovam reajuste, no entanto governador veta reajuste.
A DC neg B	Deputados aprovam reajuste, portanto governador não veta reajuste.
neg A DC B	Deputados reprovam reajuste, portanto governador veta reajuste.
neg A PT neg B	Deputados reprovam reajuste, no entanto governador não veta reajuste.

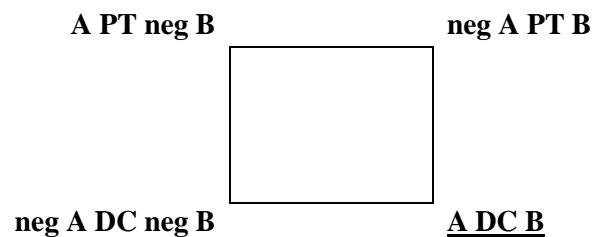
Quadro 4

É possível formalizar graficamente os blocos semânticos através do que a TBS denomina *quadrado argumentativo*. A representação geométrica torna mais fácil visualizar os aspectos, bem como certas relações que se estabelecem entre eles, a partir do ângulo e da posição que cada aspecto ocupa.

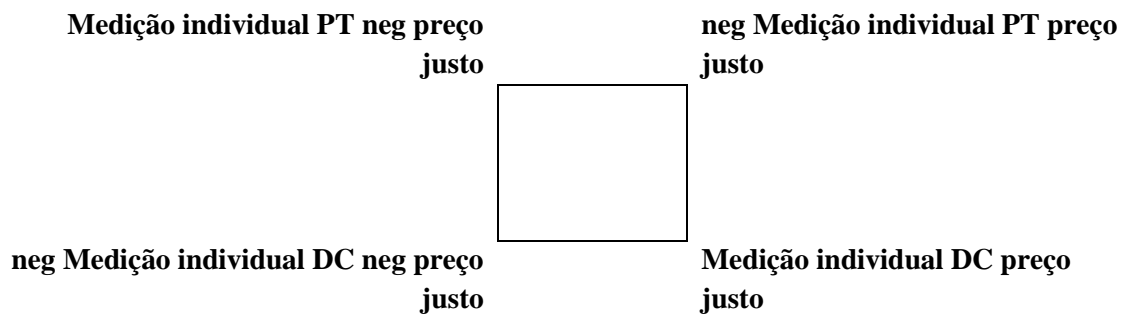
²⁴ Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/06/sartori-veta-reajuste-ao-judiciario-5930789.html#>

Antes de avançarmos, no entanto, é interessante fazer uma ressalva, a fim de evitar eventuais confusões entre o *quadrado argumentativo* da TBS e o *quadrado das oposições* de Aristóteles. Não obstante ambas as representações configurem-se a partir de relações opostas entre entidades, as perspectivas metodológicas dessas relações de sentido são distintas. O quadrado da TBS formaliza **relações semânticas argumentativas entre formas linguísticas**, com base no princípio de interdependência semântica. Por outro lado, segundo Costa Jr. (2012), o quadrado aristotélico formaliza **relações semânticas lógicas** entre as sentenças declarativas categóricas (universal afirmativa, universal negativa, particular afirmativa, e particular negativa), com base no raciocínio silogístico.

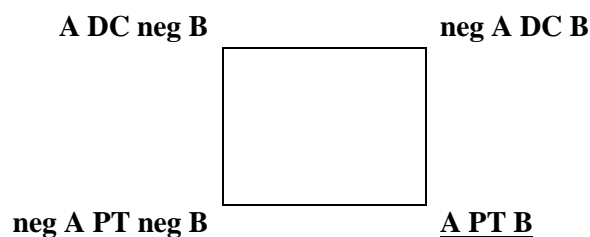
O bloco semântico de um aspecto do tipo (A DC B) pode ser formalizado pelo quadrado argumentativo:



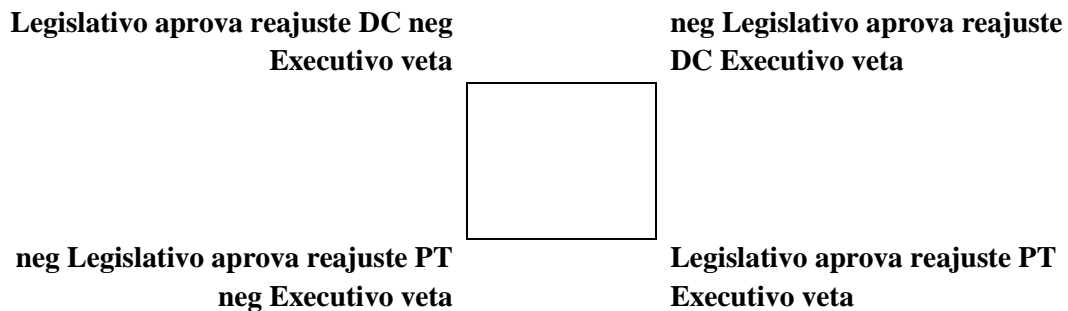
Considerando [MEDIÇÃO INDIVIDUAL DE ÁGUA DC PREÇO JUSTO]:



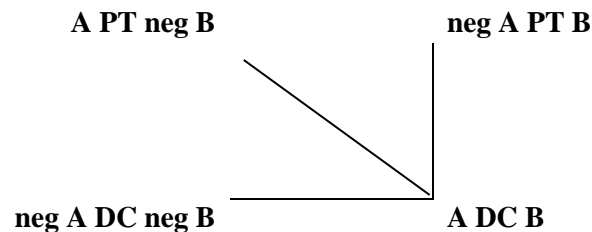
O bloco semântico de um aspecto do tipo (A PT B) pode ser formalizado pelo quadrado argumentativo:



Considerando [LEGISLATIVO APROVA REAJUSTE PT EXECUTIVO VETA]:



5.4 RELAÇÕES ENTRE OS ASPECTOS DE UM BLOCO SEMÂNTICO



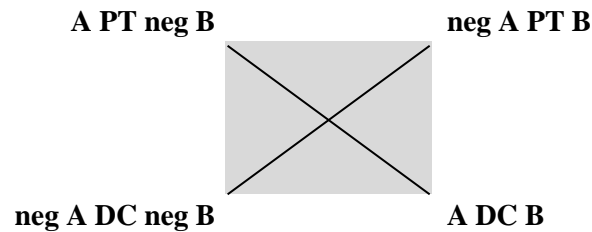
Tomando como ponto de partida o aspecto normativo [A DC B], podemos: traçar uma linha horizontal até [neg A DC neg B]; traçar uma linha vertical até [neg A PT B]; e por fim traçar uma linha diagonal até [A PT neg B]. Especificamente no que tange aos pontos de chegada dessas linhas (que partiram de [A DC B]), há algumas regularidades a destacar: o operador *neg* é uma constante em todos (seja no antecedente, seja no conseqüente, seja em ambos os termos), e a inversão do conector²⁵ ocorre sempre que a negação recai sobre apenas um dos termos (ora o antecedente, ora o conseqüente). Este artifício, que faz saltar aos olhos o princípio de valor opositivo saussuriano, tem um potencial mais amplo: pôr em evidência as relações entre os aspectos e os efeitos que essas relações exercem sobre a continuação discursiva, os fenômenos de negação e pressuposição, enfim, a própria construção do sentido.

Relação de conversão: marcada nas linhas diagonais do quadrado. Ao negar²⁶ o termo conseqüente e inverter o conector, expressamos um **aspecto converso**. Esse aspecto subjaz à negação polêmica, através da qual nos opomos à consequência, apesar de reconhecermos a

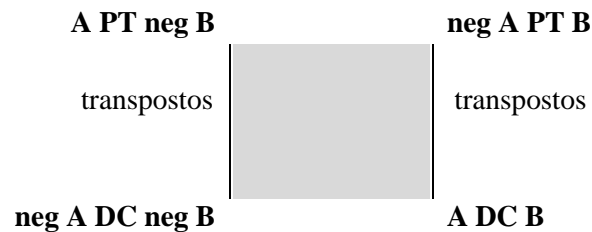
²⁵ Inverter um conector significa substituir um DC por um PT (e vice-versa) no aspecto.

²⁶ Negar um **neg** implica excluí-lo do segmento (A ou B). Por exemplo, “negar **neg A**” é **A**.

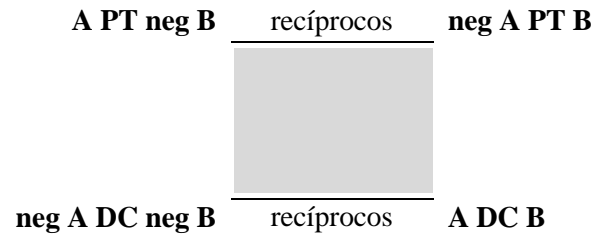
causa. Os aspectos são sempre conversos entre si: **A PT neg B** é converso de **A DC B** e vice-versa, assim como **neg A DC neg B** é converso de **neg A PT B** e vice-versa. Esse caráter bidirecional é a contraparte argumentativa da máxima polifônica “a negação pressupõe a sua afirmação”.



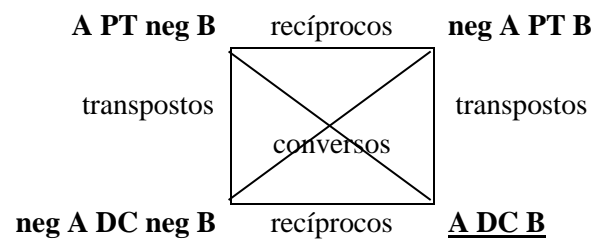
Relação de transposição: marcada nas linhas verticais do quadrado. Ao negar o termo antecedente e inverter o conector, expressamos um **aspecto transposto**. Esse aspecto subjaz à negação metalinguística, através da qual deixamos intacta a consequência, porém rechaçamos a própria causa da argumentação, o que provoca um efeito escalar no sentido, seja em grau ascendente, seja em grau descendente. Os aspectos são sempre transpostos entre si: **neg A PT B** é transposto de **A DC B** e vice-versa, assim como **neg A DC neg B** é transposto de **A PT neg B** e vice versa.



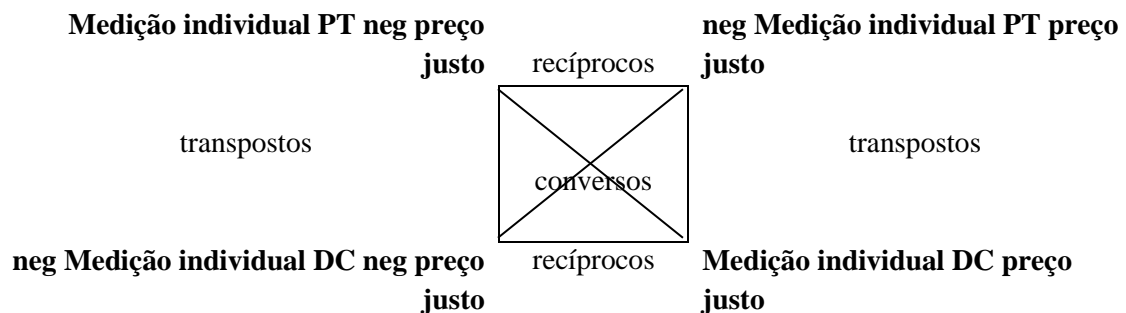
Relação de reciprocidade: marcada nas linhas horizontais do quadrado. Ao negar o termo antecedente e o termo conseqüente, mantendo o conector, expressamos um **aspecto recíproco**. Esse aspecto funciona como um pressuposto que reforça o sentido, blindando-o contra eventuais refutações (polêmicas ou metalinguísticas). Os aspectos são sempre recíprocos entre si: **neg A DC neg B** é recíproco de **A DC B** e vice-versa, assim como **A PT neg B** é recíproco de **neg A PT B** e vice-versa.



Uma vez descritas as três relações entre os aspectos, podemos formalizar um bloco semântico que parte do aspecto **A DC B**:



Considerando [MEDIÇÃO INDIVIDUAL DC PREÇO JUSTO]:



5.5 ARGUMENTAÇÃO INTERNA E ARGUMENTAÇÃO EXTERNA

Segundo Ducrot (2005, p. 62), o sentido de uma entidade linguística constitui-se pelos aspectos a ela associados, de forma interna ou externa. “Desse modo, diremos que toda entidade linguística possui duas argumentações: uma argumentação interna e uma argumentação externa”.

Na argumentação externa (AE), a entidade linguística ocupa a posição ora de termo antecedente, ora de termo conseqüente. Em decorrência dessa mobilidade, a AE constrói diferentes sentidos conforme a entidade posiciona-se como causa no encadeamento,

configurando uma AE à direita; ou a entidade posiciona-se como consequência, configurando uma AE à esquerda.

*Ao menos duas pessoas do elenco artístico que participará da cerimônia de abertura da Olimpíada foram furtadas durante os ensaios para o evento dentro do Maracanã. Dançarinos voluntários faziam o primeiro ensaio dentro do estádio no último domingo (10) quando o crime ocorreu. Não havia local para os participantes deixarem seus pertences, que foram retirados de bolsas que estavam sob a vista de agentes da Força Nacional.*²⁷

Abstraindo do enunciado anterior o segmento *os pertences dos dançarinos foram deixados sob a vigilância de agentes da Força Nacional*, obtemos duas Argumentações Externas das quais ele faz parte, ora como antecedente, ora como consequente:

- **AE à esquerda:**

[os pertences dos dançarinos foram deixados sob a vigilância de agentes da Força Nacional, NO ENTANTO os pertences foram roubados].

- **AE à direita:**

[não havia local para os pertences dos dançarinos, PORTANTO os pertences dos dançarinos foram deixados sob a vigilância de agentes da Força Nacional]

Na AE à direita, a argumentação converge para *os pertences dos dançarinos foram deixados sob a vigilância de agentes da Força Nacional*, pois essa é a consequência. Já na AE à esquerda, a argumentação decorre de *os pertences dos dançarinos foram deixados sob a vigilância de agentes da Força Nacional*, pois se trata agora da causa. Posicionar uma entidade como causa ou como consequência em uma argumentação interfere decisivamente na continuação discursiva, pois constrói interdependências completamente distintas, as quais vão orientar o interlocutor a continuar o discurso em diferentes direções.

A Argumentação Interna (AI) de uma entidade linguística consiste em uma paráfrase dessa entidade. Para obter uma AI, perguntamos “o que isso quer dizer”. Por se tratar

²⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1791359-maracana-e-palco-de-furtos-durante-ensaios-para-abertura-da-olimpiada.shtml#> =

de uma reformulação, evidentemente a AI não pode conter integralmente a entidade descrita, sob pena de incorrerem em uma circularidade. Porém a AI pode constituir-se de partes da entidade.

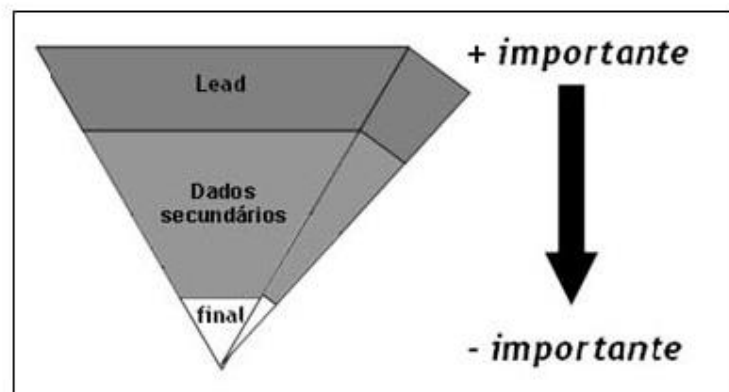
[os pertences] foram retirados de bolsas que estavam sob a vista de agentes da Força Nacional.

Considerando o princípio da interdependência semântica, pelo qual uma entidade somente ganha sentido ao se relacionar argumentativamente com outra, não existem Argumentações Internas ideais, dicionarizadas. A argumentação interna de determinada entidade corresponde a cada aspecto expresso em cada enunciado particular onde ela ocorre. No exemplo anterior, uma AI aceitável corresponde ao aspecto transgressivo [AGENTES DA FORÇA NACIONAL VIGIAM AS BOLSAS PT PERTENCES SÃO RETIRADOS DAS BOLSAS].

6 METODOLOGIA

A análises à luz da ANL demandam segmentar o discurso em unidades de sentido que obedeçam ao princípio da *autonomia relativa* (DUCROT, 1987, p. 164-165), segundo o qual é preciso que as unidades satisfaçam duas condições concomitantes: a coesão (a escolha do constituinte é definida pela escolha do conjunto) e a independência (a escolha da sequência não é imposta pelo conjunto do qual ela faz parte). Tendo em vista que o *corpus* desta pesquisa é composto por notícias veiculadas em jornais, identificamos, no âmbito da teoria do jornalismo, uma ferramenta bastante aderente à perspectiva ducrotiana de segmentação: a técnica da pirâmide invertida, a qual adotaremos em nossa metodologia.

A técnica da pirâmide invertida pode resumir-se em poucas palavras: a redacção de uma notícia começa pelos dados mais importantes – a resposta às perguntas o quê, quem, onde, como, quando e por quê – seguido de informações complementares organizadas em blocos decrescentes de interesse. (CANAVILHAS, 2006, p. 05)



De acordo com essa ordenação em camadas decrescentes de interesse, os dados mais relevantes são apresentados na primeira camada (a base da pirâmide invertida), denominada *lead* na literatura jornalística. Assim, assegura-se que o essencial tenha visibilidade na diagramação e chegue ao leitor antes que ele perca o interesse. Mesmo nas edições *on line*, em que não há restrição de espaço e o hipertexto é uma constante, essa arquitetura é amplamente difundida.

6.1 PREMISSAS

- Considerando um *corpus* composto por duas notícias, estas serão identificadas como *Notícia da Folha de São Paulo* e *Notícia de Zero Hora*.

- Cada notícia será considerada um discurso. Para fins de análise, cada discurso será segmentado em camadas, de acordo com a técnica da pirâmide invertida, descrita na introdução deste capítulo.
- As análises de cada camada abordarão três nuances:
 - O componente informativo: inventário dos conteúdos relativamente objetivos.
 - A configuração polifônica:
 - Inventário dos enunciadores e das atitudes e assimilações do locutor em relação a eles;
 - Indicação dos encadeamentos argumentativos dos quais fazem parte os enunciadores;
 - Análise da articulação dos enunciadores pelo locutor na construção dos sentidos.
 - Os encadeamentos argumentativos: análise das argumentações pela perspectiva da interdependência semântica.
- Os encadeamentos argumentativos serão numerados sequencialmente. Cada discurso (notícia) terá numeração própria, iniciando por 1.
- Os encadeamentos argumentativos serão grafados entre colchetes, em negrito, em fonte minúscula; exceto o conector (em português), grafado em maiúscula. Não será utilizada pontuação, exceto para marcar enumeração ou desfazer ambiguidade.
- Os aspectos serão grafados entre colchetes, em fonte maiúscula, com o conector abreviado em francês.
- Quando o sujeito gramatical dos verbos for o mesmo no termo antecedente e no conseqüente, não será repetido (exceto se houver ambiguidade).
- O termo *impeachment*, apesar de ser uma palavra estrangeira, não será grafado em itálico, tendo em vista que essa configuração de fonte será utilizada para marcar transcrições e rotulações.
- Para identificar os enunciadores, será adotada a convenção E, acrescida de um número sequencial. Ex.: E1, E2, E3, etc.
- A cada camada de discurso analisada, será iniciada nova numeração de enunciadores, a fim de evitar numeração muito extensa ao final da análise.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

- Segmentação do *corpus* em dois discursos.
- Segmentação de cada discurso em camadas.
- Análise de cada camada, constituída por:
 - Componente informativo: enumeração dos conteúdos veiculados pela notícia.
 - Configuração polifônica:
 - Enumeração dos enunciadores;
 - Identificação das assimilações dos enunciadores;
 - Identificação das atitudes do locutor em relação aos enunciadores;
 - Classificação dos enunciadores em postos e pressupostos;
 - Vinculação dos enunciadores a encadeamentos argumentativos;
 - Análise das assimilações e atitudes do locutor em relação aos enunciadores;
 - Análise dos objetos discursivos construídos a partir dos enunciadores articulados pelo locutor.
 - Encadeamentos argumentativos:
 - Construção do encadeamento;
 - Descrição do encadeamento;
 - Entidade linguística à qual o encadeamento corresponde,
 - Termos antecedente e conseqüente e conector,
 - Tipo de encadeamento;
 - Análise dos sentidos produzidos em encadeamento, pela perspectiva da interdependência semântica.
- Inventário dos objetos construídos em cada discurso, considerando:
 - Objetos discursivos;
 - Perspectivas através das quais os objetos foram construídos;
 - Quantidade de enunciadores mobilizados na construção dos objetos:
 - Tipificação dos enunciadores em postos e pressupostos;
 - Quantidade de encadeamentos argumentativos evocados na construção dos objetos:
 - Tipificação dos encadeamentos em normativos e transgressivos.

7 ANÁLISES

7.1 ANÁLISE DA NOTÍCIA DA FOLHA DE SÃO PAULO.

PRIMEIRA CAMADA²⁸ (LEAD)

DE BRASÍLIA

31/08/2016 13h35 - Atualizado às 14h36²⁹

Senado cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer, veiculada no jornal Folha de São Paulo

O plenário do Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Com isso, Michel Temer (PMDB) deve ser empossado ainda nesta quarta-feira (31) de maneira definitiva como presidente da República para cumprir o mandato até o final de 2018.

A decisão, anunciada às 13h36min desta quarta, ocorreu quase nove meses após o início da tramitação do processo na Câmara dos Deputados e três meses e meio depois do afastamento provisório de Dilma.

Por 61 votos a 20, o Senado condenou a petista por crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais", que são o atraso no repasse de recursos do Plano Safra a bancos públicos, e pela edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso. Foram 7 votos a mais do que o mínimo necessário 54 das 81 cadeiras do Senado.

Componente informativo

- O que e com quem: aprovação do impeachment de Dilma Rousseff e posse definitiva de Michel Temer como presidente da República.

²⁸ Conforme descrito na metodologia, adotaremos *Camada* para segmentar os trechos de discurso analisados.

²⁹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808784-senado-cassa-mandato-de-dilma-congresso-dara-posse-efetiva-a-temer.shtml>

- Por que: impeachment de Dilma por crime de responsabilidade pelas "pedaladas fiscais" e edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso.
- Como: votação com escore de 61 a 20 dentre as 81 cadeiras do Senado.
- Quando: quarta-feira, 31/08/2016.
- Onde: plenário do Senado.

Configuração polifônica

Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo	
E1	O plenário do Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff (PT).	Locutor	Assume	Posto	(1)
E2	Michel Temer (PMDB) deve ser empossado ainda nesta quarta-feira (31) de maneira definitiva como presidente da República para cumprir o mandato até o final de 2018.	Locutor	Assume	Posto	(1)
E3	A aprovação do impeachment de Dilma Rousseff é condicionante para a posse definitiva de Michel Temer como presidente da República.	E1 e E2	Concorda	Pressuposto	(1)
E4	Temer era presidente da República de forma provisória.	E2	Concorda	Pressuposto	Aspecto de <i>definitivo</i> em (1)
E5	A decisão favorável ao impeachment foi anunciada às 13h36min desta quarta.	Locutor	Assume	Posto	(2)
E6	A tramitação do processo na Câmara de Deputados iniciou quase nove meses antes da decisão.	Locutor	Assume	Posto	(2)
E7	Dilma foi afastada provisoriamente três meses e meio antes da decisão.	Locutor	Assume	Posto	(2)
E8	A aprovação do impeachment ocorre após um processo que se estendeu no tempo.	E5 e E6	Concorda	Pressuposto	(2)
E9	Dilma foi afastada durante o processo de impeachment.	E7	Concorda	Pressuposto	(2)
E10	Dilma foi condenada pelo escore de 61 votos a 20.	Locutor	Assume	Posto	
E11	O Senado condenou a petista por crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso.	Locutor	Assume	Posto	(3)

E12	O Legislativo (Senado) é a instância de julgamento para crimes de responsabilidade do presidente da República (Executivo)	E11	Concorda	Pressuposto	(3)
E13	Pedaladas fiscais são o atraso no repasse de recursos do Plano Safra a bancos públicos.	Locutor	Assume	Posto	(5)
E14	É crime de responsabilidade atrasar repasse de recursos do Plano Safra a bancos públicos e editar decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso.	E11 e E13	Concorda	Pressuposto	(4)
E15	Os recursos do Plano Safra devem ser repassados aos bancos públicos dentro do prazo.	E11 e E13	Concorda	Pressuposto	(5)
E16	É preciso autorização do Congresso para editar decretos de suplementação de crédito.	E11	Concorda	Pressuposto	(6)
E17	Foram 7 votos a mais do que o mínimo necessário 54 das 81 cadeiras do Senado.	Locutor	Assume	Posto	(7)
E18	Houve margem favorável ao impeachment	E17	Concorda	Pressuposto	(7)

O locutor mobiliza 18 enunciadores para construir três objetos discursivos: *a sucessão de Dilma Rousseff por Michel Temer na presidência da República*, pela perspectiva do anúncio do impedimento de Dilma e da conversão da posse de Temer de provisória para definitiva (E2 a E5); *o impedimento de Dilma Rousseff*, pela perspectiva da duração do processo, do afastamento provisório dela, do motivo do impedimento, dos atores e do escore da votação (E1, E6 a E10, E12, E17 e E18); e *crime de responsabilidade*, pela perspectiva do atraso no repasse de verbas e das suplementações orçamentárias (E11, E13 a E16).

No que se refere aos enunciadores postos, o locutor assume e assimila todos, chamando exclusivamente para si a responsabilidade de dar a conhecer o conteúdo do discurso. Contudo, a assimilação sistematicamente configurada em terceira pessoa remete ao modo enunciativo do Encontrado, à voz do mundo que cria um efeito de distanciamento e objetividade ante o conteúdo veiculado.

Quanto aos pressupostos, o locutor concorda com esses enunciadores, mas os assimila a outros enunciadores, invariavelmente postos. Essa configuração enunciativa em dois níveis (locutor assimila enunciador posto, e enunciador posto assimila enunciador pressuposto) evidencia que, na construção dos sentidos, a voz do locutor constitui-se no confronto direto com os enunciadores postos; os pressupostos, por seu turno, ecoam no discurso dos enunciadores postos. Além do componente intersubjetivo, os enunciadores postos e

pressupostos são constitutivos do componente argumentativo, conforme é possível perceber na análise dos encadeamentos.

Encadeamentos Argumentativos:

(1) [Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff PORTANTO Michel Temer é empossado definitivamente como presidente da República até o final de 2018]

- **Argumentação Interna de:** *O plenário do Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Com isso, Michel Temer (PMDB) deve ser empossado ainda nesta quarta-feira (31) de maneira definitiva como presidente da República para cumprir o mandato até o final de 2018.*
- **Termo antecedente:** Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff
- **Termo consequente:** Michel Temer é empossado definitivamente como presidente da República até o final de 2018
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Ao estabelecer uma relação normativa entre o impeachment de Dilma e a posse de Temer, posicionando o impedimento como termo antecedente, o locutor produz um sentido pelo qual o impeachment é constitutivo da posse. Não se trata de qualquer posse (por eleição, por nomeação, etc.), mas de uma posse decorrente de um processo político (este caracterizado pelo sujeito do verbo *aprovar*). A interdependência semântica estruturada sob a forma de uma norma (conector *portanto*), ao autorizar posse como continuação discursiva de impedimento, constrói o enunciador E3.

A expressão adverbial *de maneira definitiva* é constitutiva do sentido de *ser empossado*, a partir de uma interdependência que pode ser expressa pelo aspecto [DEFINITIVO EM t_0 DC PROVISÓRIO EM t_{-1}], indicando que não se trata de uma nova posse, mas da mudança de estado de uma posse anterior. Dessa tensão entre definitivo e provisório na posse de Temer, é evocado um pressuposto, o enunciador E4.

(2) [decisão anunciada nesta quarta-feira **NO ENTANTO** tramitação do processo iniciada há quase nove meses e afastamento provisório de Dilma ocorrido há três meses e meio]

- **Argumentação Interna de:** *A decisão, anunciada às 13h36min desta quarta, ocorreu quase nove meses após o início da tramitação do processo na Câmara dos Deputados e três meses e meio depois do afastamento provisório de Dilma.*
- **Termo antecedente:** decisão anunciada nesta quarta-feira
- **Termo consequente:** tramitação do processo iniciada há quase nove meses e afastamento provisório de Dilma ocorrido há três meses e meio
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

O início do processo de impedimento e o afastamento provisório de Dilma são constitutivos do sentido da decisão, anunciada às 13h36min desta quarta, na medida em que a ação presente define-se por ser o ponto final de um processo cujas marcas são a duração no tempo e a repercussão política.

A estrutura transgressiva do encadeamento apresenta o termo consequente como uma continuação discursiva não normal em relação ao termo antecedente, por conta dos tempos passado e presente. Estabelecer uma relação de transgressão entre processo no passado e decisão no presente pressupõe uma norma pela qual o processo e seu desfecho não deveriam ocorrer em tempos distintos.

(3) [a petista comete crime de responsabilidade **PORTANTO** o Senado a condena]

- **Argumentação Interna de:** *o Senado condenou a petista por crime de responsabilidade*
- **Termo antecedente:** a petista comete crime de responsabilidade
- **Termo consequente:** o Senado a condena
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Normativo

A condenação em decorrência de crime de responsabilidade constitui o Senado como sujeito investido de autoridade para julgar na esfera política. A esfera política do julgamento, por sua vez, é indicada pelo substantivo petista empregado para retomar Dilma Rousseff.

(4) [pedaladas fiscais e decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso PORTANTO crime de responsabilidade]

- **Argumentação Interna de:** ... *crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais"...* e pela edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso
- **Termo antecedente:** pedaladas fiscais e decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso
- **Termo consequente:** crime de responsabilidade
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Normativo

Ao serem posicionados no termo antecedente, em uma relação normativa pela qual crime de responsabilidade é a consequência, as pedaladas fiscais e os decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso passam a se constituir como ações criminosas.

(5) [deve repassar recursos do Plano Safra a bancos públicos em t₁ NO ENTANTO repassa recursos do Plano Safra a bancos públicos em t₂]

- **Argumentação Interna de:** *"pedaladas fiscais"*
- **Termo antecedente:** deve repassar recursos do Plano Safra a bancos públicos em t₁
- **Termo consequente:** repassa recursos do Plano Safra a bancos públicos em t₂
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

O tempo é constitutivo das pedaladas fiscais na medida em que o ato de repassar recursos deveria ter sido realizado em um momento anterior, mas é realizado posteriormente. O que define o crime de pedalada não é a ação de repassar recursos, mas o tempo dessa ação, inerente à argumentação interna de atraso, passível de ser expressa pelo aspecto [DEVE

OCORRER EM t_1 PT OCORRE EM t_2]. A estrutura transgressiva remete ao pressuposto de que prazos devem ser cumpridos.

(6) [não tem aval do Congresso NO ENTANTO edita decretos de créditos suplementares]

- **Argumentação Interna de:** *edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso*
- **Termo antecedente:** não tem aval do Congresso
- **Termo consequente:** edita decretos de créditos suplementares
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

A permissão é constitutiva do ato de editar decretos de créditos suplementares, uma vez que a ausência de aval do Congresso é posicionada como antecedente da transgressão. Considerando que o encadeamento pode ser expresso pelo aspecto transposto [neg PERMISSÃO PT REALIZAÇÃO], no ângulo oposto encontra-se a norma que foi transgredida [PERMISSÃO DC REALIZAÇÃO]. Essa relação de transposição, se projetada do nível linguístico (dos aspectos) para o nível discursivo, evidencia a polifonia do sentido produzido - o locutor mobiliza dois enunciadores no encadeamento: um posto, que nega metalinguisticamente a norma (parte do enunciador E14); o outro pressuposto, que evoca a norma como substrato da negação (enunciador E16).

(7) [eram necessários no mínimo n votos para condenar NO ENTANTO houve $n+7$ votos]

- **Argumentação Interna de:** *Foram 7 votos a mais do que o mínimo necessário, 54 das 81 cadeiras do Senado...*
- **Termo antecedente:** eram necessários no mínimo n votos para condenar
- **Termo consequente:** houve $n+7$ votos
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

Na última argumentação do lead, a condenação sofrida por Dilma é constituída a partir da margem de votos que levou a essa decisão (enunciador E18, pressuposto), na medida em que se estabelece uma relação entre a quantidade necessária e a quantidade efetivada (enunciador E17, posto), posicionando a quantidade maior no termo consequente da transgressão.

SEGUNDA CAMADA

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que vinha fazendo mistério se votaria ou não, acabou optando pela cassação da petista.

Na sequência, os senadores votaram pela manutenção do direito de Dilma exercer funções públicas. Ainda não está claro se poderá disputar cargos eletivos. A permissão para concorrer em eleições pode virar discussão judicial em caso de registro de candidatura.

Foram 42 votos pela perda do direito de exercer funções públicas, 12 a menos do que seria necessário. Votaram contra 36 senadores e houve 3 abstenções.

Componente Informativo

- O presidente do Senado vota pela cassação de Dilma;
- Os Senadores decidem manter o direito de Dilma exercer funções públicas, pelo escore de 42 a favor da perda (margem insuficiente), 36 contra a perda, 3 abstenções;
- Não está confirmado se Dilma poderá disputar eleições.
- É possível que um registro de candidatura de Dilma leve à discussão judicial sobre o direito de concorrer.

Configuração Polifônica

Enunciador	Assimilado ao	Atitude do locutor em relação ao enunciador	Tipo de enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1 O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vinha fazendo mistério se votaria ou não.	Locutor	Assume	Posto	(8)

E2	O presidente do Senado é Renan Calheiros	E1	Concorda	Pressuposto	(8)
E3	O presidente do Senado é do PMDB.	E1	Concorda	Pressuposto	(8)
E4	O presidente do Senado votou pela cassação da petista.	Locutor	Assume	Posto	(8)
E5	Os senadores votaram pela manutenção do direito de Dilma exercer funções públicas.	Locutor	Assume	Posto	(9)
E6	Ainda não está claro se Dilma poderá disputar cargos eletivos.	Locutor	Assume	Posto	(9)
E7	A permissão para concorrer em eleições pode virar discussão judicial em caso de registro de candidatura.	Locutor	Assume	Posto	(9)
E8	O direito de exercer funções públicas pode não abranger o direito de disputar eleições.	E5 e E6	Concorda	Pressuposto	(9)
E9	Foram 42 votos pela perda do direito de exercer funções públicas.	Locutor	Assume	Posto	(10)
E10	36 senadores votaram pela manutenção do direito de Dilma exercer funções públicas.	Locutor	Assume	Posto	(10)
E11	3 senadores abstiveram-se de votar sobre o direito de Dilma exercer funções públicas.	Locutor	Assume	Posto	(10)
E12	O total de senadores (votantes e não votantes) é 81.	E9, E10 e E11	Concorda	Pressuposto	(10)
E13	Houve 12 votos a menos do que o necessário para suspender o direito de Dilma exercer funções públicas.	Locutor	Assume	Posto	(10)
E14	Eram necessários 54 votos para suspender o direito de Dilma exercer funções públicas.	E9 e E13	Concorda	Pressuposto	(10)
E15	Era preciso maioria de dois terços dos votos para suspender o direito de Dilma exercer funções públicas.	E12 e E14	Concorda	Pressuposto	(10)

O locutor mobiliza 15 enunciadores para construir dois objetos discursivos: *a votação do impeachment*, pela perspectiva do voto do presidente do Senado (E1 a E4); e *a votação do direito de Dilma exercer funções públicas*, pela perspectiva da disputa por cargos eletivos e do escore da votação (E5 a E15).

Predominam os enunciadores postos, todos assimilados ao locutor. A assimilação permanece em terceira pessoa, mantendo o efeito de imparcialidade do modo enunciativo do Encontrado.

Encadeamentos Argumentativos:

(8) [Renan Calheiros faz mistério sobre votar ou não votar NO ENTANTO vota pela cassação]

- **Argumentação Interna de:** *O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que vinha fazendo mistério se votaria ou não, acabou optando pela cassação da petista.*
- **Termo antecedente:** Renan Calheiros faz mistério sobre votar ou não
- **Termo consequente:** vota pela cassação
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

O voto do presidente do Senado constitui-se a partir de uma dúvida: se o senador votaria ou não. A dúvida, posicionada no termo antecedente, argumenta transgressivamente com o voto efetivado favorável à cassação, posicionado na consequência. Essa interdependência semântica, passível de ser abstraída pelo aspecto [DÚVIDA SOBRE VOTAR OU NÃO VOTAR PT VOTAR PELA CASSAÇÃO], autoriza pressupor que a norma transgredida configure-se pelo aspecto transposto [neg DÚVIDA SOBRE VOTAR OU NÃO VOTAR DC VOTAR PELA CASSAÇÃO]. Desenvolvendo o aspecto transposto em um encadeamento normativo como [Renan Calheiros não faz mistério sobre votar PORTANTO vota pela cassação], e considerando que o discurso da notícia transgride essa norma, é possível perceber, na dúvida de Renan, uma tendência favorável a Dilma, ainda que essa tendência não se concretize no voto do senador.

(9) [Senado mantém direito de Dilma exercer funções públicas NO ENTANTO talvez Dilma não possa disputar cargo eletivo]

- **Argumentação Interna de:** *os senadores votaram pela manutenção do direito de Dilma exercer funções públicas. Ainda não está claro se poderá disputar cargos eletivos.*
- **Termo antecedente:** Senado mantém direito de Dilma exercer funções públicas
- **Termo consequente:** talvez Dilma não possa disputar cargo eletivo
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

A relação transgressiva entre o direito de exercer função pública e o direito de disputar eleições constrói um sentido para funções públicas voltado a um direito político em especial: o da disputa eleitoral. A negação aplicada sobre o termo consequente poder disputar

cargo eletivo, dentro dessa configuração transgressiva, pode ser expressa pelo aspecto [EXERCER FUNÇÃO PÚBLICA PT neg DISPUTAR ELEIÇÕES]. Assumindo que a transgressão evoca a respectiva norma transgredida, chegamos ao aspecto converso [EXERCER FUNÇÃO PÚBLICA DC DISPUTAR ELEIÇÕES], ou seja, a um sentido pelo qual o normal seria que, uma vez mantido o direito de exercer função pública, esse direito abrangesse o de ser votado.

(10) [houve 42 votos pela perda do direito de exercer funções públicas NO ENTANTO eram necessários mais 12 votos]

- **Argumentação Interna de:** *Foram 42 votos pela perda do direito de exercer funções públicas, 12 a menos do que seria necessário. Votaram contra 36 senadores e houve 3 abstenções.*
- **Termo antecedente:** houve 42 votos pela perda do direito de exercer funções públicas
- **Termo consequente:** eram necessários mais 12 votos
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

O escore que manteve o direito de exercer funções públicas é constituído a partir do número de votos que faltaram para a cassação desse direito; a perspectiva a partir da qual o sentido é construído é a da derrota da perda, isto é, a perspectiva do dizer não ao não direito (ao invés de dizer sim ao direito).

Alocar os votos pró-cassação no termo antecedente cria a expectativa de que 42 votos autorizem o discurso a prosseguir no sentido da vitória, uma vez que 42 é maioria em relação ao universo de 81 senadores. Mas a transgressão tem o condão de introduzir um novo elemento nesse cálculo: se faltaram 12 votos, então a vitória não poderia se dar por maioria simples, mas pela margem de dois terços dos votos.

TERCEIRA CAMADA

Em São Paulo, foram registrados fogos de artifício na região da av. Paulista (região central) e buzinaço em Higienópolis (zona oeste). No plenário, senadores pró-impeachment cantaram o hino nacional.

Componente Informativo

- Fogos de artifício e buzinação em São Paulo;
- Entoação do hino nacional no Congresso.

Configuração polifônica

Enunciador		Assimilado ao	Atitude do locutor em relação ao enunciador	Tipo de enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Em São Paulo, foram registrados fogos de artifício na região da av. Paulista (região central) e buzinação em Higienópolis (zona oeste).	Locutor	Assume	Posto	(11)
E2	No plenário, senadores pró-impeachment cantaram o hino nacional.	Locutor	Assume	Posto	(11)

O locutor assume dois enunciadores postos, assimilados a ele em terceira pessoa, para construir um único objeto discursivo: *as reações diante do anúncio do impeachment*, pela perspectiva da população e da classe política.

Encadeamento Argumentativo:

(11) [anúncio do impeachment PORTANTO em São Paulo, foram registrados fogos de artifício na região da av. Paulista (região central) e buzinação em Higienópolis (zona oeste). No plenário, senadores pró-impeachment cantaram o hino nacional]

- **Argumentação Externa à direita de:** *Em São Paulo, foram registrados fogos de artifício na região da av. Paulista (região central) e buzinação em Higienópolis (zona oeste). No plenário, senadores pró-impeachment cantaram o hino nacional.*
- **Termo antecedente:** anúncio do impeachment
- **Termo consequente:** em São Paulo, foram registrados fogos de artifício na região da av. Paulista (região central) e buzinação em Higienópolis (zona oeste). No plenário, senadores pró-impeachment cantaram o hino nacional
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Normativo

Como termo consequente de um encadeamento normativo, a reação da população e da classe política diante do anúncio do impeachment configura-se como a consequência normal em decorrência da decisão anunciada. A repercussão positiva é constitutiva de um sentido igualmente positivo para a decisão do impeachment: o de um fato passível de comemoração.

QUARTA CAMADA

Essa é a segunda vez na história que um processo de impeachment resulta na queda do chefe do Executivo. Sob suspeita de corrupção, Fernando Collor de Mello (1990-1992) renunciou horas antes da votação do seu processo, mas o Senado decidiu à época concluí-la, o que culminou na condenação por crime de responsabilidade.

Dilma, 68, se torna o sexto presidente da República eleito para o cargo pelo voto direto a não concluir o mandato. A decisão também interrompe um ciclo de 13 anos e meio de gestão do PT, iniciado com Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. O partido deixa o poder sob forte abalo e com algumas de suas principais lideranças em xeque.

Componente Informativo

- Segunda vez que presidente cai devido a impeachment no Brasil;
- Collor renunciou em 1992, e sofreu impeachment;
- Dilma é o sexto presidente eleito por voto direto que não conclui o mandato;
- O Partido dos Trabalhadores permaneceu 13 anos e meio no poder;
- O Partido dos Trabalhadores e seus principais líderes deixam o poder sob forte crise.

Configuração Polifônica

Enunciador		Assimilado ao	Atitude do locutor em relação ao enunciador	Tipo de enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Essa é a segunda vez na história que um processo de impeachment resulta na queda do chefe do Executivo.	Locutor	Assume	Posto	(12)

E2	Queda de chefe do Executivo devido a processo de impeachment não é inédita.	E1	Concorda	Pressuposto	(12)
E3	Sob suspeita de corrupção, Fernando Collor de Mello (1990-1992) renunciou horas antes da votação do seu processo	Locutor	Assume	Posto	(13)
E4	Senado concluiu a votação e condenou Collor por crime de responsabilidade.	Locutor	Assume	Posto	(13)
E5	A estratégia de Collor ao renunciar antes da votação de seu impeachment não o poupou da cassação.	E3 e E4	Concorda	Pressuposto	(13)
E6	Dilma, 68, se torna o sexto presidente da República eleito para o cargo pelo voto direto a não concluir o mandato.	Locutor	Assume	Posto	(14)
E7	O impeachment interrompe um ciclo de 13 anos e meio de gestão do PT	Locutor	Assume	Posto	(15)
E8	O partido dos trabalhadores deixa o poder sob forte abalo e com algumas de suas principais lideranças em xeque.	Locutor	Assume	Posto	(15)

O locutor mobiliza oito enunciadores para construir os objetos *queda de presidente da República por impeachment*, pela perspectiva da frequência desse fenômeno na história do Brasil, e do impedimento de Fernando Collor (E1 a E5); *Dilma*, pela perspectiva da eleição direta e da não conclusão do mandato (E6); e a *gestão do Partido dos Trabalhadores*, pela perspectiva de sua duração e das circunstâncias em que ela termina (E7 e E8).

Continuam predominando os enunciadores postos, assumidos pelo locutor e a ele assimilados no modo enunciativo do Encontrado.

Encadeamentos Argumentativos:

(12) [essa é a segunda vez na história que um processo de impeachment resulta na queda do chefe do Executivo PORTANTO deposição de presidente resultante de processo de impeachment não é inédita]

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *Essa é a segunda vez na história que um processo de impeachment resulta na queda do chefe do Executivo.*
- **Termo antecedente:** essa é a segunda vez na história que um processo de impeachment resulta na queda do chefe do Executivo
- **Termo consequente:** deposição de presidente resultante de processo de impeachment não é inédita
- **Conector:** PORTANTO

- **Tipo de encadeamento:** Normativo

A partir de um enunciador posto e seu pressuposto (E1 e E2 respectivamente), o sentido construído por essa AE remete à ausência de ineditismo. Porém não é o processo de impeachment que não é inédito, mas a deposição resultante desse tipo de processo. A interdependência semântica que sustenta a AE (e a própria pressuposição que ela evoca) pode ser expressa pelo aspecto [SEGUNDA VEZ OCORRIDA DC neg INÉDITA]. Considerando que inédita resulta da negação de editada antes, chegamos ao aspecto [SEGUNDA VEZ OCORRIDA DC neg neg-EDITADA ANTES]. Assumindo que as duas negações se anulam, chegamos à doxa [SEGUNDA VEZ OCORRIDA DC EDITADA ANTES], interdependência que realça o tempo na construção do sentido deste enunciado. Tão relevante quanto a ocorrência da deposição por crime de responsabilidade, é o fato de que essa deposição já ocorreu antes.

(13) [Fernando Collor de Mello renuncia horas antes da votação de processo por corrupção contra ele NO ENTANTO Senado conclui processo e condena Collor por crime de responsabilidade]

- **Argumentação Interna de:** *Sob suspeita de corrupção, Fernando Collor de Mello (1990-1992) renunciou horas antes da votação do seu processo, mas o Senado decidiu à época concluí-la, o que culminou na condenação por crime de responsabilidade.*
- **Termo antecedente:** Fernando Collor de Mello renuncia horas antes da votação de processo por corrupção contra ele
- **Termo consequente:** Senado conclui processo e condena Collor por crime de responsabilidade
- Conector: NO ENTANTO
- Tipo de encadeamento: Transgressivo

A renúncia de Collor na iminência da votação do processo por corrupção é constitutiva de um sentido específico para condenação: um ato capaz de superar as tentativas de frustrá-lo. Na contraparte dessa interdependência semântica, o sentido de renúncia consiste em uma tentativa de se livrar das consequências do processo. A configuração transgressiva do encadeamento pode ser expressa pelo aspecto [RENÚNCIA PT CONDENAÇÃO]; reiterando que a transgressão evoca a norma transgredida, o aspecto converso [RENÚNCIA DC neg

CONDENAÇÃO] permite recuperar a expectativa atribuída ao sujeito Collor ao renunciar horas antes da votação.

(14) [Dilma, 68, se torna o sexto presidente da República eleito para o cargo pelo voto direto a não concluir o mandato PORTANTO presidente eleito pelo voto direto não concluir o mandato não é inédito]

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *Dilma, 68, se torna o sexto presidente da República eleito para o cargo pelo voto direto a não concluir o mandato.*
- **Termo antecedente:** Dilma, 68, se torna o sexto presidente da República eleito para o cargo pelo voto direto a não concluir o mandato
- **Termo consequente:** presidente eleito pelo voto direto não concluir o mandato não é inédito
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

A exemplo do encadeamento (13), a frequência no tempo é constitutiva do sentido de uma entidade linguística. Posicionada no termo antecedente, a sexta vez pressupõe a ausência de ineditismo. No caso desta argumentação externa, a interdependência constrói um sentido pelo qual a eleição direta, por seu histórico, não é garantia de que o mandato seja levado a termo.

(15) [o Partido do Trabalhadores permaneceu no poder por 13 anos e meio NO ENTANTO deixa o poder abalado e com alguns de seus principais líderes fragilizados]

- **Argumentação Interna de:** *A decisão também interrompe um ciclo de 13 anos e meio de gestão do PT, iniciado com Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. O partido deixa o poder sob forte abalo e com algumas de suas principais lideranças em xeque.*
- **Termo antecedente:** o Partido do Trabalhadores permaneceu no poder por 13 anos e meio
- **Termo consequente:** deixa o poder abalado e com alguns de seus principais líderes fragilizados

- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

Deixar o poder, sob uma condição de fragilidade tal como é posta no enunciador E8, constrói um sentido pelo qual o tempo que se permanece no poder não é condição suficiente para se manter no poder para sempre e com solidez; não é o tempo que determina a solidez na esfera do poder. A transgressão pode ser expressa pelo aspecto [FICAR MUITO TEMPO PT neg FICAR PARA SEMPRE E COM SOLIDEZ], cuja norma transgredida é expressa pelo aspecto converso [FICAR MUITO TEMPO DC FICAR PARA SEMPRE E COM SOLIDEZ].

QUINTA CAMADA

A defesa de Dilma pretende recorrer da decisão do Senado ao STF (Supremo Tribunal Federal) alegando vícios no processo, embora, na avaliação de ministros da corte, sejam pequenas as chances de que consiga algum êxito.

Componente informativo

- A defesa de Dilma pretende recorrer da decisão do Senado ao Supremo Tribunal Federal.
- A defesa de Dilma alega vícios no processo.
- Os ministros do Supremo consideram pequenas as chances de sucesso da defesa de Dilma

Configuração polifônica

	Enunciador	Assimilado ao	Atitude do locutor em relação ao enunciador	Tipo de enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	A defesa de Dilma pretende recorrer da decisão do Senado ao STF	Locutor	Assume	Posto	(17)
E2	A defesa de Dilma alega vícios no processo.	Defensores de Dilma	Assume	Posto	(16)
E3	Para a defesa de Dilma, vícios no processo são motivo suficiente para recorrer da decisão.	E1 e E2	Concorda	Pressuposto	(17) e (16)
E4	Ministros da suprema corte consideram pequenas as chances de êxito do recurso de Dilma.	Ministros do STF	Assume	Posto	(17)

O locutor mobiliza quatro enunciadores para construir um objeto discursivo: *o recurso da defesa de Dilma ao STF*, pela perspectiva da alegação da defesa e do entendimento dos ministros do Supremo.

Pela primeira vez no discurso, o locutor assimila enunciadores a outros sujeitos: aos defensores de Dilma e aos ministros do STF. Muito embora se trate de dois enunciadores postos (E2 e E4), ambos portanto assumidos pelo locutor, recai sobre os sujeitos aos quais os enunciadores são assimilados a instância enunciativa dos conteúdos. O único enunciador assimilado ao locutor mantém-se no modo enunciativo do Encontrado, em terceira pessoa.

Encadeamentos Argumentativos

(16) [a defesa de Dilma alega haver vícios no processo PORTANTO pretende recorrer ao STF]

- **Argumentação Interna de:** *A defesa de Dilma pretende recorrer da decisão do Senado ao STF (Supremo Tribunal Federal) alegando vícios no processo*
- **Termo antecedente:** a defesa de Dilma alega haver vícios no processo
- **Termo consequente:** pretende recorrer ao STF
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Normativo

O recurso ao Judiciário contra a decisão do Legislativo (enunciador 1) não decorre do mérito da ação julgada, a defesa não se contrapõe à sentença propriamente dita. Ao posicionar vícios no processo (enunciador 2) no termo antecedente desta relação normativa, o sentido de recorrer é solicitar a revisão do processo (a maneira como foi conduzido o processo de impeachment), e não do produto (a decisão favorável ao afastamento).

(17) [ministros da corte consideram pequenas as chances de êxito NO ENTANTO a defesa de Dilma pretende recorrer da decisão do Senado ao STF (Supremo Tribunal Federal) alegando vícios no processo]

- **Argumentação Externa à direita de:** *A defesa de Dilma pretende recorrer da decisão do Senado ao STF (Supremo Tribunal Federal) alegando vícios no processo.*
- **Termo antecedente:** ministros da corte consideram pequenas as chances de êxito

- **Termo consequente:** a defesa de Dilma pretende recorrer da decisão do Senado ao STF (Supremo Tribunal Federal) alegando vícios no processo
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Transgressivo

Posicionada no termo antecedente, a expectativa desfavorável do Judiciário é constitutiva da pretensão de recorrer a esse poder da república, na medida em que a interdependência constrói um sentido peculiar para o recurso: uma tentativa que se sobrepõe probabilidade de insucesso. Considerando que a transgressão pode ser expressa pelo aspecto [neg SUCESSO PT TENTAR], a norma transgredida pode ser expressa pelo aspecto transposto [SUCESSO DC TENTAR]. Nessa transposição, a estrutura escolhida pelo Locutor constrói um sujeito (os defensores de Dilma) que, apesar de buscar o sucesso em suas tentativas (como é normal), não se intimida diante da possibilidade de não conseguir atingir esse sucesso.

SEXTA CAMADA

Eleito vice-presidente na chapa de Dilma, Michel Temer deve gravar pronunciamento à nação em cadeia de rádio e TV, a ser veiculado ainda nesta quarta. Após a posse, ele deve viajar para a China, para o encontro do G20.

Componente informativo

- Temer foi eleito vice-presidente na chapa de Dilma;
- Temer gravará pronunciamento à nação;
- Temer viajará para China, para o encontro do G20.

Configuração Polifônica

	Enunciador	Assimilado ao	Atitude do locutor em relação ao enunciador	Tipo de enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Michel Temer foi eleito vice-presidente na chapa de Dilma.	Locutor	Assume	Posto	(18)
E2	Michel Temer deve gravar pronunciamento à nação, em cadeia de rádio e TV, a ser veiculado ainda nesta quarta.	Locutor	Assume	Posto	(18)

E3	O pronunciamento será um ato do vice-presidente, imediato ao anúncio da cassação da presidente.	E1 e E2	Concorda	Pressuposto	(18)
E4	Após empossado, Temer deve viajar para a China, para o encontro do G20.	Locutor	Assume	Posto	(19)
E5	A viagem para participar do G20 será um ato de Temer na qualidade de presidente definitivo.	E4	Concorda	Pressuposto	(19)

São mobilizados cinco enunciadores, três postos e dois pressupostos, para construir dois objetos discursivos: *o pronunciamento de Temer à nação* (E1 a E3), pela perspectiva de ser o ato de um vice-presidente imediatamente à cassação da presidente; e *a viagem de Temer à China* (E4 e E5), pela perspectiva de ser o ato de um presidente empossado. O locutor assimila todos os enunciadores postos, em terceira pessoa, mantendo-se fiel à objetividade artificializada que o modo enunciativo do Encontrado proporciona.

Encadeamento Argumentativo

(18) [Temer foi eleito vice-presidente na chapa de Dilma PORTANTO Temer deve se pronunciar à nação no dia do anúncio da cassação de Dilma]

- **Argumentação Interna de:** *Eleito vice-presidente na chapa de Dilma, Michel Temer deve gravar pronunciamento à nação em cadeia de rádio e TV, a ser veiculado ainda nesta quarta.*
- **Termo antecedente:** Temer foi eleito vice-presidente na chapa de Dilma
- **Termo consequente:** Temer deve se pronunciar à nação no dia do anúncio da cassação de Dilma
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Normativo

Posicionado no termo antecedente desta norma, o fato de Temer ter sido eleito vice-presidente de Dilma constrói um sentido particular para o pronunciamento dele: o pronunciamento é um ato imediato do vice quando o presidente de sua chapa é cassado.

O caráter imediato da ação de Temer deve-se ao marcador de tempo *ainda nesta quarta*, alocado no termo consequente. Considerando que, conforme consta no *lead* da notícia, *esta quarta* é o marcador do tempo presente à enunciação e também do tempo em que ocorreu o anúncio do impedimento, o advérbio *ainda* reforça o sentido de contiguidade da fala de Temer em relação à cassação de Dilma.

(19) [Temer é empossado PORTANTO viaja para a China, para o encontro do G20]

- **Argumentação Interna de:** *Após a posse, ele deve viajar para a China, para o encontro do G20.*
- **Termo antecedente:** Temer é empossado
- **Termo consequente:** viaja para a China, para o encontro do G20
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de encadeamento:** Normativo

A exemplo do encadeamento (18), esta norma também parte de um marcador de tempo para construir um sentido para uma ação de Temer. Porém, agora o marcador *após a posse* constrói um sentido particular para o ato de viajar: a participação no G20 é um compromisso de um presidente empossado de forma definitiva.

INVENTÁRIO DOS OBJETOS DISCURSIVOS, PERSPECTIVAS, ENUNCIADORES E ENCADEAMENTOS IDENTIFICADOS NA NOTÍCIA DA FOLHA DE SÃO PAULO

camada	objeto	perspectivas	enunciadores	encadeamentos
lead	a sucessão de Dilma Rousseff por Michel Temer na presidência da República	do anúncio do impedimento de Dilma	18 (9 postos, 9 pressupostos)	7 (3 normativos, 4 transgressivos)
		da conversão da posse de Temer de provisória para definitiva		
	impeachment	da duração do processo		
		do afastamento provisório de Dilma		
		do motivo do impedimento		
		dos atores		
	crime de responsabilidade	do escore da votação		
do atraso no repasse de verbas				
	das suplementações orçamentárias			

segunda	a votação do impeachment	perspectiva do voto do presidente do Senado	15 (9 postos, 6 pressupostos)	3 (transgressivos)
	a votação do direito de Dilma exercer funções públicas	da disputa por cargos eletivos do escore da votação		
terceira	as reações diante do anúncio do impeachment	da população da classe política	2 (postos)	1 (normativo)
quarta	queda de presidente da República por impeachment	da frequência desse fenômeno na história do Brasil	8 (6 postos, 2 pressupostos)	4 (2 normativos, 2 transgressivos)
		do impedimento de Fernando Collor		
	Dilma	da eleição direta da não conclusão do mandato		
	a gestão do Partido dos Trabalhadores	de sua duração das circunstâncias em que ela termina		
quinta	o recurso da defesa de Dilma ao STF	da alegação da defesa	4 (3 postos, 1 pressuposto)	2 (1 normativo, 1 transgressivo)
do entendimento dos ministros do Supremo				
sexta	o pronunciamento de Temer à nação	de ser o ato de um vice-presidente cuja presidente foi cassada	3 (2 postos, 1 pressuposto)	1 (normativo)
	a viagem de Temer à China	de ser o ato de um presidente empossado	2 (1 posto, 1 pressuposto)	1 (normativo)

7.2 ANÁLISE DA NOTÍCIA DE ZERO HORA

PRIMEIRA CAMADA (*LEAD*)

Senado aprova impeachment e afasta Dilma Rousseff da Presidência da República em definitivo

Foram 61 votos a favor e 20 contra a saída do cargo

31/08/2016 - 13h35min. Atualizada em 31/08/2016 - 16h48min³⁰

Às 13h35min desta quarta-feira, Dilma Vana Rousseff passou a integrar a galeria de ex-presidentes da República. Considerada culpada por crime de responsabilidade pelo voto de 61 senadores, a primeira mulher a governar o país foi destituída do cargo 28

³⁰ Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-rousseff-da-presidencia-da-republica-em-definitivo-7356208.html>.

Acesso em 31 de agosto de 2016.

meses antes do final do segundo mandato. Outros 20 votaram a seu favor, oito a menos do que o mínimo necessário para absolvê-la;

Componente informativo

- O que e com quem: aprovação do impeachment e afastamento definitivo de Dilma Rousseff da presidência da República
- Por que: por crime de responsabilidade
- Como: pelo voto de 61 senadores a favor do impeachment e 20 contra o afastamento
- Quando: quarta-feira, 31 de agosto de 2016
- Onde: no Senado

Configuração polifônica

	Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff	Locutor	Assume	Posto	(1)
E2	Senado afasta Dilma da presidência da República em definitivo	Locutor	Assume	Posto	(1)
E3	Antes da aprovação do impeachment, Dilma estava afastada da presidência provisoriamente	E2	Concorda	Pressuposto	(2)
E4	Foram 61 votos a favor e 20 contra a saída de Dilma do cargo de presidente da República	Locutor	Assume	Posto	(9)
E5	Dilma tornou-se ex-presidente da República	Locutor	Assume	Posto	(3)
E6	Dilma foi considerada culpada por crime de responsabilidade	Locutor	Assume	Posto	(4)
E7	Dilma foi a primeira mulher a governar o país	Locutor	Assume	Posto	(5)
E8	Dilma foi destituída do cargo de presidente 28 meses antes do final do segundo mandato	Locutor	Assume	Posto	(6)
E9	Dilma foi presidente por dois mandatos	E8	Concorda	Pressuposto	(7)

E10	Antes dos mandatos de Dilma, o país nunca fora governado por mulheres	E7	Concorda	Pressuposto	(5)
E11	20 senadores votaram pela absolvição de Dilma do crime de responsabilidade	Locutor	Assume	Posto	(8)
E12	Faltaram 8 votos para absolver Dilma do crime de responsabilidade.	Locutor	Assume	Posto	(8)
E13	Eram necessários 28 votos para absolver Dilma do crime de responsabilidade	E11 e E12	Concorda	Pressuposto	(8)
E14	Eram necessários dois terços dos votos para condenar ou absolver	E4, E11 e E13	Concorda	Pressuposto	(9)
E15	Condenação por crime de responsabilidade causa perda definitiva de mandato de presidente da República	E6 e E8	Concorda	Pressuposto	(4) e (1)

Na composição do *lead*, o locutor mobiliza quinze enunciadores para construir dois objetos discursivos: *impeachment* e *Dilma*. O objeto *impeachment* é composto a partir de quatro perspectivas: os sujeitos envolvidos (E1), a consequência (E2, E3, E5 e E15), o escore (E4 e E11 a E14) e o motivo (E6 e E15). O objeto *Dilma* é composto a partir de duas perspectivas: gênero (E7 e E10) e quantidade de mandatos (E8 e E9).

Predominam os enunciadores postos, todos assimilados pelo locutor, o qual assume responsabilidade sobre o conteúdo, apesar de configurar essa assimilação em terceira pessoa. Ao adotar a estratégia enunciativa do Modo do Encontrado, o locutor produz uma objetividade artificial, através da qual os objetos construídos pelo entrelace dos enunciadores são percebidos pelo interlocutor (o leitor) como objetos pinçados diretamente da realidade empírica, em nome de uma aparente e confiável neutralidade.

Os enunciadores pressupostos, com os quais o locutor invariavelmente concorda, são assimilados a enunciadores postos, uma vez mais evidenciando que o sentido é um construto intersubjetivo concertado em instâncias enunciativas distintas. O concerto de vozes dos enunciadores postos e pressupostos, que constrói os objetos do discurso, é também constitutivo do componente argumentativo, conforme é possível perceber nos encadeamentos a seguir analisados.

Encadeamentos argumentativos

- (1) [aprovação de impeachment pelo Senado PORTANTO afastamento de Dilma Rousseff da presidência de República]

- **Argumentação Interna de:** *Senado aprova impeachment e afasta Dilma Rousseff da Presidência da República em definitivo*
- **Termo antecedente:** aprovação de impeachment pelo Senado
- **Termo consequente:** afastamento definitivo de Dilma Rousseff da presidência de República
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

A relação normativa estabelecida entre os enunciadores postos E1 e E2 constrói uma interdependência pela qual o impedimento é constitutivo do afastamento e vice-versa. O objeto discursivo impeachment é construído como um processo que causa especificamente afastamento da presidência da República, e não outra consequência qualquer, como prisão ou exílio. Em contrapartida, o afastamento da presidência neste discurso construído não autoriza outro motivo senão o processo de impeachment.

(2) [o afastamento de Dilma Rousseff é definitivo agora PORTANTO Dilma estava afastada provisoriamente antes]

- **Argumentação Interna de:** *Senado... afasta Dilma Rousseff da Presidência da República em definitivo*
- **Termo antecedente:** o afastamento de Dilma Rousseff é definitivo agora
- **Termo consequente:** Dilma estava afastada provisoriamente antes
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

A expressão *em definitivo*, presente no enunciador posto E2, evoca o enunciador pressuposto E3: antes da aprovação do impeachment, Dilma estava afastada da presidência provisoriamente. Este enunciador, por sua vez, é constitutivo de uma norma passível de ser expressa pelo aspecto [DEFINITIVO EM t0 DC PROVISÓRIO EM t-1]. A articulação normativa entre dois estados que se sucedem no tempo (definitivo no presente e provisório no passado) dá contornos específicos ao objeto discursivo afastamento de Dilma: trata-se de um

afastamento que já existia, que apenas mudou de estatuto ao longo do tempo e em decorrência de um fato – o impedimento, conforme evoca o encadeamento (1).

(3) [o impeachment é aprovado PORTANTO Dilma torna-se ex-presidente da República]

- **Argumentação Interna de:** *Às 13h35min desta quarta-feira, Dilma Vana Rousseff passou a integrar a galeria de ex-presidentes da República.*
- **Termo antecedente:** o impeachment é aprovado
- **Termo consequente:** Dilma torna-se ex-presidente da República
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

O enunciador posto E5, ao compor o termo consequente de uma norma cuja causa é um processo de impedimento, constrói um sentido específico para ex-presidente: um sujeito que entra para galeria de ex-presidentes por ter sido impedido. Ex-presidente, nesta estrutura argumentativa cuja causa é o impedimento, não é o estadista que cumpriu seu mandato normalmente, ou que teve seu mandato abreviado por golpe de estado ou morte. Ex-presidente é presidente impedido.

(4) [Dilma é condenada por crime de responsabilidade PORTANTO é destituída do cargo]

- **Argumentação Interna de:** Considerada culpada por crime de responsabilidade pelo voto de 61 senadores, a primeira mulher a governar o país foi destituída do cargo...
- **Termo antecedente:** Dilma é condenada por crime de responsabilidade
- **Termo consequente:** é destituída do cargo
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

A destituição de Dilma, constitutiva do enunciador posto E6, está posicionada no termo consequente desta norma. O crime de responsabilidade, constitutivo do enunciador posto E8 e do pressuposto E15 (assimilado a E6 e E8), está posicionado no termo consequente. A

interdependência normativa entre crime e destituição configurada neste encadeamento constrói o objeto discursivo perda de cargo como a consequência de um ato criminoso.

(5) [**a primeira mulher a governar o país PORTANTO o país não havia sido governado por mulheres antes**]

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *a primeira mulher a governar o país*
- **Termo antecedente:** a primeira mulher a governar o país
- **Termo consequente:** o país não havia sido governado por mulheres antes
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Esta argumentação externa articula dois enunciadores: E7, evocado pela própria entidade linguística da qual decorre a argumentação; e seu pressuposto E10, evocado no termo consequente. A pressuposição é construída a partir do adjetivo *primeira*, constitutivo do termo antecedente, o qual autoriza a continuação normativa *portanto não antes* como consequência. Essa interdependência, passível de ser expressa pelo aspecto [PRIMEIRA MULHER AGORA DC neg MULHER ANTES], constrói a participação feminina pela perspectiva de seu ineditismo no governo brasileiro.

(6) [**faltavam 28 meses para Dilma terminar o mandato NO ENTANTO foi cassada**]

- **Argumentação Interna de:** *... foi destituída do cargo 28 meses antes do final do segundo mandato.*
- **Termo antecedente:** faltavam 28 meses para Dilma terminar o mandato
- **Termo consequente:** foi cassada
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

Nesta argumentação, a interdependência entre o tempo que faltava para o cumprimento integral do mandato e a interrupção desse mandato é constituída por um único enunciador, E8, assumido como conteúdo posto pelo locutor. A configuração transgressiva do encadeamento, que constrói o sentido da cassação em contraste ao tempo para a conclusão,

pode ser expressa pelo aspecto [CONCLUIR MANDATO EM t+1 PT INTERROMPER MANDATO EM t0]. A transgressão, por sua vez, evoca a norma conversa expressa por [CONCLUIR MANDATO EM t+1 DC neg INTERROMPER MANDATO EM t0], pela qual o normal seria esperar que um mandato não fosse interrompido faltando determinado tempo para a sua conclusão.

(7) [segundo mandato PORTANTO Dilma foi presidente duas vezes]

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *segundo mandato*
- **Termo antecedente:** segundo mandato
- **Termo consequente:** Dilma foi presidente duas vezes
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** NORMATIVO

A exemplo do encadeamento (5), esta argumentação externa constitui-se pela articulação normativa de um enunciador posto (neste caso, E8) e seu pressuposto (E9). A base da pressuposição é o adjetivo segundo, através do qual o termo antecedente autoriza a consequência portanto duas vezes. Porém, embora haja simetria na configuração dos encadeamentos (5) e (7), a interdependência agora constrói para mandato um sentido pela perspectiva do seu não ineditismo.

(8) [vinte senadores votaram pela absolvição NO ENTANTO eram necessários oito votos a mais para absolver]

- **Argumentação Interna de:** *Outros 20 votaram a seu favor, oito a menos do que o mínimo necessário para absolvê-la.*
- **Termo antecedente:** vinte senadores votaram pela absolvição de Dilma
- **Termo consequente:** eram necessários oito votos a mais para absolver
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

Esta argumentação articula dois enunciadores postos: E11 compondo o termo antecedente e E12 compondo o consequente. Ambos evocam o pressuposto E13. A relação

transgressiva entre os votos necessários e os votos efetivados é constitutiva do objeto discursivo absolvição. O sentido de absolvição, construído pela perspectiva da insuficiência de votos, pode ser expresso pelo aspecto [N VOTAM PT SÃO NECESSÁRIOS N+8 VOTOS].

(9) [**considerada culpada por crime de responsabilidade pelo voto de 61 senadores ... Outros 20 votaram a seu favor, oito a menos do que o mínimo necessário para absolvê-la PORTANTO eram necessários dois terços dos votos para condenar ou para absolver**]

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *Considerada culpada por crime de responsabilidade pelo voto de 61 senadores ... Outros 20 votaram a seu favor, oito a menos do que o mínimo necessário para absolvê-la*
- **Termo antecedente:** considerada culpada por crime de responsabilidade pelo voto de 61 senadores ... Outros 20 votaram a seu favor, oito a menos do que o mínimo necessário para absolvê-la
- **Termo consequente:** eram necessários dois terços dos votos para condenar ou para absolver
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

O locutor articulou quatro enunciadores no termo antecedente (E4, E11 e E12 postos, e E13 pressuposto) e um enunciador pressuposto no termo consequente (E14). A argumentação externa à esquerda assim configurada faz com que o concerto dos enunciadores constitutivos do termo antecedente convirja para construir o objeto discursivo absolvição pela perspectiva da fração de votos necessários para obtê-la.

SEGUNDA CAMADA

Sacramentado o impeachment, seu vice Michel Temer assume em definitivo o comando da nação. A posse está prevista para logo mais à tarde e em seguida ele parte em viagem oficial à China.

Componente informativo

- Michel Temer assume em definitivo a presidência;
- Após a posse, Temer viaja oficialmente à China.

Configuração polifônica

Enunciador		Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Michel Temer assume em definitivo a presidência.	Locutor	Assume	Posto	(10)
E2	Michel Temer era vice-presidente de Dilma	Locutor	Assume	Posto	(10)
E3	Michel Temer exercia a presidência da nação de forma provisória	E1	Concorda	Pressuposto	(11)
E4	Michel Temer embarca para a China após ser empossado	Locutor	Assume	Posto	(12)
E5	Michel Temer viaja para a China na condição de presidente definitivo do Brasil	E4	Concorda	Pressuposto	(12)

O locutor mobiliza cinco enunciadores para compor o objeto *Michel Temer*, pelas perspectivas do seu presente, passado e futuro político. Todos os enunciadores postos são assimilados ao locutor, porém mantendo o modo enunciativo do Encontrado, o que contribui para o efeito de distanciamento utilizado desde o *lead*. Dentre os enunciadores pressupostos, a atitude do locutor é sempre de concordância, uma vez que não há estruturas negativas na camada, as quais ensejariam a recusa dos respectivos pressupostos afirmativos. Os enunciadores encontram-se articulados argumentativamente conforme indicam os encadeamentos a seguir.

Encadeamentos Argumentativos

(10) [impeachment de Dilma PORTANTO posse de Michel Temer como presidente da nação]

- **Argumentação Interna de:** *Sacramentado o impeachment, seu vice Michel Temer assume em definitivo o comando da nação.*
- **Termo antecedente:** impeachment de Dilma
- **Termo consequente:** posse definitiva de Temer como presidente da nação

- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Ao posicionar o impedimento de Dilma no termo antecedente desta norma, o locutor constrói um sujeito que é o que o outro não é. Essa interdependência, que pode ser expressa pelo aspecto [neg DILMA SER DC TEMER SER], tem como transposto o aspecto [DILMA SER PT neg TEMER SER]. Considerando a estrutura transgressiva do aspecto transposto, é possível chegar ao sentido da alternância exclusiva: enquanto Dilma for, Temer não será. Por isso, é preciso atenção: muito embora a base do sentido de Temer seja ser o que Dilma não é, a alternância é condicionada ao tempo: Temer é o que Dilma não é mais. Refinando o aspecto para [neg DILMA SER EM t0 DC TEMER SER EM t1]. O efeito da expressão em definitivo será tratado no encadeamento (12).

(11) **[Michel Temer assume em definitivo o comando da nação agora PORTANTO Michel Temer exercia provisoriamente a presidência antes]**

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *Michel Temer assume em definitivo o comando da nação.*
- **Termo antecedente:** Michel Temer assume em definitivo o comando da nação agora
- **Termo consequente:** Michel Temer exercia provisoriamente a presidência antes
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

O enunciador pressuposto E3 tem como base a expressão em definitivo, componente de E1. Essa interdependência normativa entre o exercício da presidência no presente e no passado constrói uma mudança de estado ao longo do tempo, que pode ser expressa pelo aspecto [DEFINITIVO EM t0 DC PROVISÓRIO EM t-1].

(12) **[A posse está prevista para logo mais à tarde e em seguida ele parte em viagem oficial à China PORTANTO Michel Temer viaja para a China como presidente da República em definitivo]**

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *A posse está prevista para logo mais à tarde e em seguida ele parte em viagem oficial à China.*
- **Termo antecedente:** A posse está prevista para logo mais à tarde e em seguida ele parte em viagem oficial à China
- **Termo consequente:** Michel Temer viaja para a China como presidente da República em definitivo
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

A argumentação, cujo termo antecedente é a viagem à China logo após a posse definitiva (E4), constrói a viagem como o primeiro compromisso de Temer na qualidade de presidente definitivo do Brasil (E5 pressuposto).

TERCEIRA CAMADA

O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, em meio a um rebuliço que tomou conta do plenário. Enquanto os petistas lamentavam a derrota, entusiastas da cassação da adversária comemoravam o resultado.

Componente Informativo

- O veredito foi anunciado pelo presidente do STF no plenário;
- Os petistas lamentaram a derrota;
- Os adversários comemoraram o resultado.

Configuração Polifônica

	Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	O veredito foi anunciado pelo presidente do STF, no plenário	Locutor	Assume	Posto	(13) e (14)
E2	Os petistas lamentaram a derrota.	Locutor	Assume	Posto	(13)
E3	Os adversários de Dilma comemoraram o resultado.	Locutor	Assume	Posto	(14)

O locutor mobiliza três enunciadores postos, assumindo e assimilando todos, para compor o objeto discursivo *as reações ao veredito do impedimento*, pela perspectiva dos petistas e dos adversários de Dilma.

Encadeamentos Argumentativos

(13) **[O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal PORTANTO os petistas lamentaram]**

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal*
- **Termo antecedente:** O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do STF
- **Termo consequente:** os petistas lamentaram
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

(14) **[O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal PORTANTO os adversários de Dilma comemoraram]**

- **Argumentação Externa à esquerda de:** *O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal*
- **Termo antecedente:** O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal
- **Termo consequente:** os adversários de Dilma comemoraram
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Ambas as argumentações decorrem da mesma causa: o veredito contrário a Dilma. A estrutura argumentativa bifurca-se em dois termos consequentes, um pela perspectiva dos aliados, outra dos opositores da presidente cassada e de seu partido. Essa configuração normativa constrói o resultado do impeachment como o pivô de uma repercussão polarizada.

QUARTA CAMADA

Condenada por editar três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso e por atraso em repasses do Tesouro a bancos públicos, Dilma enfrentou duas votações.

Componente Informativo

- Condenação de Dilma por editar três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso e por atrasar repasses do Tesouro a bancos públicos;
- Dilma enfrentou duas votações.

Configuração Polifônica

	Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Dilma foi condenada	Locutor	Assume	Posto	(17)
E2	Dilma editou três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso	Locutor	Assume	Posto	(15)
E3	Dilma atrasou repasses do Tesouro a bancos públicos	Locutor	Assume	Posto	(16)
E4	É crime editar decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Congresso	E1 e E2	Concorda	Pressuposto	(17)
E5	É crime repassar recursos do Tesouro a bancos públicos após vencido o prazo	E1 e E3	Concorda	Pressuposto	(17)
E6	Dilma enfrentou duas votações	Locutor	Assume	Posto	

O locutor mobiliza cinco enunciadores para construir o objeto discursivo *motivos da condenação de Dilma*, pela perspectiva do repasse de verbas a banco públicos e das suplementações orçamentárias. Nessa composição, cada perspectiva parte de um enunciador posto que desencadeia um pressuposto. O locutor assume os enunciadores postos e os assimila, ainda que em terceira pessoa, mantendo o efeito de neutralidade em seu modo enunciativo. Quanto aos pressupostos, assimilados por sua vez aos postos, o locutor adota uma atitude de concordância (não havendo negações na camada).

Por fim, e mobilizado o enunciador E6, que fará a conexão com a quinta camada no que se refere às duas matérias votadas na mesma seção plenária.

Encadeamentos Argumentativos

(15) [Dilma não tinha autorização do Congresso **NO ENTANTO** editou decretos de suplementação orçamentária]

- **Argumentação Interna de:** *editar três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso.*
- **Termo antecedente:** Dilma não tinha autorização do Congresso
- **Termo consequente:** editou decretos de suplementação orçamentária
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

Ao posicionar a ausência de autorização do Congresso no termo antecedente desta argumentação transgressiva, o locutor constrói um sentido desfavorável aos decretos de suplementação orçamentária restrito à perspectiva da autorização. Nesse confronto, não está em pauta se as suplementações deveriam ou não ser realizadas pelo Executivo, mas se foram ou não autorizadas pelo Legislativo. A interdependência pode ser expressa pelo aspecto [neg AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO PT SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA], cuja norma transgredida é expressa pelo aspecto converso [neg AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO DC neg SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA], conduta que livraria Dilma de incorrer em crime, como será desenvolvido no encadeamento (18).

(16) [Dilma repassou recursos do Tesouro a bancos públicos **NO ENTANTO** repassou os recursos após o prazo]

- **Argumentação Interna de:** *atraso em repasses do Tesouro a bancos públicos.*
- **Termo antecedente:** Dilma repassou recursos do Tesouro a bancos públicos
- **Termo consequente:** repassou os recursos após o prazo
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

O prazo para repasse de verba a bancos públicos, ao ser posicionado no termo consequente desta transgressão, constrói um sentido desfavorável ao repasse por uma perspectiva exclusivamente temporal. Não se trata de julgar a correção ou não do repasse, mas do respeito ao prazo para realizar essa operação financeira. A interdependência pode ser expressa pelo aspecto [DEVE REPASSAR RECURSOS EM t_0 PT REPASSA RECURSOS EM t_1].

(17) [condenada por editar três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso e por atraso em repasses do Tesouro a bancos públicos PORTANTO suplementação orçamentária sem autorização do Congresso e atrasos no repasse de recursos a bancos públicos são crimes]

- **Argumentação Externa à Esquerda de:** *Condenada por editar três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso e por atraso em repasses do Tesouro a bancos públicos.*
- **Termo antecedente:** Condenada por editar três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso e por atraso em repasses do Tesouro a bancos públicos
- **Termo consequente:** suplementação orçamentária sem autorização do Congresso e atrasos no repasse de recursos a bancos públicos são crimes
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

A pressuposição constrói para as condutas transgressivas constitutivas dos encadeamentos (15) e (16) um sentido específico: ambas são atos criminosos.

QUINTA CAMADA

Na primeira, os senadores votaram pela perda do mandato. Na segunda, por 42 votos favoráveis a perda dos direitos e 36 contrários, eles mantiveram Dilma habilitada para exercer funções públicas, o que lhe permite concorrer em eleições, ocupar cargos

comissionados, dar aulas em universidades públicas e até mesmo firmar contratos com entes públicos.

Componente Informativo

- A primeira votação foi sobre a perda do mandato de Dilma;
- A segunda votação foi sobre a perda do direito de Dilma exercer funções públicas;
- Direito de exercer funções públicas abrange concorrer em eleições, ocupar cargos comissionados, dar aulas em universidades públicas e firmar contratos com entes públicos.
- O escore da segunda votação foi 42 votos favoráveis à perda dos direitos e 36 votos contrários à perda dos direitos.
- Na segunda votação, os direitos de Dilma foram mantidos.

Configuração Polifônica

Enunciador		Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	A primeira votação foi sobre a perda do mandato de Dilma	Locutor	Assume	Posto	
E2	A segunda votação foi sobre a perda do direito de Dilma exercer funções públicas	Locutor	Assume	Posto	(18)
E3	Direito de exercer funções públicas abrange concorrer em eleições, ocupar cargos comissionados, dar aulas em universidades públicas e firmar contratos com entes públicos.	Locutor	Assume	Posto	(20)
E4	O escore da segunda votação foi 42 votos favoráveis à perda dos direitos e 36 votos contrários à perda dos direitos	Locutor	Assume	Posto	(18)
E5	Na segunda votação, os direitos de Dilma foram mantidos	Locutor	Assume	Posto	(18)
E6	Maioria absoluta não é suficiente para cassar direito de exercer funções públicas	E4 e E5	Concorda	Pressuposto	(19)

O locutor mobiliza cinco enunciadores para compor um objeto discursivo: *a votação do direito de exercer funções públicas*. Esse objeto é construído pela perspectiva da

perda do direito (E2), pela abrangência de função pública (E3), pelo escore da votação (E4 e E6) e pelo resultado da votação (E5). Há apenas um enunciador pressuposto, o qual o locutor assume e com o qual concorda. Os demais enunciadores (postos) são assumidos e assimilados pelo locutor, sempre em terceira pessoa, no modo enunciativo do Encontrado.

O enunciador E1 da quinta camada, junto ao enunciador E6 da quarta camada, fazem a conexão entre elas, referindo-se à dupla votação na seção plenária.

Encadeamentos Argumentativos

(18) [42 votos favoráveis à perda dos direitos e 36 contrários NO ENTANTO os direitos foram mantidos]

- **Argumentação Externa à Esquerda de:** *42 votos favoráveis à perda dos direitos e 36 contrários*
- **Termo antecedente:** 42 votos favoráveis à perda dos direitos e 36 contrários
- **Termo consequente:** os direitos foram mantidos
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

Nesta argumentação transgressiva, a manutenção dos direitos é constitutiva do escore. Se fossem levados em consideração apenas os números do termo antecedente (42 votos pela perda e 36 pela manutenção), o leitor entenderia que os direitos foram perdidos. Porém, o termo consequente revela que foram mantidos. Essa transgressão construirá, por sua vez, a pressuposição evocada pelo encadeamento (19).

(19) [escore de 42 votos favoráveis e 36 votos contrários não foi suficiente para a perda dos direitos de Dilma PORTANTO maioria absoluta não é suficiente para cassar direito de exercer funções públicas]

- **Argumentação Externa à direita do Pressuposto:** *Majoria absoluta não é suficiente para cassar direito de exercer funções públicas*
- **Termo antecedente:** escore de 42 votos favoráveis e 36 votos contrários não foi suficiente para a perda dos direitos de Dilma

- **Termo consequente:** maioria absoluta não é suficiente para cassar direito de exercer funções públicas
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Trata-se da argumentação interna de um pressuposto evocado pelo enunciador E6. Assumindo o escore construído no encadeamento (18), e considerando que a votação era pela perda de direitos (E1), obtém-se o aspecto [MAIORIA ABSOLUTA PT neg PERDA], cujo efeito é a continuação discursiva em direção a outro tipo de maioria.

(20) [exercer funções públicas PORTANTO concorrer em eleições, ocupar cargos comissionados, dar aulas em universidades públicas e até mesmo firmar contratos com entes públicos]

- **Argumentação Externa à Direita de:** *concorrer em eleições, ocupar cargos comissionados, dar aulas em universidades públicas e até mesmo firmar contratos com entes públicos.*
- **Termo antecedente:** exercer funções públicas
- **Termo consequente:** concorrer em eleições, ocupar cargos comissionados, dar aulas em universidades públicas e até mesmo firmar contratos com entes públicos
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Alocar *funções públicas* no termo antecedente da norma constrói esse objeto discursivo por uma perspectiva restrita às possibilidades elencadas no termo consequente.

SEXTA CAMADA

A pena praticamente sepulta a incipiente carreira política de Dilma, que em dezembro completa 69 anos e jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente. Em 2014, foi reeleita com 54,5 milhões de votos, derrotando no segundo turno o senador Aécio Neves (PSDB-MG), na eleição mais disputada das últimas duas décadas.

Componente Informativo

- A carreira política de Dilma foi sepultada pela pena (de impedimento)
- A carreira política de Dilma é incipiente
- Dilma completa 69 anos em dezembro
- Antes de ser eleita presidente, Dilma nunca tinha concorrido a cargo público
- Em 2014, Dilma foi reeleita com 54,5 milhões de votos
- Dilma derrotou Aécio Neves no segundo turno
- A eleição de 2014 foi a mais disputada das últimas duas décadas

Configuração Polifônica

Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo	
E1	A pena praticamente sepulta a incipiente carreira política de Dilma	Locutor	Assume	Posto	(21)
E2	Dilma completa 69 anos em dezembro	Locutor	Assume	Posto	(22)
E3	Dilma jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente	Locutor	Assume	Posto	(22) e (23)
E4	Em 2014, Dilma foi reeleita com 54,5 milhões de votos	Locutor	Assume	Posto	(24)
E5	Em 2014, Dilma derrotou Aécio Neves no segundo turno	Locutor	Assume	Posto	(24)
E6	A eleição de 2014 foi a mais disputada das últimas duas décadas	Locutor	Assume	Posto	(24)

O locutor mobiliza seis enunciadores, todos assumidos como conteúdos postos e assimilados ao próprio locutor em terceira pessoa, para construir o objeto discursivo *carreira política de Dilma*. O objeto é composto basicamente por três perspectivas: a do impacto do impedimento na carreira de Dilma, a da biografia eleitoral da ex-presidente, e a das condições sob as quais ela fora reeleita no último pleito. Essas perspectivas encontram-se articuladas nos encadeamentos argumentativos a seguir analisados.

Encadeamentos Argumentativos

(21) [impeachment **PORTANTO** sepultamento da incipiente carreira política de Dilma]

- **Argumentação Interna de:** *A pena praticamente sepulta a incipiente carreira política de Dilma*
- **Termo antecedente:** impeachment
- **Termo consequente:** sepultamento da incipiente carreira política de Dilma
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

O impedimento, posicionado no termo antecedente desta norma, é construído a partir do efeito que provoca na carreira política de Dilma. Nesta interdependência, a consequência é constitutiva da causa: o sepultamento da carreira confere ao impedimento o contorno semântico de um evento aniquilador, embora a incipiência da carreira relativize a potência do impedimento, restringindo-a a um alvo embrionário.

(22) [Dilma tem quase 69 anos de idade **NO ENTANTO** jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente]

- **Argumentação Externa à Direita de:** *jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente*
- **Termo antecedente:** Dilma tem quase 69 anos de idade
- **Termo consequente:** jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

(23) [jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente **PORTANTO** carreira política incipiente]

- **Argumentação Externa à Esquerda de:** *jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente*
- **Termo antecedente:** jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente

- **Termo consequente:** carreira política incipiente
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Os encadeamentos (22) e (23) são argumentações externas da mesma entidade complexa: jamais havia concorrido a um cargo público antes de ser eleita duas vezes presidente. Embora a entidade seja a mesma, os sentidos construídos em cada encadeamento diferem na medida em que (22) é uma transgressão e (23) é uma norma. Além disso, a entidade está posicionada no termo consequente de (22) e no termo antecedente de (23). Por fim, os segmentos com os quais as entidades se relacionam não são os mesmos nos dois encadeamentos.

No encadeamento transgressivo (22), o fato de Dilma jamais ter concorrido em eleições antes de ser eleita presidente é contraposto à idade da ex-presidente. Essa interdependência, que pode ser expressa pelo aspecto [69 ANOS PT neg CONCORRER ANTES DE SER ELEITA PRESIDENTE], evoca a norma transgredida expressa pelo converso [69 ANOS DC CONCORRER ANTES DE SER ELEITA PRESIDENTE]. A partir dessa relação de conversão, constrói-se um sentido pelo qual o normal seria que um político de 69 anos tivesse se candidatado a um maior número de pleitos em sua vida.

No encadeamento normativo (23), o fato de Dilma jamais ter concorrido em eleições antes de ser eleita presidente é constitutivo da incipiência da carreira política da ex-presidente. Essa interdependência semântica pode ser expressa pelo aspecto [neg CONCORRER ANTES DE SER ELEITA PRESIDENTE DC CARREIRA INCIPIENTE] e reforçada pelo recíproco [CONCORRER ANTES DE SER ELEITA PRESIDENTE DC neg CARREIRA INCIPIENTE]. Dessa relação de reciprocidade emerge o sentido favorável a uma carreira tanto mais madura quanto mais vezes o político candidatar-se a cargos públicos.

(24) [em 2014, foi reeleita com 54,5 milhões de votos, derrotando no segundo turno o senador Aécio Neves PORTANTO a eleição foi a mais disputada]

- **Argumentação Externa à Esquerda de:** *Em 2014, foi reeleita com 54,5 milhões de votos, derrotando no segundo turno o senador Aécio Neves*
- **Termo antecedente:** em 2014, foi reeleita com 54,5 milhões de votos, derrotando no segundo turno o senador Aécio Neves

- **Termo conseqüente:** a eleição foi a mais disputada
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

O escorço e o segundo turno, posicionados no termo antecedente desta norma, são constitutivos do grau de competitividade da eleição. O pleito de 2014 é construído como o mais disputado das últimas décadas não pelo número de candidatos, ou por um eventual acirramento dos debates, ou mesmo por algum antagonismo das campanhas. Neste discurso, o pleito de 2014 é o mais disputado em decorrência da quantidade de votos que a vencedora obteve e do fato de serem necessários dois turnos de votação para definir o vitorioso.

SÉTIMA CAMADA

A segunda gestão de Dilma, contudo, foi um período conturbado. Com uma relação belicosa com o Congresso e a Operação Lava-Jato assombrando os partidos, em especial o PT, ela não conseguiu conduzir uma agenda política e econômica capaz de superar a crise que se desenhava desde 2014. Com a popularidade em queda, viu sua base de apoio parlamentar se erodir.

Componente Informativo: a segunda gestão

- Dilma viveu uma relação belicosa com o Congresso;
- A operação Lava-Jato assombrava em especial o PT;
- Dilma não conseguiu superar a crise;
- A crise desenhava-se desde 2014;
- A popularidade de Dilma caiu;
- A base de apoio parlamentar desgastou-se.

Configuração Polifônica

Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Dilma viveu uma relação belicosa com o Congresso	Locutor	Assume	Posto (25)

E2	A operação Lava-Jato assombrava os partidos, em especial o PT	Locutor	Assume	Posto	(25)
E4	Dilma não conseguiu superar a crise que se desenhava desde 2014	Locutor	Assume	Posto	(25)
E5	A popularidade de Dilma caiu	Locutor	Assume	Posto	(26)
E6	A base política de Dilma desgastou-se	Locutor	Assume	Posto	(26)

O locutor articula seis enunciadores postos, assimilando todos a si mesmo, uma vez mais em terceira pessoa. Esses enunciadores, cobrindo todo o componente informativo da notícia, são mobilizados para construir o objeto discursivo *segunda gestão de Dilma*, pela perspectiva das dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelo governo nesse período. A construção intersubjetiva do objeto, por sua vez, configura-se com base nas argumentações a seguir analisadas.

Encadeamentos Argumentativos:

(25) [relação belicosa com Congresso e pressão da operação Lava-Jato PORTANTO impossibilidade de superar crise]

- **Argumentação Interna de:** *Com uma relação belicosa com o Congresso e a Operação Lava-Jato assombrando os partidos, em especial o PT, ela não conseguiu conduzir uma agenda política e econômica capaz de superar a crise*
- **Termo antecedente:** relação belicosa com Congresso e pressão da operação Lava-Jato
- **Termo conseqüente:** impossibilidade de superar crise
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Os problemas de relacionamento com o legislativo e a operação Lava-Jato, posicionados na causa desta norma, constroem um sentido desfavorável à superação da crise, o qual pode ser expresso pelo aspecto [DIFICULDADES COM CONGRESSO e PRESSÃO DA LAVA-JATO DC neg SUPERAR CRISE]. Assumindo o aspecto recíproco [neg DIFICULDADES COM CONGRESSO e PRESSÃO DA LAVA-JATO DC SUPERAR CRISE], obtemos uma interdependência subjacente, pela qual se espera superar a crise na medida em que se eliminem os problemas com o legislativo e a pressão da operação Lava-Jato.

(26) [queda de popularidade PORTANTO desgaste da base de apoio político]

- **Argumentação Interna de:** *Com a popularidade em queda, viu sua base de apoio parlamentar se erodir*
- **Termo antecedente:** queda de popularidade
- **Termo consequente:** desgaste da base de apoio político
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Alocar a queda de popularidade no termo antecedente de uma norma cuja consequência é o desgaste da base política parlamentar constrói um sentido favorável a um tipo de apoio condicionado à aprovação da opinião pública. Uma vez mais, a relação de reciprocidade entre os aspectos é constitutiva do sentido: [neg POPULARIDADE DC neg APOIO PARLAMENTAR], aspecto expresso por este encadeamento, tem como recíproco [POPULARIDADE DC APOIO PARLAMENTAR], situação esta que permitiria a Dilma, retomando o encadeamento (26), superar a crise.

OITAVA CAMADA

Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um aliado convertido em inimigo fígadal, acatou o pedido de impeachment formulado pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, e Janaína Paschoal. Desde a primeira posse, em 2011, Dilma foi alvo de 48 pedidos semelhantes, 34 somente no segundo mandato, o que fez dela recordista no quesito. Ela seria afastada do cargo em 12 de maio deste ano, quando 55 senadores votaram pela abertura formal do processo.

Componente Informativo

- Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha acatou o pedido de impeachment;
- Eduardo Cunha era presidente da Câmara quando acatou o pedido de impeachment;
- Eduardo Cunha era um aliado convertido em inimigo fígadal de Dilma quando acatou o pedido de impeachment;

- O pedido de impeachment foi formulado pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janáína Paschoal;
- Hélio Bicudo é um dos fundadores do PT;
- Dilma sofreu 48 pedidos durante os dois mandatos;
- Dilma sofreu 34 pedidos de impeachment no segundo mandato;
- Dilma é recordista em pedidos de impeachment;
- Em maio de 2016, o processo de impeachment foi formalmente aberto;
- 55 senadores votaram pela abertura do processo de impeachment;
- Em maio de 2016, Dilma foi afastada do cargo devido à abertura do processo de impeachment.

Configuração polifônica

Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo	
E1	Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha acatou o pedido de impeachment contra Dilma.	Locutor	Assume	Posto	(27)
E2	O pedido de impeachment foi formulado pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janáína Paschoal.	Locutor	Assume	Posto	(28)
E3	Eduardo Cunha era um aliado convertido em inimigo figadal de Dilma.	Locutor	Assume	Posto	(27)
E4	Hélio Bicudo é um dos fundadores do PT.	Locutor	Assume	Posto	(28)
E5	Dilma foi alvo de 48 pedidos de impeachment desde a primeira posse, 34 somente no segundo mandato.	Locutor	Assume	Posto	(29)
E6	Dilma tornou-se recordista em sofrer pedidos de impeachment.	Locutor	Assume	Posto	(29)
E7	Em maio de 2016, 55 senadores votaram pela abertura formal do impeachment.	Locutor	Assume	Posto	(30)
E8	Dilma foi afastada do cargo quando foi aberto o processo de impeachment.	Locutor	Assume	Posto	(31)

Mantendo-se fiel ao modo enunciativo do Encontrado, o locutor assume oito enunciadores como conteúdos postos, assimilando-os a si em terceira pessoa, para construir o objeto *processo de impeachment*, desde o pedido até a abertura do processo. Os enunciadores podem ser segregados em quatro perspectivas: a dos sujeitos que pediram a abertura do processo

de impeachment, e das relações que eles mantinham com Dilma e seu partido (E1, E2, E3 e E4); a da quantidade de pedidos de impeachment sofridos por Dilma (E5 e E6); a da quantidade de votos que autorizou a abertura do processo de impeachment (E7); e a da consequência imediata da abertura do processo de impeachment (E8). A articulação argumentativa dessas perspectivas, da qual resulta o sentido de processo de impeachment nesta camada, é analisada nos encadeamentos a seguir.

Encadeamentos Argumentativos

(27) [Eduardo Cunha, presidente da Câmara, era inimigo figadal de Dilma PORTANTO acatou o pedido de impeachment contra Dilma]

- **Argumentação Interna de:** *o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um aliado convertido em inimigo figadal, acatou o pedido de impeachment*
- **Termo antecedente:** Eduardo Cunha, presidente da Câmara, era inimigo figadal de Dilma
- **Termo consequente:** acatou o pedido de impeachment contra Dilma
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

O acolhimento do pedido de impeachment contra Dilma, posicionado no termo consequente desta norma, é construído como um ato praticado por um inimigo. Não se trata de acolher o pedido em decorrência de seu mérito, mas em consequência do antagonismo entre os sujeitos envolvidos nos dois polos: o de acusado e o de acusador.

(28) [Hélio Bicudo, juntamente com Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, formulou pedido de impeachment contra Dilma NO ENTANTO Hélio Bicudo é um dos fundadores do PT]

- **Argumentação Interna de:** *pedido de impeachment formulado pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, e Janaína Paschoal*
- **Termo antecedente:** Hélio Bicudo, juntamente com Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, formulou pedido de impeachment contra Dilma

- **Termo consequente:** Hélio Bicudo é um dos fundadores do PT
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

Assim como no acolhimento do pedido de impeachment evocado pelo encadeamento (27), a formulação do pedido é construída com base não no mérito, mas nas relações entre os sujeitos. Porém, trata-se agora de uma argumentação transgressiva, cuja relação entre os sujeitos evoca uma aliança do passado.

(29) [Dilma foi alvo de 48 pedidos semelhantes, 34 somente no segundo mandato PORTANTO bateu o recorde em pedidos de impeachment]

- **Argumentação Interna de:** *Desde a primeira posse, em 2011, Dilma foi alvo de 48 pedidos semelhantes, 34 somente no segundo mandato, o que fez dela recordista no quesito.*
- **Termo antecedente:** Dilma foi alvo de 48 pedidos semelhantes, 34 somente no segundo mandato
- **Termo consequente:** bateu o recorde em pedidos de impeachment
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Neste encadeamento normativo, a consequência é constitutiva do sentido da causa. Ao posicionar o recorde no termo consequente, o locutor constrói a incidência de pedidos de impedimento de Dilma pela perspectiva de ser um fenômeno passível de ser ranqueado.

(30) [55 senadores votaram a favor PORTANTO o processo de impeachment foi formalmente aberto]

- **Argumentação Interna de:** 55 senadores votaram pela abertura formal do processo.
- **Termo antecedente:** 55 senadores votaram a favor
- **Termo consequente:** o processo de impeachment foi formalmente aberto
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Ao posicionar o escopo da votação no termo antecedente desta norma, o locutor constrói a abertura do processo pela perspectiva dos sujeitos que realizaram o ato. Esses sujeitos, ao serem qualificados e quantificados, evocam uma maioria em relação ao grupo do qual fazem parte: 55 em relação ao total de 81 senadores (conforme consta no lead).

(31) [o processo de impeachment foi aberto PORTANTO Dilma foi afastada do cargo]

- **Argumentação Interna de:** Ela seria afastada do cargo em 12 de maio deste ano, quando 55 senadores votaram pela abertura formal do processo
- **Termo antecedente:** o processo de impeachment foi aberto
- **Termo consequente:** Dilma foi afastada do cargo
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

A abertura do processo de impeachment, posicionada no termo consequente do encadeamento (30), agora posiciona-se no antecedente. Se, no encadeamento anterior, a argumentação convergia para a abertura do processo, esta norma (31) converge para a construção do sentido do afastamento de Dilma, partindo da abertura do processo como causa. Tal alternância de posição da abertura do processo (ora antecedente, ora consequente) evidencia uma progressão na construção dos sentidos: 55 senadores votam, portanto o processo de impedimento é aberto, portanto Dilma é afastada. Essa interdependência encadeada pode ser expressa pelos aspectos [55 SENADORES VOTAM DC PROCESSO DE IMPEDIMENTO É ABERTO] e [PROCESSO DE IMPEDIMENTO É ABERTO DC DILMA É AFASTADA]. Assumindo que, ao se alternar entre causa e consequência de uma e de outra norma, o termo processo de impedimento é aberto teria um sentido intermediário, é possível abstrair um aspecto simplificado: [55 SENADORES VOTAM DC DILMA É AFASTADA], a partir do qual o afastamento de Dilma assumiria contornos políticos, que seriam retomados pelo enunciador E17 da próxima camada.

NONA CAMADA

O julgamento de Dilma começou na manhã de quinta-feira. Foram três dias consecutivos consumidos na tomada de depoimento de cinco testemunhas e informantes

de defesa e acusação. Na segunda-feira, Dilma compareceu ao plenário para se defender. Discursou por 46 minutos e passou cerca de 11 horas sendo interrogada por 48 senadores.

— Façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu. Peço: votem contra o impeachment. Votem pela democracia — apelou aos julgadores.

Vencida a etapa mais cansativa de todo o processo, o plenário enfim sentenciou o destino de Dilma. Ao cabo de 73 horas de julgamento, a petista se tornou a segunda presidente a ter o mandato abreviado por um tribunal de senadores. Na história, Dilma se junta ao ex-presidente Fernando Collor, cassado em 1992. Vinte e quatro anos depois, o hoje senador votou pela condenação de Dilma.

Componente Informativo

- Etapas do julgamento:
 - Início do julgamento: quinta-feira (25 de agosto, considerando a data da cassação em 31/08/2016, quarta-feira, conforme consta no *lead*);
 - Tomada de depoimento de cinco testemunhas e informantes da defesa e acusação: três dias consecutivos (considerando o início na quinta-feira, adentrou o fim de semana);
 - Defesa de Dilma: segunda-feira:
 - Discurso de defesa: 46 minutos,
 - Interrogatório de 48 senadores: onze horas;
 - Duração do julgamento: 73 horas.
- Dilma tem o mandato abreviado por um tribunal de senadores.
- Dilma é o segundo presidente a ter o mandato cassado por um tribunal de senadores.
- O ex-presidente Fernando Collor foi cassado em 1992.
- Fernando Collor é senador atualmente;
- Fernando Collor votou pela condenação de Dilma.

Configuração Polifônica

	Enunciador	Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	O julgamento começou quinta-feira de manhã.	Locutor	Assume	Posto	(32)
E2	A tomada de depoimentos de defesa e acusação durou três dias consecutivos.	Locutor	Assume	Posto	(32)
E3	Foram cinco testemunhas e informantes de defesa e acusação.	Locutor	Assume	Posto	(32)
E4	Dilma compareceu ao plenário para se defender na segunda-feira.	Locutor	Assume	Posto	(32)
E5	O discurso de Dilma durou 46 minutos.	Locutor	Assume	Posto	(32)
E6	O interrogatório de Dilma pelos senadores durou cerca de 11 horas	Locutor	Assume	Posto	(32) e (33)
E7	48 senadores interrogaram Dilma.	Locutor	Assume	Posto	(32)
E8	Façam justiça a uma presidenta honesta.	Dilma	Assume	Posto	(34) e (35)
E9	A presidenta jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu.	Dilma	Assume	Posto	(34)
E10	A presidenta cometeu ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu.	E9	Recusa	Pressuposto	(34)
E11	Peço: votem contra o impeachment.	Dilma	Assume	Posto	(35) e (36)
E12	Votem pela democracia.	Dilma	Assume	Posto	(36)
E13	Concluída a etapa mais cansativa, o plenário sentenciou o destino de Dilma	Locutor	Assume	Posto	(33)
E14	A etapa mais cansativa do processo foram os depoimentos de acusação e defesa	E1 a E7	Concorda	Pressuposto	(33)
E15	O julgamento durou 73 horas.	Locutor	Assume	Posto	(32)
E16	A petista se tornou a segunda presidente a ter o mandato abreviado por um tribunal de senadores.	Locutor	Assume	Posto	(37)
E17	Antes de Dilma, houve um presidente a ter o mandato abreviado por um tribunal de senadores.	E16	Concorda	Pressuposto	(37)
E18	Na história, Dilma se junta ao ex-presidente Fernando Collor, cassado em 1992.	Locutor	Assume	Posto	(37)
E19	O primeiro presidente cassado foi Fernando Collor.	E18	Concorda	Pressuposto	(37) e (38)
E20	Vinte e quatro anos depois, o hoje senador votou pela condenação de Dilma.	Locutor	Assume	Posto	(38)

O locutor mobiliza vinte enunciadores para compor o sentido de três objetos discursivos: *a seção de julgamento do impeachment*, pelas perspectivas de sua duração, das etapas que a compuseram e dos atores envolvidos; *o discurso de defesa de Dilma*, pelas perspectivas da honestidade e da legalidade da conduta na vida privada e na vida pública, e do impeachment como ato contrário à democracia; *a cassação*, pelas perspectivas de seu não ineditismo na história, e de um voto pela cassação de Dilma ter sido proferido pelo senador que fora presidente cassado antes dela. Na construção da *seção de julgamento*, o locutor assume os enunciadores postos (E1 a E7, E13 e E15), e concorda com o enunciador pressuposto (E14). Todos os enunciadores postos são assimilados ao locutor, porém, em terceira pessoa. O objeto *cassação* constitui-se de cinco enunciadores (E16 a E20): três postos, assumidos e assimilados ao locutor em terceira pessoa; dois pressupostos, com os quais o locutor concorda, mas assimila a enunciadores postos. A composição do *discurso de defesa de Dilma*, contudo, apresenta uma configuração inédita no discurso desta notícia: os enunciadores (E8 e E9, E11 e E12) não são assimilados ao locutor, mas a um outro sujeito: Dilma; já o enunciador E10, na qualidade de único pressuposto negado de todo o discurso, é assimilado a um enunciador posto, este assimilado por sua vez a Dilma. A assimilação, agora em primeira pessoa, constitui-se por quatro enunciadores postos dentre os quais três estão no modo Imperativo. Tal formato, embora abra um vão de subjetividade explícita na topografia até então aparentemente objetiva da notícia, não compromete o efeito de imparcialidade arquitetado pelo locutor. Ao lançar mão do discurso direto livre, o locutor encapsula os enunciadores em um discurso hermeticamente circunscrito ao *outro*, um discurso que o locutor assume, mas de forma relativamente tangencial, sem se comprometer além da observação compartilhada com o leitor. De todo modo, seja qual for o grau de distanciamento que o locutor logra demonstrar na construção dos sentidos, a argumentatividade é constitutiva dos três objetos, como as análises a seguir evidenciam.

Encadeamentos Argumentativos

(32) [início da seção de julgamento na quinta-feira, três dias consecutivos de depoimentos, cinco testemunhas e informantes de defesa e acusação, 46 minutos de discurso de defesa de Dilma na segunda-feira, 48 senadores interrogando Dilma, onze horas de interrogatório PORTANTO 73 horas de julgamento]

- **Argumentação Externa à Direita de:** *73 horas de julgamento.*

- **Termo antecedente:** início da seção de julgamento na quinta-feira, três dias consecutivos de depoimentos, cinco testemunhas e informantes de defesa e acusação, 46 minutos de discurso de defesa de Dilma na segunda-feira, 48 senadores interrogando Dilma, onze horas de interrogatório
- **Termo consequente:** 73 horas de julgamento
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

As horas do julgamento, ao serem posicionadas como consequente desta norma, são constituídas pela profusão de fatos, atos e sujeitos envolvidos nas etapas da seção de julgamento. O sentido do tempo é construído pela perspectiva de como ele foi preenchido. No outro hemisfério da interdependência, as etapas da seção, alocadas no antecedente, ao convergirem para as consequentes 73 horas, são constituídas com base em uma granularidade temporal alta (ainda que nem tão alta quanto os minutos do discurso de defesa), o que evoca um efeito de exaustão.

(33) [46 minutos de discurso e onze horas de interrogatório de Dilma por 48 senadores PORTANTO a etapa mais cansativa de todo o processo]

- **Argumentação Externa à Direita de:** *a etapa mais cansativa de todo o processo*
- **Termo antecedente:** onze horas de interrogatório de Dilma por 48 senadores
- **Termo consequente:** a etapa mais cansativa de todo o processo
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Alocado no termo antecedente desta norma, o tempo é constitutivo da etapa do processo por uma perspectiva explicitamente subjetiva: o cansaço. Muito embora não haja marcação do sujeito que se cansou: se foi Dilma, se foram os senadores, se foi o próprio locutor na qualidade de jornalista, se seria o próprio leitor. De todo modo, o(s) sujeito(s) cansaram-se em decorrência da quantidade de tempo consumida na etapa de processo.

(34) [a presidenta não cometeu ato ilegal na vida pública nem na vida privada PORTANTO a presidenta é honesta]

- **Argumentação Interna de:** ... *uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu*
- **Termo antecedente:** a presidenta não cometeu ato ilegal na vida pública nem na vida privada
- **Termo consequente:** a presidenta é honesta
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Neste encadeamento normativo, constituído por um enunciador assimilado a Dilma, a honestidade da ré é construída a partir de sua conduta pública e privada. Esse objeto discursivo concorrerá para o sentido do encadeamento (35).

(35) [a presidenta é honesta PORTANTO votem contra o impeachment]

- **Argumentação Externa à direita de:** *votem contra o impeachment*
- **Termo antecedente:** a presidenta é honesta
- **Termo consequente:** votem contra o impeachment
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

O segmento *a presidenta é honesta*, termo consequente do encadeamento anterior (34), ressurge nesta argumentação (35). Agora, porém, está posicionado no termo antecedente, a partir do qual decorre uma consequência: votar contra o impeachment. Uma vez mais, é possível perceber uma progressão argumentativa na fala de Dilma, encadeando (34) e (35): não cometi ato ilegal na vida pública e privada, portanto sou honesta, portanto não votem por meu impedimento. Os encadeamentos podem ser expressos respectivamente por [neg ATO neg LEGAL DC HONESTIDADE] e [HONESTIDADE DC neg IMPEACHMENT]. Assumindo que honestidade tem um caráter provisório na argumentação pela sua posição ora antecedente ora consequente, é possível simplificar a interdependência ao aspecto [neg ATO neg LEGAL DC neg IMPEACHMENT]. Simplificando ainda mais o aspecto: [ATO LEGAL DC neg IMPEACHMENT].

(36) [a favor da democracia PORTANTO contra o impeachment]

- **Argumentação Externa à direita de:** *contra o impeachment. Votem pela democracia*
- **Termo antecedente:** a favor da democracia
- **Termo consequente:** *contra o impeachment*
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Ao posicionar democracia no termo antecedente desta argumentação, a negativa ao impeachment é construída como decorrência normal quando o que se pretende é manter o regime democrático. Considerando o aspecto [DEMOCRACIA DC neg IMPEACHMENT] confrontado ao seu recíproco [neg DEMOCRACIA DC IMPEACHMENT] é possível perceber, no apelo de Dilma, uma subjacente ameaça ao regime democrático caso não seja acolhido o seu pedido.

(37) [Fernando Collor foi presidente cassado antes PORTANTO Dilma é a segunda presidente a ser cassada]

- **Argumentação Interna de:** *... a petista se tornou a segunda presidente a ter o mandato abreviado por um tribunal de senadores. Na história, Dilma se junta ao ex-presidente Fernando Collor, cassado em 1992.*
- **Termo antecedente:** Fernando Collor foi presidente cassado antes
- **Termo consequente:** Dilma é a segunda presidente a ser cassada
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

A cassação de Fernando Collor, posicionada como antecedente neste encadeamento normativo, é constitutiva do ineditismo da cassação de Dilma, por uma perspectiva histórica. Além disso, o confronto com o impedimento de Collor será constitutivo da transgressão evocada no encadeamento (38).

(38) [Fernando Collor foi presidente cassado antes NO ENTANTO Fernando Collor vota a favor da cassação de Dilma agora]

- **Argumentação Interna de:** *ex-presidente Fernando Collor, cassado em 1992. Vinte e quatro anos depois, o hoje senador votou pela condenação de Dilma.*
- **Termo antecedente:** Fernando Collor foi presidente cassado antes
- **Termo consequente:** Fernando Collor vota a favor da cassação de Dilma agora
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

O impedimento de Fernando Collor, agora posicionado como antecedente de uma argumentação transgressiva, constrói um sentido pelo qual o sujeito que outrora foi cassado, aplica hoje a mesma punição que sofreu. Considerando o aspecto [CASSADO ANTES PT CASSA AGORA], é possível resgatar a norma transgredida, através do converso [CASSADO ANTES DC neg CASSA AGORA].

DÉCIMA CAMADA

Extenuada pelo longo calvário, Dilma pretende retornar a Porto Alegre, onde planeja ficar mais tempo junto à família. Embora tenha convites para participar de campanhas eleitorais, quer apenas descansar. No crepúsculo de sua trajetória de ex-combatente contra a ditadura militar, militante de esquerda e alta hierarca da administração pública até alcançar a Presidência da República, Dilma confia que será absolvida pela história.

Componente Informativo

- Dilma pretende retornar a Porto Alegre e ficar mais tempo junto à família.
- Dilma tem convites para participar de campanhas eleitorais.
- Dilma é ex-combatente contra a ditadura militar, militante de esquerda e alta hierarca da administração pública.
- Dilma confia que será absolvida pela história.

Configuração Polifônica

Enunciador		Assimilado ao	Atitude do Locutor em relação ao Enunciador	Tipo de Enunciador	Argumentação da qual o enunciador é constitutivo
E1	Dilma está extenuada pelo longo calvário.	Locutor	Assume	Posto	(39)
E2	Dilma pretende retornar a Porto Alegre.	Locutor	Assume	Posto	(39)
E3	Dilma pretende ficar mais tempo com a família e descansar.	Locutor	Assume	Posto	(39) (40)
E4	Dilma tem convites para participar de campanhas eleitorais.	Locutor	Assume	Posto	(40)
E5	Dilma está no crepúsculo de sua trajetória de ex-combatente contra a ditadura militar, militante de esquerda e alta hierarca da administração pública até alcançar a Presidência da República.	Locutor	Assume	Posto	(41)
E6	Dilma confia que será absolvida pela história.	Dilma	Assume	Posto	(41)

O locutor mobiliza seis enunciadores para construir o objeto que conclui esta camada, e a própria notícia: *o saldo político que se apresenta a Dilma após o impeachment*. Duas são as perspectivas a partir das quais o objeto é composto: a dos sentimentos e ações da ex-presidente (E1 a E4 e E6); e a da sua biografia política (E5). Dentre os enunciadores, todos são assumidos como conteúdos postos, mas nem todos são assimilados ao locutor. À exceção dos demais, E6 é assimilado a Dilma, novamente criando uma bolha de subjetividade no relevo discursivo. Uma vez mais essa estratégia acaba contribuindo para reforçar o efeito de distanciamento e neutralidade mantido pelo locutor ao longo de todo o discurso, através do emprego sistemático do modo enunciativo do Encontrado. A intersubjetividade, porém, permanece constitutiva do sentido até neste derradeiro objeto, segundo indicam os encadeamentos argumentativos a seguir analisados.

(39) [Dilma está extenuada PORTANTO pretende retornar a Porto Alegre e ficar junto à família]

- **Argumentação Interna de:** *Extenuada pelo longo calvário, Dilma pretende retornar a Porto Alegre, onde planeja ficar mais tempo junto à família.*
- **Termo antecedente:** Dilma está extenuada
- **Termo consequente:** pretende retornar a Porto Alegre e ficar junto à família

- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

As ações de Dilma, posicionadas no termo consequente desta norma, decorrem de uma perspectiva explicitamente subjetiva: o cansaço. Essa condição será constitutiva do encadeamento (40).

(40) [Dilma foi convidada para campanhas eleitorais NO ENTANTO quer descansar]

- **Argumentação Externa à Direita de:** *Embora tenha convites para participar de campanhas eleitorais, quer apenas descansar.*
- **Termo antecedente:** Dilma foi convidada para campanhas eleitorais
- **Termo consequente:** quer apenas descansar
- **Conector:** NO ENTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Transgressivo

Assumindo que descansar evoca o pressuposto cansar-se antes, o cansaço é novamente evocado. Desta vez posicionado no termo consequente, o desejo de descansar faz com que o convite para campanhas eleitorais convirja para um desfecho não normal, isto é, transgressivo: a recusa.

(41) [combateu a ditadura, militou na esquerda e chegou à alta hierarquia da administração pública PORTANTO será absolvida pela história]

- **Argumentação Externa à Direita de:** *será absolvida pela história*
- **Termo antecedente:** combateu a ditadura, militou na esquerda e chegou à alta hierarquia da administração pública
- **Termo consequente:** será absolvida pela história
- **Conector:** PORTANTO
- **Tipo de Encadeamento:** Normativo

Este encadeamento normativo encerra o discurso da notícia, construindo a absolvição de Dilma por uma perspectiva histórica, a partir de sua trajetória pública. Nesta última camada, ser absolvida pela história pode ainda evocar um contraponto final à condenação política sofrida no processo de impedimento.

INVENTÁRIO DOS OBJETOS DISCURSIVOS, PERSPECTIVAS, ENUNCIADORES E ENCADEAMENTOS IDENTIFICADOS NA NOTÍCIA DE ZERO HORA

camada	objeto	perspectivas	enunciadores	encadeamentos
lead	impeachment	dos sujeitos envolvidos	15 (9 postos, 6 pressupostos)	9 (7 normativos, 2 transgressivos)
		da consequência		
		do escore		
		do motivo		
	Dilma	do gênero		
		da quantidade de mandatos		
segunda	Michel Temer	situação política presente	5 (3 postos, 2 pressupostos)	4 (3 normativos, 1 transgressivo)
		passado político		
		futuro político		
terceira	as reações ao veredito do impedimento	dos petistas	3 (postos)	2 (normativos)
		dos adversários de Dilma		
quarta	motivos da condenação de Dilma	do repasse de verbas a banco públicos	5 (3 postos, 2 pressupostos)	3 (1 normativo, 2 transgressivos)
		das suplementações orçamentárias		
quinta	a votação do direito de exercer funções públicas	da perda do direito	5 (4 postos, 1 pressuposto)	3 (2 normativos, 1 transgressivo)
		da abrangência de função pública		
		do escore da votação		
		do resultado da votação		
sexta	carreira política de Dilma	do impacto do impedimento na carreira de Dilma	6 (postos)	4 (3 normativos, 1 transgressivo)
		da biografia eleitoral da ex-presidente		
		das condições sob as quais ela fora reeleita no último pleito		
sétima	segunda gestão de Dilma	das dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelo governo nesse período	6 (postos)	2 (normativos)

oitava	processo de impeachment	a dos sujeitos que pediram a abertura do processo de impeachment, e das relações que eles mantinham com Dilma e seu partido	8 (postos)	5 (4 normativos, 1 transgressivo)
		a da quantidade de pedidos de impeachment sofridos por Dilma		
		a da quantidade de votos que autorizou a abertura do processo de impeachment		
		da consequência imediata da abertura do processo de impeachment		
nona	a seção de julgamento do impeachment	de sua duração	20 (16 postos, 4 pressupostos)	7 (6 normativos, 1 transgressivo)
		das etapas que a compuseram		
		dos atores envolvidos		
	o discurso de defesa de Dilma	da honestidade e da legalidade da conduta na vida privada e na vida pública		
		do impeachment como ato contrário à democracia		
	a cassação	de seu não ineditismo na história		
de um voto pela cassação de Dilma ter sido proferido pelo senador que fora presidente cassado antes dela				
décima	o saldo político que se apresenta a Dilma após o impeachment	a dos sentimentos e ações da ex-presidente	6 (postos)	3 (2 normativos, 1 transgressivo)
		da sua biografia política		

7.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Retomando a primeira questão norteadora desta pesquisa, faremos um balanço da relação entre objetividade, intersubjetividade e argumentatividade na construção dos sentidos no discurso da imprensa, a partir de generalizações que as análises nos propiciaram.

Ao analisarmos duas notícias sobre o anúncio do impedimento da presidente da república, percebemos a coincidência de objetos como *impeachment*, *Dilma Rousseff*, *Michel Temer*, *crime de responsabilidade*, *reações do público*. Não poderia ser diferente, uma vez que ambos os discursos fazem referência ao mesmo fato, historicamente situado, envolvendo sujeitos socialmente posicionados, motivações legais e efeitos pragmáticos. Todavia, o componente informativo comum aos dois discursos demonstrou não apenas que a objetividade, aqui tomada em seu aspecto veritativo da realidade empírica, é constitutiva dos sentidos; mas demonstrou os limites dessa participação. As análises evidenciaram que a realidade factual teve espaço apenas como ponto de partida para construção da realidade discursiva de cada notícia,

uma vez que, no domínio dos dois discursos, cada objeto revelou-se como uma construção singular, composta a partir de perspectivas instanciadas em múltiplos enunciadores, articulados normativa ou transgressivamente.

Do ponto de vista da intersubjetividade, tomamos como exemplo os sentidos construídos para *Dilma*. Na notícia da Folha de São Paulo, especificamente na quarta camada, Dilma é construída a partir de duas perspectivas: a de uma presidente eleita pelo voto direto, e a de uma presidente que não concluiu o mandato, ambas instanciadas no enunciador E6. Por outro lado, na notícia de Zero Hora, Dilma é construída, já no *lead*, a partir das perspectivas de gênero e da quantidade de mandatos, instanciadas respectivamente nos enunciadores E7 e E9. Esse cotejamento demonstra que, embora se trate da mesma pessoa da vida real, estamos diante de objetos discursivos distintos.

Além de demonstrar que perspectivas diferentes sobre o mesmo objeto empírico constroem objetos discursivos diferentes, as análises permitiram perceber que perspectivas iguais podem construir distintos sentidos, de acordo com o posicionamento que o locutor assume em relação aos enunciadores. Tomamos como exemplo *pedaladas fiscais (atraso no repasse de verbas a bancos públicos)* e *decretos de suplementações orçamentárias sem aval do Congresso*. Essas perspectivas repetem-se nas duas notícias, mas o locutor as mobiliza para construir dois objetos: *crime* na Folha e *motivo de condenação* em Zero Hora. Um primeiro olhar não identificaria diferença entre *crime* e *motivo de condenação*; porém há uma singularidade em cada sentido construído, que merece um ajuste de foco: no *lead* do discurso da Folha, *crime* está instanciado em um enunciador posto, E11, que o locutor assume como objeto de sua enunciação. Na quarta camada do discurso de Zero Hora, *crime* está instanciado nos enunciadores pressupostos E4 e E5, com os quais o locutor concorda, relaxando o comprometimento, assimilando-o a uma instância discursiva intermediária, E1. Assumindo *crime* como ponto focal, percebemos a sutil diferença entre os dois sentidos enunciados: o locutor do discurso da Folha diz *crime*, já o locutor do discurso de Zero Hora diz *condenação* e *condenação* diz *crime*.

Do ponto de vista da argumentação linguística, as análises permitiram compreender que a interdependência estabelecida entre os segmentos encadeados no discurso é reveladora da escolha feita pelo locutor dentro de determinado bloco semântico. Tomamos como exemplo o encadeamento (26), constitutivo da sétima camada da notícia de Zero Hora: [queda de popularidade PORTANTO desgaste da base de apoio político]. O encadeamento normativo constrói uma interdependência pela qual a popularidade é condicionante para o apoio político. Essa interdependência compõe um bloco semântico que pode ser expresso por qualquer um dos

quatro aspectos: [neg POPULARIDADE DC neg APOIO POLÍTICO], [neg POPULARIDADE PT APOIO POLÍTICO], [POPULARIDADE PT neg APOIO POLÍTICO] ou [POPULARIDADE DC APOIO POLÍTICO]. Evidentemente, as possibilidades de combinação na virtualidade do bloco são essenciais ao sentido. Mas o sentido do encadeamento (26) da sétima camada da notícia de Zero Hora é uno, e somente se concretizou quando o locutor optou por um aspecto em detrimento dos outros. A interdependência semântica, nesse horizonte, talvez seja o ponto de interseção da fala e da língua: o sujeito tem o arbítrio de criar interdependências escolhendo os termos a encadear e o conector para fazer isso. Contudo, uma vez estabelecida a interdependência, o bloco semântico dentro do qual ela se insere orientará tanto a atitude responsiva do interlocutor quanto a continuação do próprio locutor no seu dizer. Retomando a análise do encadeamento (26), o sentido ali produzido seria uma resposta ao sentido do encadeamento (25) da mesma camada, pelo qual o desgaste político figurava como uma das causas para a não superação da crise no governo.

Passando à nossa segunda questão de pesquisa, faremos uma avaliação sobre o modo como a polifonia linguística e a interdependência semântica concorreram para a construção de sentidos nos discursos analisados.

No que tange à polifonia, em cada camada, a configuração polifônica e a respectiva análise revelaram que os enunciadores são decisivos para a construção do sentido, uma vez que neles estão instanciadas as diferentes perspectivas que permitem construir diferentes objetos discursivos. Considerando que o locutor é um ser de discurso, os pontos de vista por ele mobilizados para construir os objetos não podem ser acessados diretamente da realidade factual, mas sim por meio de discursos sobre a realidade factual, instâncias enunciativas que atravessam a sua enunciação. Por exemplo, quando o locutor do discurso da Folha, na quinta camada, constrói o recurso de Dilma ao STF pelas perspectivas dos advogados de defesa e dos ministros do Supremo, ele o faz por meio de um enunciador assimilado a si mesmo (E1), mas também por meio de enunciadores assimilados aos advogados e aos ministros (E2 e E4 respectivamente), além do enunciador pressuposto (E3). O locutor se enuncia evocando os discursos dos defensores e dos julgadores do recurso de Dilma, bem como a pressuposição linguística. O locutor fala através da fala de outrem.

Embora, em ambas as notícias, a maior parte dos enunciadores identificados seja assimilada ao próprio locutor, esses enunciadores não perdem o caráter de instâncias enunciativas, diante das quais o locutor se posiciona (assumindo, concordando ou discordando) e, ao se posicionar, constrói sentidos. A assimilação da maioria dos enunciadores ao locutor poderia realçar o aspecto subjetivo dos discursos analisados. Entretanto, a subjetividade é

suavizada pela predominância do modo enunciativo do Encontrado, pelo qual o locutor assimila o enunciador, mas marca a si mesmo em terceira pessoa. Reconhecemos aqui as estratégias discursivas que o jornalista deve dominar para se legitimar como bom profissional, segundo Miguel e Biroli (2010).

Com relação à interdependência semântica, as análises apenas corroboraram que esse princípio é o alicerce da construção dos sentidos. As perspectivas instanciadas nos enunciadores, as quais o locutor mobilizou para construir os objetos de discurso, revelaram-se ou constituídas (nas argumentações internas) ou constituintes (nas argumentações externas) de encadeamentos argumentativos. Essa configuração evidenciou que, para construir sentidos, não basta acumular pontos de vista, é preciso estabelecer entre eles uma relação de reciprocidade tal que dela emergja um sentido unificado.

Os próprios conectores argumentativos, em sua natureza normativa e transgressiva, reafirmaram seu potencial de gerar reciprocidade, de possibilitar a *comparação constitutiva*, a constituição a partir do outro, tal como foi prospectada por Ducrot na alteridade platoniana e no valor saussuriano. Essa mutualidade, constante em todas as camadas de ambas as notícias, pode ser ilustrada pelos encadeamentos (13) e (14) da terceira camada da notícia de Zero Hora, em que o sentido favorável ou desfavorável ao anúncio do veredito contra Dilma depende da consequência que ele provoca em determinado público: [O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal PORTANTO os petistas lamentaram] e [O veredito contra Dilma foi anunciado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal PORTANTO os adversários de Dilma comemoraram].

Extrapolando a interdependência para além da semântica, para além dos encadeamentos e aspectos, esse princípio parece ser o que torna possível conciliar a intersubjetividade, inerente a todo discurso, e a objetividade, perseguida pelo discurso da imprensa. Se estudiosos do Jornalismo assumem que subjetividade é constitutiva da objetividade (PENA, 2010) e que a realidade factual é uma parte da realidade discursiva (MORETZSOHN, 2002), a Linguística, em especial a abordagem ducrotiana de linguagem, permite explicar essa relação sujeito-objeto a partir de uma reciprocidade pela qual um só pode se constituir *na* e *pela* relação com o outro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximamo-nos do final desta dissertação registrando que nossa pesquisa não teve o propósito de ser exaustiva, mas de prospectar certas possibilidades no domínio da intersubjetividade e da argumentatividade, cotejando-as com o efeito de objetividade proposto pelo discurso jornalístico. No âmbito da polifonia linguística, nossa prospecção nos levou a compreender que a referência à realidade factual é constitutiva sentido, desde que consideremos a realidade como um objeto que somente pode ser apreendido a partir da perspectiva do sujeito que se enuncia sobre ele, mobilizando para isso pontos de vista instanciados em discursos de outros sujeitos. No âmbito da argumentação linguística, nossa prospecção nos demonstrou que o sentido é construído conforme locutor evoca normas e transgride normas em sua enunciação, em um movimento de atualização do sistema de valores socialmente compartilhados que Saussure denominou Língua.

Com relação ao percurso da pesquisa, destacamos o desafio de aliar, em uma única metodologia, a polifonia linguística e a interdependência semântica, de modo que ambas as ferramentas concorressem para demonstrar de que maneira múltiplos pontos de vista se transformam em argumentos únicos. À medida que identificávamos os enunciadores, e que de suas paráfrases depreendíamos as Argumentações Internas, tornava-se mais e mais evidente que nenhum enunciador poderia ser neutro. Essa hipótese se solidificou em certeza quando nos deparamos com os primeiros enunciadores que não pudemos parafrasear em AI (E1 e E2 da terceira camada da notícia da Folha). Percebemos que, ao invés de neutros, eles também argumentavam, porém inseridos em Argumentações Externas (no caso, constitutivos da AE à direita no encadeamento 11). Além disso, o método permitiu evidenciar que o componente objetivo, se assim se pode chamá-lo a esta altura, não passa de um efeito a reverberar na periferia do sentido, e a impressionar o senso comum em leituras superficiais.

No que diz respeito a possibilidades de pesquisa a partir deste trabalho, acreditamos que a abordagem intersubjetiva e argumentativa aqui desenvolvida é prenhe de pontos de contato com as teorias do jornalismo, as quais vêm tangenciando a questão da objetividade *versus* subjetividade apenas pelo viés do efeito discursivo. Entendemos que nosso método de aplicação da ANL pode contribuir para aprofundar as discussões no nível linguístico.

Ainda no que se refere a possibilidades de pesquisa, chamamos a atenção para o potencial no âmbito do ensino, em especial na aplicação da semântica linguística à compreensão e produção de discursos. À medida que o aluno domina uma ferramenta que lhe permite identificar os diferentes pontos de vista e suas articulações argumentativas na construção

intersubjetiva de objetos discursivos, a leitura é mais lúcida, mais qualificada; e a atitude responsiva desse leitor, sob a forma de um discurso próprio, é mais coerente. Evidentemente, tal aplicação jamais pode ser direta, pois demanda a transposição didática do conceito de interdependência semântica e de polifonia para a prática em sala de aula.

Concluimos a dissertação acreditando ter atingido os objetivos a que nos propusemos, embora nossa reflexão evidentemente esteja muito aquém das discussões que a temática suscita. Certamente há vozes articuladas em argumentações que nos escaparam; interdependências e blocos em granularidade além do que nossos olhos alcançaram neste pequeno recorte. Nossa confessada incapacidade de abarcar o todo, no entanto, é a porta que deixamos aberta ao olhar do outro, atento a lacunas e releituras que nossa investigação possa ensejar. Se essa relação de alteridade puder ser estabelecida com nosso leitor, em qualquer medida, todo o trabalho terá valido a pena.

REFERÊNCIAS

- CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. Biblioteca Online de Ciências de Comunicação – BOCC: 2006. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/22040972/1450934450/name/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acessado em 01 set. 2016.
- CAREL, Marion. DUCROT, Oswald. **Atualização da polifonia**. Trad. Telisa Furlanetto Graeff. Rev. da trad. Lei Borges Barbisan. In: *Desenredo*, Passo Fundo. V. 6, nº 1, p. 9-21. jan./jun. 2010.
- CAREL, Marion. **A polifonia linguística**. Trad. Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre. V. 46, nº 1, jan./mar. 2011.
- CAREL, Marion. **Atribuição de ponto de vista e apagamento da narrativa**. Trad. Leci Borges Barbisan. Rev. da trad. Telisa Furlanetto Graeff. In: *Desenredo*, Passo Fundo. V. 8, nº.2, jul./dez. 2012.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos**. Trad. María Marta Garcia Negroni e Alfredo Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CORDERO, Nestor Luis. **Introduction**. In: *PLATON. Le sophiste*. Paris: GF Flammarion, 1993.
- DUCROT, Oswald. **Chapitre 1: Analyse de textes et linguistique de l'énonciation**. In: *Les mots du discours*. Oswald Ducrot et al. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, Oswald. **Enunciação**. In: *Linguagem e Enunciação. Enciclopédia Einaudi*. V.2. 1984.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP. Pontes: 1987.
- DUCROT, Oswald. **Polifonía y argumentación**. Trad. Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- DUCROT, Oswald. **A pragmática e o estudo semântico da língua**. Trad. Telisa Furlanetto Graeff. Rev. da trad. Lei Borges Barbisan In: *Letras de Hoje*, v. 40, nº. 1 mar. 2005.
- DUCROT, Oswald. **Prefácio**. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. Campinas: Editora UNICAMP, 2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Instância de discurso**. In: *Dicionário de Linguística e Enunciação*. FLORES, Valdir do Nascimento et al (Org). São Paulo: Contexto, 2009.
- GOBI, Rafael Augusto. **Platão e a distinção entre o mundo sensível e o mundo das ideias**. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/platao-e-a-distincao-entre-o-mundo-sensivel-e-o-mundo-das-ideias/6969/>. Acessado em 29 jun. 2016.

- MAGEE, Bryan. **História da Filosofia**. Trad. Marcos Bagno. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **A produção da imparcialidade – A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística**. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 25. N. 73. Junho, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a04.pdf>. Acessado em 20 set. 2016.
- MORETZSOHN, Sylvia. **“Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política**. 2002. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.html>. Acessado em 14 set. 2016
- PENA, Felipe. **A Teoria do Jornalismo no Brasil – após 1950**. Disponível em <http://felipepena.com/wp-content/uploads/2015/03/A-Teoria-do-Jornalismo-no-Brasil.pdf>. 2015. Acessado em 10 set. 2016
- PLATÃO. **Sofista**. Trad. Carlos Alberto Nunes. E-books Brasil. 2003. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=29214. Acessado em 01 abr. 2015.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de Linguística Geral**. BOUQUET, Simon; ENGLER, Rudolf (org.). Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. 12 Ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento**. In. Revista FAMECOS nº 21. EDIPUC. Porto Alegre. Agosto 2003. Disponível em http://www.academia.edu/14076689/Objetividade_em_jornalismo._Uma_perspectiva_da_teor%C3%ADa_do_conhecimento. Acessado em 20 set. 2016.